O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a qual é destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36 e 37/2007.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa da leitura dos expedientes.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal, por unanimidade.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

EXPEDIENTE

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, em 27/6/2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da CMO que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 405, de 28 de novembro, do Presidente do Senado Federal, Interino, Senador Tião Viana, solicitando alteração e retificação de emenda da Comissão Diretora.
2) Ofício nº 19, de 28 de novembro, do Deputado Hugo Leal, Coordenador da Bancada do Rio de Janeiro, solicitando que seja desconsiderada emenda de remanejamento de despesa nº 71200003 apresentada ao PLN 30/2007-CN – LOA 2008.
3) Ofício nº 215, de 30 de novembro, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, indicando a Senadora Lúcia Vânia em substituição ao Senador Sérgio Guerra na relatoria da Área Temática Fazenda, Desenvolvimento e Turismo do Projeto de Lei Orçamentária para 2008.

- Expedientes solicitando alteração na MODALIDADE DE APLICAÇÃO em emendas parlamentares encaminhados às Consultorias de Orçamento, para análise, e posterior encaminhamento à Secretaria com o respectivo parecer:

1) Ofício S/n°, 12 de novembro, FRANCISCO GRAZIANO NETO.
2) Of. 639/07 – GDACB, 20 de novembro, Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.
3) Of.139-07/BANCADA/MS, 23 de novembro, Bancada do Mato Grosso do Sul.
4) Ofício n° 030/BANC/RR/07, 26 de novembro, Bancada de Roraima.
5) OF.109/BANCES/2007, 27 de novembro, Bancada Federal do Estado do Espírito Santo.
6) Of. n° 145/07-GG, 28 de novembro, YEDA CRUSIUS.
7) OF. N° 43/2007, 28 de novembro, Bancada do Paraná.
8) OF. N° 154/2007 – GDJL, 28 de novembro, Deputado JOÃO LEÃO.
9) OFÍCIO N° 219 – GAB 286-CD, 29 de novembro, Deputado CARLOS SANTANA.

Expedientes solicitando retificação de emendas apresentadas ao PLN 31/2007-CN (PPA 2008-2011):

1) OF/A/PSB/477/07, 28/11/2007, Deputado MÁRCIO FRANÇA.

Expedientes solicitando retificação de emendas apresentadas ao PLN 30/2007-CN (PLOA 2008):

1) Of. 032/07Bancada do Amazonas,21/11/2007,Bancada do Amazonas.
2) Ofício nº 48/2007,21/11/2007,Bancada do Rio Grande do Norte.
3) Ofício nº 740/2007 - CD,21/11/2007,Bancada de Rondônia.
4) Of./GSFA/1277/07,22/11/2007,Senador Flávio Arns.
5) Of.00692-07/GAB/MM,22/11/2007,Senador Magno Malta.
6) Ofício GAB NP n.123/2007,22/11/2007,Deputado Nilson Pinto.
7) Of.n. 122/2007,21/11/2007,Deputado André de Paula.
8) OF/GSLQUI N. 465/2007,21/11/2007,Senador Leomar Quintanilha.
9) Expedientes s/n. (3 expedientes),22/11/2007,Deputado Cézar Silvestri.
10) Ofício s/nº ,26/11/2007,Deputada ALICE PORTUGAL.
11) OFÍCIO CD. 044/07,26/11/2007,Deputado CHICO D'ANGELO.
12) Ofício nº 241/2007,19/11/2007,Deputado DJALMA BERGER.
13) Ofício nº 277 / 2007,22/11/2007,Deputada JUSMARI OLIVEIRA.
14) Ofício n.º 279 / 2007,26/11/2007,Deputada JUSMARI OLIVEIRA.
15) OF.GAB/PRP 509/2007,26/11/2007,Deputado PROFESSOR RUY PAULETTI.
16) Of. Emendas Gab. Dep. SA/11/2007,26/11/2007,Deputada SOLANGE AMARAL.
17) Ofício nº 02134/2007,23/11/2007,Senador EDUARDO SUPLICY.
18) Expediente s/n°,23/11/2007,Deputado MIGUEL MARTINI.
19) OF GAB N° 103/2007,26/11/2007,Deputado ILDERLEI CORDEIRO.
20) Of. nº 151/2007/GDJC,26/11/2007,Deputada JANETE CAPIBERIBE.
21) Ofício 144/ 2007,26/11/2007,Deputado JOSÉ MENTOR.
22) OF.348/ 254/2007,26/11/2007,Deputado LINDOMAR GARÇON.
23) Ofício n° 080E/07,26/11/2007,Deputado MAURÍCIO TRINDADE.
24) Ofício n° 788/2007/M.H.,27/11/2007,Deputado MÁRIO HERINGER.
25) Ofício n° 289/2007,27/11/2007,Deputada JUSMARI OLIVEIRA.
26) Ofício n° 128/2007,23/11/2007,Deputado MARCELO ITAGIBA.
27) Of. GSHF 237/2007,26/11/2007,Senador HERÁCLITO FORTES.
28) Ofício n° 154/2007/GAB/RM,26/11/2007,Deputado ROBERTO MAGALHÃES.
29) Ofício n° 096/2007,27/11/2007,Deputado CÂNDIDO VACCAREZZA.
30) OF. 1323/2007,27/11/2007,Deputado DOMINGOS DUTRA.
31) Ofício SF/GSJN n° 592/2008,27/11/2007,Senador JOSÉ NERY.
32) Of. n. 182/2007,26/11/2007,Deputada ANTÔNIA MAGALHÃES DA CRUZ.
33) Ofício nº 378-537/2007,27/11/2007,BANCADA DE SÃO PAULO.
34) Ofício BFP 039/2007,26/11/2007,BANCADA DO PARANÁ.
35) OFÍCIO - GAB 582/2007,27/11/2007,Deputado DUARTE NOGUEIRA.
36) Ofício nº 049/2007,21/11/2007,BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.
37) Ofício Nº 296/2007 – GDFM,27/11/2007,Deputado FELIPE MAIA.
38) OFÍCIO Nº 83/2007/GAB. 735/FM,27/11/2007,Deputado FERNANDO MELO.
39) PF/GB/395/2007,28/11/2007,Deputado GERMANO BONOW.
40) OF. Nº 128/2007,27/11/2007,Deputado HENRIQUE FONTANA.
41) Ofício nº 110 – CH-GDJB/DF,27/11/2007,Deputado JAIR BOLSONARO.
42) OF.GAB.DEP.JTM. Nº 074/2007,27/11/2007,Deputado JORGE TADEU MUDALEN.
43) Ofício nº 318/2007 – GDJL,27/11/2007,Deputado JURANDY LOUREIRO.
44) Ofício nº 0156/07,27/11/2007,Deputado LEONARDO PICCIANI.
45) OF. 348/GAB 254/2007,26/11/2007,Deputado LINDOMAR GARÇON.
46) Of. n. 84/2007/CD,27/11/2007,Deputada LUCIANA GENRO.
47) Ofício Gab nº 0127/2007,27/11/2007,Deputado MENDONÇA PRADO.
48) Ofício GNP 046/2007,27/11/2007,Deputado NELSON PELLEGRINO.
49) Ofício nº 089/2007,22/11/2007,Deputado OSMAR JÚNIOR.
50) OF Nº 121 GAB 229/07,27/11/2007,Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

51) OFDPF Nº 121/2007,26/11/2007,Deputado PEDRO FERNANDES.
52) Ofício nº 412/2007,27/11/2007,Deputado RUBENS OTONI.
53) Ofício nº 210 e 211/07 – GAB 429,26/11/2007,Deputado SARAIVA FELIPE.
54) Of. Gab. In 131 e 132/07,27/11/2007,Deputado SÉGIO MORAES (2 Ofícios).
55) Ofício nº 383/2007 – GP/CD/DF,26/11/2007,Deputado VALTENIR LUIZ PEREIRA.
56) Ofício nº 1473/07 – GAB,27/11/2007,Deputado WILLIAM WOO.
57) OF/GAB/0035/2007,27/11/2007,Deputado Deley.
58) Of. 105/2007 – GAB 282,27/11/2007,Deputado Edson Santos.
59) OFÍCIO Nº 742/2007 – CD,28/11/2007,Deputado Eduardo Valverde.
60) Ofício nº 204/07,27/11/2007,Deputado Filipe Pereira.
61) Ofício 144/2007,26/11/2007,José Mentor.
62) OFÍCIO Nº 491/JD/2007,27/11/2007,Deputado Júlio Delgado.
63) Of. nº. 270/GAB,28/11/2007,Deputado Regis de Oliveira.
64) Ofício VP nº 284/2007,28/11/2007,Senador Valter Pereira.
65) Of. 189/07 – GDV,28/11/2007,Deputado Vicentinho.
66) OF.GSAVC N° 214/2007B/0035/2007,28/11/2007,Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.
67) OFÍCIO N° 215 – GAB 286-CD,28/11/2007,Deputado CARLOS SANTANA.
68) Of.040/2007,28/11/2007,Deputado JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI.
69) Ofício nº 973/2007,27/11/2007,Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.
70) OF.284/07/Gab.L.B.,28/11/2007,Deputado LUIZ BASSUMA.
71) OF. 23 e 24/07,27/11/2007,Deputado RENILDO CALHEIROS.
72) Ofício n° 212/07 – GAB 429,28/11/2007,Deputado SARAIVA FELIPE.
73) Ofício n° 108/2007,28/11/2007,Deputado ALBANO FRANCO.
74) Ofício n° 134/2007,28/11/2007,Senador ALMEIDA LIMA.
75) Ofício 828/2007,28/11/2007,Deputado ANTÔNIO ROBERTO.
76) Ofício n° 18/2007,28/11/2007,BANCADA DO RIO DE JANEIRO.
77) Ofício n° 053 - GDFF,28/11/2007,BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.
78) Ofício n° 098/2007/GDCVói,28/11/2007,Deputado CÂNDIDO VACCAREZZA.
79) OF. n° 232/07,28/11/2007,COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/CD.
80) OFÍCIO CD/N° 197/07,28/11/2007,Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR.
81) OF. 1340/2007,28/11/2007,Deputado DOMINGOS DUTRA.
82) Ofício N° 495/2007,28/11/2007,Deputado GERALDO RESENDE.
83) OF. GAB.DEP.JTM. N° 080/2007,27/11/2007,Deputado JORGE TADEU MUDALEN.
84) OFÍCIO N° 387/2007 – GSKAAB,27/11/2007,Senadora KÁTIA ABREU.
85) Ofício GDLV 140/2007,28/11/2007,Deputado LÉO VIVAS.
86) OF.I 044/2007 – GAB/LAC – ENM,27/11/2007,Deputado LUIZ COUTO.
87) Ofício n° 0128/2007,28/11/2007,Deputado MENDONÇA PRADO.
88) Ofício n° 226/2007,26/11/2007,Deputado PAULO MALUF.
89) OF GDVF-062-2007,28/11/2007,Deputado VALADARES FILHO.
90) Ofício n° 229/2007 - CBMG,28/11/2007,BANCADA DE MINAS GERAIS.
91) Ofício n° 031/07,27/11/2007,Deputado FERNANDO LOPES.
92) Ofício n/ 105/2007/Gab. SC,27/11/2007,Deputado SÍLVIO COSTA.
93) Of. IA N° 144/2007 - CDCE,28/11/2007,BANCADA DO CEARÁ.
94) Ofício s/n°,29/11/2007,BANCADA DA PARAÍBA.
95) Ofício n° 055/2007,29/11/2007,BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.
96) Ofício n° 380-537/2007,28/11/2007,BANCADA DE SÃO PAULO.
97) Ofício n° 619/2007-GAB/672,26/11/2007,Deputado ANGELO VANHONI.
98) OFÍCIO N° 220 – GAB 286 –CD,29/11/2007,Deputado CARLOS SANTANA.
99) OF. N°. 81/07 – DCM,29/11/2007,Deputado COLBERT MARTINS.
100) Ofício n° 974/2007,29/11/2007,Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

101) OF. N° 707/07-GSJMAR,29/11/2007,Senador JOSÉ MARANHÃO.
102) OF. 286 E 287/07/Gab.L.B.,29/11/2007,Deputado LUIZ BASSUMA.
103) OF.GSMM n° 102/2007,27/11/2007,Senador MARCO MACIEL.
104) Expediente s/n°,29/11/2007,Deputado MIGUEL MARTINI.
105) Ofício 622/2007 M.M. – CD,21/11/2007,Deputado MILTON MONTI.
106) Ofícios n°s 213 e 214/07 – GAB 429,29/11/2007,Deputado SARAIVA FELIPE.

- Expediente encaminhado pelo 1º Vice-Presidente do Senado Federal informando da abertura do prazo para interposição de recurso a Projetos de Decreto Legislativo:

. Ofício nº 527, de 27 de novembro, Projetos de Decreto Legislativo nºs 12, 13, 14 e 15 de 2007-CN.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Aviso n° 1.889/2007 – GP/TCU, de 21 de novembro, encaminhando cópia do Acórdão 3.424/2007.
2) Ofício 482, de 26 de novembro, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando Nota Técnica n° 125/DEAFI/SOF/MP, de 22 de novembro, da Secretaria de Orçamento Federal.
3) Ofício n° 237, de 13 de novembro, da Câmara Municipal de Barcarena/PA, informando o recebimento do comunicado de liberação de Recursos do Orçamento da União ao município.
4) Aviso n° 1.980/2007 – GP/TCU, de 30 de novembro, encaminhando a atualização das informações remetidas ao Congresso Nacional em setembro/2007, relativas às obras com indícios de irregularidades graves, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 102, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 – LDO/2008.
5) Ofício nº 592, de 30 de novembro, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando que sejam feitos ajustes em programação do Ministério do Esporte relativa ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008.
6) Ofício nº 127, do Ministério da Integração Nacional, encaminhando a identificação dos subtítulos correspondentes aos contratos relativos às obras sob responsabilidades deste Ministério, fiscalizadas pelo TCU.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues:

- Avisos Seses de 21 de novembro:
1) Aviso nº 1.677/2007 (Acórdão 2.460/2007): obras e serviços relativos à construção da Barragem de Oiticica, no Município de Jurucutu, no Estado do Rio Grande do Norte.
2) Aviso nº 1.683/2007 (Acórdão 2.446/2007): Embargos de Declaração opostos pela empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras contra o Acórdão nº 748/2007 – Plenário.
3) Aviso nº 1.685/2007 (Acórdão 2.462/2007): obras de pavimentação da Rodovia BR-163/MT, na travessia urbana do Município de Lucas do Rio Verde, trecho: divisa MS/MT – divisa MT/PA, segmento: km 712,00 – km 715,20.
4) Aviso nº 1.686/2007 (Acórdão 2.461/2007): obras de expansão do sistema de transmissão no Estado do Pará associado à UHE Tucuruí.
5) Aviso nº 1.695/2007 (Acórdão 2.450/2007): Embargos de Declaração opostos pelo Consórcio Novavia contra o Acórdão 1.704-Plenário, de 22/08/2007.
6) Aviso nº 1.702/2007 (Acórdão 2.469/2007): obras de construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
7) Aviso n° 1.703/2007 (Acórdão 2.451/2007): irregularidades em licitações destinadas à aquisição de unidades móveis de saúde.
8) Aviso n° 1.769/2007 (Acórdão 2.468/2007): obras de restauração da Rodovia BR-174/RR, que interliga as cidades de Manaus e Boa Vista à Venezuela.

- Avisos Seses de 28 de novembro:
1) Aviso n° 1.773/2007 (Acórdão 2.530/2007): obras de melhoramento e pavimentação da BR-319, Manaus/Humaitá – Subtrecho Km 606 ao 640.

2) Aviso n° 1.829/2007 (Acórdão 2.527/2007): Embargos de Declaração opostos pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT - contra o Acórdão nº 2.383/2007 - Plenário.
3) Aviso n° 1.833/2007 (Acórdão 2.526/2007): obras de ampliação e reforma do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.
4) Aviso n° 1.836/2007 (Acórdão 2.533/2007): obras de construção de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR 282 – SC - Florianópolis – Divisa com a Argentina.
5) Aviso n° 1.842/2007 (Acórdão 2.531/2007): obras de implantação do trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador.
6) Aviso n° 1.844/2007 (Acórdão 2.567/2007): Programa de Reaparelhamento da Marinha Brasileira.
7) Aviso n° 1.856/2007 (Acórdão 2.542/2007): transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Salangô/MA.

Brasília, 4 de novembro de 2007.

MYRNA LOPES PEREIRA
SECRETÁRIA DE COMISSÃO

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros da Comissão e às lideranças partidárias nesta data.

O item nº 1 da Pauta nº 36, Projeto de Lei nº 31/2007-CN, já foi aprovado.

Proponho aos presentes a inversão da pauta, já que o primeiro relatório que vamos votar, por acordo, é o relativo à área de segurança e foi elaborado pelo Relator Senador Sérgio Zambiasi e está na Pauta nº 37. O Relator já se encontra presente.

Nós estamos propondo a inversão da pauta.

Indago ao Plenário se concorda com a proposta.

Em votação na Câmara dos Deputados a proposta da Mesa de inverter a pauta.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal a proposta de inversão da pauta.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Passa-se à Pauta nº 37.

Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2008 (PLN nº 30/2007-CN), que estima a receita a fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Relatório setorial da Área Temática VII — Justiça e Defesa, elaborado pelo Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, enquanto o Relator Setorial chamado por V.Exa. termina de fazer seus últimos apontamentos, quero, se for possível, fazer um pequeno esclarecimento à Comissão.

Todos os nossos Relatores Setoriais, que são responsáveis por 10 grupos temáticos, já estão concluindo a entrega dos seus pareceres, alguns dos quais já estão sendo impressos e também estão sendo disponibilizados no sistema, a fim de agilizar a sua análise.

A nossa intenção, com o acordo da Comissão e dos Relatores Setoriais, é, até quinta-feira, se cumprirmos os prazos regimentais e fizermos o debate sobre os pontos divergentes, concluirmos os relatórios setoriais, para que o Relator Geral possa, a partir de então, receber cada uma das 27 bancadas para discutir a aplicação do valor fixo por bancada, que é da ordem de 25% do montante da primeira estimativa, conforme consta do parecer preliminar; e discutir a aplicação da segunda reestimativa, que o Relator Setorial de Reestimativa, Senador Francisco Dornelles, se compromete a apresentar hoje, o que já contribuirá e facilitará a nossa condução.

Nós queremos, em seguida, fechar o Relatório Geral, ouvindo todos os Líderes nesta Comissão, bem como o Relatores Setoriais, de maneira que possamos elaborar um parecer bastante discutido, para que seja apresentado o mínimo de destaques. É evidente que apresentar destaques é um direito dos Parlamentares, regimental e constitucional, mas queremos adotar um procedimento que possibilite a significativa diminuição dessas ocorrências e nos permita passar o Natal com nossas famílias e com o Orçamento da União aprovado no Congresso Nacional.

Eu sei que esta é a vontade de todos os membros desta Comissão. O nosso Presidente, Senador José Maranhão, tem pedido a este Relator que trabalhe com essa agenda.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a paciência de V.Exa. e o tempo a mim concedido.

Espero que possamos elaborar uma peça orçamentária e aprová-la antes do início de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, para fazer a leitura do seu relatório relativo à Área Temática nº 7 — Justiça e Defesa.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador José Maranhão.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, sobre a Área Temática nº 7 — Justiça e Defesa, tentarei apresentar um relatório resumido.

Antes, entretanto, agradeço a colaboração e a compreensão de todos: do pessoal da área técnica e das bancadas, que foi compreensivo; dos Estados, que encaminhou e negociou adequadamente as indicações, de maneira que conseguimos concluir no tempo adequado e previsto o nosso trabalho, a ponto de já apresentarmos, para votação, o nosso primeiro relatório.

Passo a ler o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 30, de 2007, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008, na parte referente à Área Temática nº 7 — Justiça e Defesa, que abrange os órgãos do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa.

Os itens nº 1.2 e 1.3 e as tabelas de nº 1 a 3 apresentam os dados gerais da proposta orçamentária para a Área Temática nº 7 — Justiça e Defesa para o exercício de 2008.

Observa-se que a proposta orçamentária em exame apresenta padrão semelhante ao dos exercícios anteriores, sendo de destacar-se que a Área Temática nº 7 caracteriza-se pela forte concentração de dotações orçamentárias em 2 programas: previdência de inativos e pensionistas da União e apoio administrativo, onde estão incluídos os gastos com o GND 1 — Pessoal e Encargos Sociais. Juntos, esses programas consomem 73,33% da proposta orçamentária setorial.

No que diz respeito a gastos com investimentos, no Ministério da Justiça, os recursos programados para esse grupo de despesa saltaram de 8,57%, em 2007, para 10,90%, em 2008. No Ministério da Defesa os valores variaram de 4,15% para 7,64% no mesmo período.

Em seguida, no Item 1.3.1, Tabela IV, examina-se o Orçamento do Ministério da Justiça, com destaque para o incremento das dotações da unidade orçamentária nº 30101, do Ministério da Justiça, Administração Central, que decorre principalmente da criação e implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, de nº 1.453, o PRONASCI.

O item nº 1.3.2 e a Tabela V referem-se ao Orçamento do Ministério da Defesa, com destaque para o incremento das dotações destinadas à Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, da ordem de 152%, relativamente ao Orçamento autorizado para 2007, principalmente para os gastos com pessoal e despesas correntes.

Ademais, verifica-se o incremento no Orçamento dos Comandos Militares, principalmente para os programas de preparo, emprego, reaparelhamento e educação das Forças Armadas.

A evolução do orçamento dos órgãos da área temática relativamente ao Orçamento Geral da União está demonstrada e discutida no item nº 1.4, nas tabelas VI e VII, constantes das páginas nº 7 e 8.

Finalizando o histórico, são apresentados na Tabela VIII os dados relativos às emendas apresentadas no âmbito da Área Temática nº 7, destacando-se as 107 emendas relativas às unidades orçamentárias do Ministério da Justiça e as 262 relativas às do Ministério da Defesa, de modo a totalizar 369 emendas.

Quero dar destaque especial para o PRONASCI, que foi planejado para atuar em 11 regiões metropolitanas identificadas como as áreas de mais alto índice de criminalidade do Brasil: Belém, Belo Horizonte, Brasília e Entorno, Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

O PRONASCI é fruto de um aprofundado processo de planejamento governamental, fundamentado em diagnóstico da realidade do País nas áreas de segurança pública e do sistema carcerário. De responsabilidade do Ministério da Justiça, o programa engloba 94 ações a serem desenvolvidas em conjunto com outros órgãos do Governo Federal, dos Estados e dos municípios, as quais envolvem modernização da instituições, valorização e formação de profissionais de segurança, combate à corrupção e ao crime organizado, bem como a promoção de programas locais com a participação da comunidade.

Trata-se, portanto, de programa da mais alta relevância para o País, o qual objetiva atuar na área de segurança publica e do sistema carcerário, que se configuram como as maiores preocupações atuais da sociedade brasileira.

Quanto ao Ministério da Defesa, é notório que as Forças Armadas Brasileiras enfrentam, desde longo tempo, enormes dificuldades para se manter minimamente aparelhadas para o exercício de suas missões. Este Congresso Nacional teve conhecimento da lamentável situação em que se encontram as Forças Armadas por meio dos inúmeros testemunhos dos próprios Chefes dos Comandos Militares, nas inúmeras audiências públicas e seminários promovidos pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das 2 Casas.

Esses foram os motivos que nos levaram a decidir pelo não-cancelamento de qualquer dotação destinada às Forças Armadas na Proposta Orçamentário Anual para 2008, enviada pelo Poder Executivo.

As emendas individuais apresentadas no âmbito da Área Temática nº 7 foram integralmente aprovadas e atendidas por meio da Reserva de Recurso a que se refere o art. 56 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de 207 milhões, 595 mil reais.

Ao analisar as emendas coletivas, de bancadas e de Comissões Permanentes, foi considerado um mérito inerente a cada ação proposta, bem como as orientações contidas no parecer preliminar e, a exemplo do que ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promover o enquadramento e ajustes nos subtítulos apresentados como atípicos, muitos dos quais foram transformados em novas ações orçamentárias em atenção às disposições da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

No que diz respeito às emendas do Relator, o planejamento do PRONASCI foi concluído no momento em que os órgãos do Poder Executivo estavam elaborando as suas propostas orçamentárias para 2008. Tratando-se de um programa de grande dimensão, envolvendo ações de enfrentamento à criminalidade, integradas com ações da área socioeconômica, dificilmente poderia, no momento de apresentação da sua proposta orçamentária para 2008, estar isento de algumas inconsistências e equívocos, perfeitamente aceitáveis.

Esta Relatoria foi informada pelas autoridades do Ministério da Justiça da ocorrência do equívoco na Proposta Orçamentária relacionada à distribuição de recursos. Nesse contexto, tratando-se de uma demanda considerada por esta Relatoria como meritória e considerando o dever que o Congresso Nacional tem de contribuir para que tão relevante programa possa se desenvolver na sua plenitude, tomamos a iniciativa de propor a Emenda nº 80070001, que envolve apenas o remanejamento de dotação dentro da mesma programação, programa e unidade orçamentária, elaborada com o objetivo de ajudar o Orçamento do PRONASCI.

Com relação a obras irregulares, já temos aqui, Sr. Presidente, a Errata nº 1, que corrige os problemas, a qual já está sendo encaminhada ao Presidente. Ela supre todas as demandas e as necessidades, de modo que damos por satisfeitas essas questões. Com a errata nós estamos corrigindo a questão inicialmente encontrada na nossa área temática.

E há ainda a Errata nº 2, cujo teor é o seguinte:

> *"Os demonstrativos a seguir mencionados, anexados ao Relatório Setorial, gerados com incorreção pelo Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária — SELOR/PRODASEN, ficam substituídos pelos anexos à presente errata:*
> *Rel012 – Alterações Propostas pela Relatoria Setorial / Por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais; e Rel013 – Alterações Introduzidas pela Relatoria Setorial / Por Órgão/Unidade Orçamentária."*

Entrego ao Presidente da Comissão as erratas, devidamente assinadas.

Então, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, diante das considerações apresentadas, esta Relatoria posiciona-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos afetos, Área Temática VII — Justiça e Defesa, com as modificações oriundas das emendas aprovadas por esta Relatoria, conforme discriminadas nos anexos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está iniciada a discussão, e a palavra é facultada aos oradores presentes.

A Mesa informa que está recebendo os pedidos de destaque, cujo prazo de apresentação se esgota com o encerramento da discussão que ora se inicia.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, previamente inscrito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a proposta que nós estamos discutindo agora, com o Relatório Setorial da Área Temática 7 — Justiça e Defesa, merece, de nossa parte, da bancada do PSDB, algumas considerações.

Primeiro é preciso dizer que a Lei Orçamentária de 2007 fez uma previsão de 1 bilhão, 840 milhões autorizados para o Ministério da Defesa e até o presente momento foram empenhados 1 bilhão e 85 milhões, ou seja, 58,97%. Eu quero repetir, Sr. Presidente: de 1 bilhão, 840 milhões previstos no Orçamento, foram empenhados 1 bilhão e 85 milhões; houve apenas 58,9% de realização, de empenho dos recursos do Ministério da Defesa.

O primeiro ponto a ser abordado é o fato de isso já mostrar uma total falta de planejamento do Governo, que não é capaz de fazer investimentos nas áreas sensíveis, como é o caso do Ministério da Defesa, principalmente, Sr. Presidente, porque vivemos, no ano passado e neste ano, um completo caos no setor aéreo brasileiro, e o Governo simplesmente não consegue gastar o dinheiro autorizado por esta Comissão e pelo Parlamento brasileiro.

Isso, repito, já mostra uma falta de planejamento, uma incompetência no gasto público capaz, efetivamente, de reproduzir na Lei Orçamentária deste ano as mesmas circunstâncias que motivaram a falta de planejamento e a incompetência nos gastos do Governo na Lei Orçamentária de 2007.

Agora, veja V.Exa., Sr. Presidente, que para 2008 há a previsão de 1 bilhão, 422 milhões de reais. A proposta deste ano, Sr. Presidente, é de 22,74% a menos do que do ano passado na Lei Orçamentária.

Isso mostra, mais uma vez, Sr. Presidente, que entre o discurso e a prática não há concordância. O Governo Lula não se compromete com as questões mais importantes deste País, principalmente em relação ao Ministério da Defesa.

Eu tive a oportunidade de participar a CPI do Apagão Aéreo, onde realizamos um trabalho bastante intenso de avaliação e pudemos completar o nosso raciocínio e reforçar a convicção de que este Governo gasta mal e não gasta efetivamente onde precisa. É por isso que não há compreensão para a solução do problema aéreo brasileiro: porque o Governo traz não só dificuldade de gastos em 58% no Orçamento deste ano, mas também diminui em 22% os recursos em relação ao ano passado. Essa é uma questão, Sr. Presidente.

Outra questão que eu gostaria de abordar é a seguinte: para a Secretaria da Comissão Interministerial de Recursos do Mar, na Lei Orçamentária para 2008, 30,8 milhões de reais é a proposta apresentada. As emendas parlamentares se submeteram a um *lobby* do Ministério, que pretendia aumentar esse valor para 45,5 bilhões de reais, o que representa, mais uma vez, falta de planejamento. Foi necessário um movimento do Ministério da Defesa para que o Relator fizesse alterações nesse texto e efetivamente aumentasse o volume de gastos.

Agora, tem mais: eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar e pedir esclarecimentos do Relator, porque pela resolução, na parte "b", autorizada pelo Relatório Geral, os itens 26 a 28 do Parecer Preliminar do Relatório não permitem aos Relatórios Parciais a possibilidade de apresentar emendas, porque isso acaba se transformando numa emenda de Ministério. E isso não foi possível, alertado pelo Relator Geral.

Evidentemente, Sr. Presidente, nós precisamos desse esclarecimento, porque, caso contrário, haverá uma alteração na proposta do Relatório Preliminar feito pelo Relator Geral, que não permite alterações. Na verdade, existem no Item 7 da Resolução o 26.1 e o 26.2, que estabelecem as regras para a apresentação de emendas por parte do Relator. Isso não foi observado, e por essa razão nós solicitamos também informação.

Quanto ao PRONASCI, principal programa do Governo Federal, o Relator apresentou uma emenda para sanar um erro de planejamento.

Essas questões precisam ser esclarecidas, até porque nós vamos votar os relatórios parciais, temáticos, a partir de agora, e é importante que todas as questões fiquem resolvidas.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que a bancada do PSDB tinha a fazer aqui, agora, para mostrar mais uma vez a incompetência do Governo nos gastos públicos, o fato de ele não priorizar aquilo que tem que ser priorizado. Nós temos dificuldade em compreender essa alteração feita pelo Relator Setorial na área temática de Justiça e Defesa.

Era a manifestação que tínhamos a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu sugiro ao Relator, por uma questão de economia processual, que faça as anotações relativas aos questionamentos feitos pelos oradores e, ao final da apresentação dos interpelantes, preste os esclarecimentos relativos a todos os questionamentos feitos.

Nesse sentido, o Relator já está fazendo, com a sua assessoria, as devidas anotações, e nós vamos prosseguir com o debate.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobre Senador Sérgio Zambiasi, na verdade, estamos presenciando no País uma discussão que afeta, de certo modo, a responsabilidade desta Comissão, mas não exime a do Governo no sentido de planejar políticas públicas que possam resguardar o direito do cidadão e também — e é essa a atenção que a mídia está dando no momento — os direitos mínimos da clientela carcerária do País.

Há um enorme déficit no que diz respeito à capacidade dos presídios brasileiros em absorver a enorme quantidade de presos oriundos de prisões temporárias ou em caráter de sentença condenatória.

Não estamos percebendo aqui — e peço ao nobre Relator que esclareça — quanto está sendo previsto para que o sistema carcerário brasileiro possa aumentar suas vagas. Precisamos discutir aqui os valores direcionados pelo Orçamento Geral da União para construções de novos presídios e aumento da capacidade dos atuais. Tentei aqui identificar esses valores, rapidamente, porque o relatório foi distribuído em prazo exíguo, e não consegui.

É necessário que assumamos a responsabilidade de verificar se o Governo Federal está preocupado com essa questão ou se é apenas motivo de retórica diante de fatos como o que aconteceu recentemente no Estado do Pará, em que jovens mulheres estão cumprindo pena em regime temporário ou até por autorização de prisão preventiva junto com presos do sexo masculino.

Temos que ter a responsabilidade, como membros da Comissão de Orçamento, de estar atentos a essa questão. É uma questão grave, que não diz respeito apenas aos Estados federativos, mas também ao Governo central no sentido de poder elaborar políticas públicas que não apenas ampliem a capacidade carcerária no País e nos Estados, mas também possam promover a ampliação de presídios que, indubitavelmente, não estão dando condições para que a sociedade se sinta segura com seus delinqüentes e criminosos devidamente guarnecidos nas prisões.

A outra questão que quero aqui abordar é com relação à emenda proposta pelo Relator relativa aos recursos oriundos do PRONASCI. Concordo com o Relator na sua justificativa de que essa é uma questão extremamente meritória, porém, deixa claro que o prazo de um ano não foi suficiente para que houvesse o planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo Ministério da Justiça junto à segurança da população, em especial a população de algumas regiões brasileiras e das Capitais. Essa é uma questão grave e vejo que o Relator tentou forçar um pouco a barra para tentar dar uma solução a um problema que atinge e continuará atingindo toda a população brasileira.

Em conversa com o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, S.Exa. me fez um apelo no sentido de que não pudéssemos... Como essa emenda está tecnicamente irregular, mas tentando fazer com que a sua justificativa prevaleça sobre a tecnicidade da Comissão, chamo a atenção do Presidente para que tenha conhecimento desse fato. É uma questão que, infelizmente, por meio dos acordos e principalmente do mérito da causa, podemos ultrapassar. Aliás, esta Comissão é feita disso. Sabemos que muitas vezes há um empecilho técnico, mas diante das circunstâncias, da importância para a população e principalmente para evitarmos que tragédias aconteçam,

como no caso específico está acontecendo com a segurança pública, eu aqui faço meu registro, mas não me oporei e espero que meu partido não o faça em relação à iniciativa do Relator, Senador Sérgio Zambiasi, no que se refere aos recursos do PRONASCI, já que o planejamento, infelizmente, não foi feito a tempo, o que não exime o Governo Federal da sua responsabilidade de antever essa questão.

É sempre assim, a Comissão de Orçamento e nós, do Congresso, temos sempre que dar um jeitinho para poder socorrer as instâncias burocráticas do Governo que há tempos não conseguem atingir seus objetivos, que, nesse caso, resultariam em benefício inestimável para o povo brasileiro.

Portanto, faço essas observações e espero do Relator as suas ponderações a respeito do que aqui abordei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Parlamentares, primeiramente cumprimento o Relator, Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, que tem prestado um relevante serviço ao Parlamento brasileiro, com várias ações importantes e agora estando à frente dessa Relatoria Setorial.

Acompanhamos também essa questão do PRONASCI que S.Exa. alterou no sentido de poder adequar as próprias sugestões feitas pelo Ministério.

Sr. Relator, gostaria de referir-me a uma emenda da bancada do Paraná, a Emenda nº 7117009, que pretende construir o novo edifício sede da 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal. V.Exa. atendeu outros Estados com 10, 12 e até 15 milhões de reais, e o nosso Estado do Paraná, por quem V.Exa. tem o maior carinho, atendeu com apenas 7 milhões de reais.

Peço a V.Exa. que pelo menos estabeleça o mesmo valor que destinou a outros Estados, como o do Pará, bem em cima da nossa emenda: 10 milhões de reais; assim como para o Maranhão, embora o Deputado Pedro Fernandes tenha dito que é preciso dar uma melhorada nela também. Gostaria que V.Exa. pudesse pelo menos chegar aos 10 milhões de reais que V.Exa. destinou a outros Estados à bancada do Paraná — ou 20 milhões, como disse o Deputado Pedro Fernandes — para que possamos iniciar essa obra importante.

A Polícia Rodoviária Federal tem feito um belo trabalho, inclusive coibindo a ocorrência de alguns crimes. É importante que tenhamos essa estrutura para melhorar ainda mais o trabalho dessa atuante Polícia Rodoviária Federal.

Fica a V.Exa. a nossa solicitação. Parabenizo V.Exa. pela maneira como conduziu seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, nobre amigo Relator, Senador Sérgio Zambiasi, o momento é propício para darmos ênfase ao assunto segurança pública no que tanja a presídios. Vale lembrar que se desencadeou uma série de denúncias por este Brasil afora de pessoas que não deveriam estar presas em alguns presídios locais. E ainda hoje de manhã fui surpreendido ao tomar conhecimento, pelo noticiário da *CBN,* de que em Santa Catarina tem-se constatado alguns casos de presos acorrentados por falta de espaço. Obviamente, vou ter de me inteirar melhor sobre isso.

Meus caros amigos Presidente e Relator, não sei se ainda há tempo, mas vou conversar com o Relator-Setorial e com o Relator-Geral para que analisemos novamente essa situação, porque o momento, meu caro Senador Sérgio Zambiasi, é muito oportuno para darmos uma atenção especial à situação dos presídios do Brasil.

Coincidentemente, é o momento de aprovarmos também o nosso Orçamento. Rogo aqui para que possamos aprovar o nosso Orçamento até o dia 21. E quanto ao Congresso Nacional, entendo que está na hora de fazermos menos barulho com essa situação dos presídios e partirmos para obter legislações claras, transparentes, fáceis de serem interpretadas, porque assim o momento exige.

Sr. Presidente, quis apenas fazer uma reflexão em função do momento em que estamos vivendo: é Comissão para cá, é Comissão para lá; é Polícia Rodoviária Federal — órgão que parabenizo; é Polícia Federal; é o Ministério da Justiça; são os Secretários de Segurança Estaduais e os Secretários de Justiça Estaduais. Vejo este como um momento de reflexão. Vemos a possibilidade de avançarmos mais no sentido não somente de obter e destinar recursos, mas de reunir com a representatividade da segurança pública do Brasil com o objetivo de melhorarmos, se possível, os recursos necessários.

Era esta a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiramente eu gostaria de parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi pelo seu trabalho. Gostaria de aqui registrar um apelo da bancada do Maranhão. Estamos aqui com uma emenda de reaparelhamento da nossa instituição de segurança pública. Gostaríamos que o nobre Senador a visse com mais carinho e nos apontasse a possibilidade de depois negociarmos com o querido Deputado José Pimentel, do Ceará.

Estamos em uma expansão razoável no Estado. O Maranhão está começando a ganhar novas agências do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, mas há insegurança em todo o seu território de 330 mil quilômetros quadrados. Existiam poucas agências de banco, mas agora elas estão chegando. E é um prato feito para a bandidagem. Queremos que chegue a agência bancária e que chegue o dinheiro para o lavrador, para os aposentados e para os investimentos, mas que isso ocorra de uma maneira mais segura.

Faço este apelo a V.Exa. como coordenador substituto da bancada do Maranhão — estou substituindo o Deputado Pedro Novais, nosso coordenador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Congressistas, quero começar parabenizando o Senador Sérgio Zambiasi por ter sido o primeiro Relator-Setorial a apresentar o seu parecer. Sei do esforço de S.Exa. Eu mesmo estive conversando pessoalmente com S.Exa. e com a sua consultoria pedindo para agilizar o trabalho na quarta-feira ou na quinta-feira.

Quero aqui agradecer o empenho da Consultoria e do nosso Relator-Setorial para apresentar na sexta-feira o seu parecer, o que nos permite hoje fazer este debate.

Quero também registrar que poderemos ter um conjunto de destaques. Queria ponderar junto aos nossos pares no sentido de que recebêssemos os destaques setoriais como destaque indicativo. Com isso, o Relator-Geral, no final, poderia ter um procedimento de diálogo com as bancadas, com as Comissões permanentes, para que pudéssemos atender os destaques setoriais nos limites propostos pela Resolução nº 1. É um recurso muito escasso, 55% da primeira previsão de receitas.

A segunda previsão de receitas vai ser apresentada esta semana. O Relator da área de receitas comprometeu-se a apresentar nesta data, 4 de dezembro, esses valores. E a sua aplicação, nos termos da Resolução nº 1, é linear e vai permitir, no mínimo, duplicar os valores das emendas apresentadas por cada Relator-Setorial. Vamos encontrar algumas situações em que o valor total da proposta e o valor apresentado pelo Relator-Setorial, caso seja dobrado este valor por conta da segunda reestimativa, poderá ficar acima do valor inicialmente solicitado.

Nessa situação, a intenção do Relator-Geral, ouvindo o plenário da Comissão, era de que o teto fosse o valor da proposta apresentada e essa diferença ficasse dentro da bancada daquele Estado que porventura teve essa situação, como forma de atender melhor cada bancada e cada Comissão permanente.

Portanto, Sr. Presidente, quero ponderar junto aos nossos pares no sentido de que a parte de destaques fosse acolhida como sugestão e que fosse encaminhada como destaque indicativo ao Relator-Geral, como peça para trabalharmos. E não teríamos, nessa primeira fase, a votação desse destaque.

É evidente que o direito regimental de cada Congressista, de cada membro desta Comissão, de cada membro desta Casa é apresentar o seu destaque. Eu faço essa ponderação tendo em vista os poucos recursos que cada Relator-Setorial recebeu e, ao mesmo tempo, para não prejudicar a reivindicação da bancada, que é legítima. E que possamos, em seguida, nas reuniões que vamos fazer, seja por obrigação regimental, ouvindo todas as bancadas, seja por um procedimento habitualmente adotado por esta Comissão. Mas o Relator-Geral tem a obrigação regimental de ouvir todas as bancadas.

A segunda reestimativa tem um critério já definido na Resolução nº 1 e reafirmado no parecer preliminar de que a aplicação é direta sobre cada emenda de apropriação. Vamos encontrar, Deputado Vanderlei Macris, uma situação em que, ao aplicar os recursos da segunda reestimativa, esse montante poderá ficar acima do montante inicialmente apresentado pela emenda de bancada, e não podemos ultrapassar esse valor, para não prejudicar aquele Estado.

Como procedimento a ser discutido com os nossos Líderes, com o nosso Presidente e com este Plenário, esses recursos, nessa situação, ficariam naquele Estado para serem aplicados em uma emenda de bancada de apropriação que a bancada viesse a sugerir.

Como forma de procedimento na parte dos destaques setoriais, caso os Parlamentares, caso os nossos membros aceitem, os nossos Relatores não acolheriam os destaques, porque eles não têm como acolher, e eles viriam para o Relator-Geral discutir com cada bancada esses procedimentos, se possível.

Evidentemente, o Regimento determina que os destaques sejam votados. Estamos destacando isso por ser o primeiro Relatório Setorial que está sendo apresentado, por ser a primeira vez em que estamos analisando um Orçamento à luz da Resolução nº 1, que tem muitas mudanças no que diz respeito ao processo anterior. No entanto, se os nossos pares acharem que devemos votar cada um dos DVS, dos destaques, não existe nenhum obstáculo por parte do Relator-Geral.

O que eu queria era muito mais uma forma de procedimento para que não rejeitássemos os destaques e permitíssemos, no diálogo com os membros das Comissões, ver uma forma que pudéssemos acolher sem trazer maiores dificuldades, sempre observando a questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Relator, para a prestação de seus esclarecimentos aos questionamentos aqui levantados.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, nosso Relator-Geral, Deputado Pimentel, demais colegas, quero iniciar por onde o Relator-Geral encerrou e deixar claro que tivemos uma reserva orçamentária muito baixa, muito pequena. Não temos recursos para atender algumas alterações. Estamos no limite. Não houve nenhuma poupança e nenhuma reserva especial neste caso.

Procuramos dar uma atenção geral, coletiva, dialogando com os setores, com as bancadas e com os Estados.

O Deputado Vanderlei Macris destacou a questão do PRONASCI. Aqui houve um equívoco que foi corrigido. É por essa razão que solicitamos a compreensão de todos, exatamente na busca da correção desse equívoco, para salvar o programa, um programa novo que foi apresentado no decorrer do ano, paralelamente ou conjuntamente com o Orçamento. Por essa razão nos esforçamos muito para que ele fosse preservado como programa no Orçamento, porque dentro dele é que está, inclusive, a resposta aos Deputados Cajado e Edinho, que têm toda essa preocupação com relação à segurança.

Aqui nós garantimos para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI a integralidade da previsão de 1 bilhão e 400 milhões de reais, exatamente na linha que os Deputados Cajado e Edinho abordaram no sentido da preocupação com esses últimos acontecimentos. O Governo deve investir na segurança com cidadania, dando dignidade àqueles que estão em processo de recuperação, de maneira que se evitem situações constrangedoras como essas que têm sido reveladas e denunciadas nos últimos dias. Foi com essa preocupação que procuramos preservar integralmente o valor do PRONASCI. Entendemos que é um programa de extrema importância e relevância, porque vai tratar da recuperação e da construção de novos presídios.

Sei que há uma discussão muito forte, e tem que haver, inclusive, uma conscientização das próprias comunidades, porque em algumas comunidades há rejeição para construção de presídios novos. Então, é um novo momento, uma nova cultura, mas os valores estão preservados, garantidos.

A preocupação do Deputado Pedro Fernandes com a emenda de bancada foi atendida nos limites da nossa previsão orçamentária. Mas eu quero, Deputado Pedro Fernandes, garantir a generosidade do nosso Relator-Geral. S.Exa. assumiu o compromisso de duplicar os valores. O limite com que trabalhamos aqui foi exatamente porque o nosso Orçamento estava muito baixo, muito pequeno para os programas previstos na área da Justiça e Defesa. Porém, o Relator-Geral já nos garantiu que vai duplicar os valores.

Quanto à preocupação do Deputado Alex Canziani com relação à Polícia Rodoviária Federal do Estado do Paraná, o Chefe do Departamento de Polícia Rodoviária Federal esteve comigo, esteve com a Comissão, discutiu conosco e priorizou a questão do transporte aéreo para a Polícia Rodoviária Federal, a aquisição de helicópteros para melhor atenção às rodovias federais. Ainda assim, procuramos preservar um valor significativo, negociado com a Superintendência, para o Estado do Paraná, conforme a emenda de bancada. E me tranqüiliza agora, mais uma vez, o compromisso do nosso Relator-Geral de assumir a duplicação dos valores, o que garante uma base

relativamente confortável em termos de Orçamento nas indicações de bancadas para atender a essa questão, que é preocupação nacional, de atenção à segurança pública.

Enfim, acredito que, a esta altura, é só pedir ao Plenário que tenha compreensão com as nossas preocupações e que possamos ver aprovado nosso Orçamento.

Com relação à emenda de Relator para evolução do Orçamento do Ministério da Defesa para investimento, em 2007 foram 2 bilhões e 500 milhões de reais. Em 2008, a previsão é de 3 bilhões e 200 milhões de reais, para corrigir e atender à demanda das Forças Armadas.

Sr. Presidente, devolvo a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

A Presidência informa que foram apresentados apenas 2 destaques.

O Relatório Setorial da Área Temática 7, Justiça e Defesa, com as erratas 1 e 2, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Retificando: o Relatório Setorial da Área Temática 7, Justiça e Defesa, com as erratas 1 e 2, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado da República.

Passamos agora à votação dos destaques.

Destaque nº 00001. Destaque para alteração do voto do Relator e remanejamento. O destaque é para aprovação de emenda da bancada do Maranhão de número 7110001, de autoria do Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, faço um apelo ao Relator José Pimentel e ao Relator-Setorial, porque só são 2 emendas e fica fácil de atender. E são de autoria de 2 petebistas. Segurança pública para nós é prioridade. Estamos fazendo um apelo, porque qualquer coisa nos serve.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero fazer uma comunicação aos membros da Comissão. Anunciamos que havia apenas 2 destaques, segundo informação da secretária. Porém, antes do encerramento do prazo de apresentação de emendas, entraram mais 5 emendas. Na verdade, elas entraram antes do prazo de encerramento. Nesse caso, vamos apreciar as 5 emendas que não foram citadas no começo por um equívoco.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Esse é um detalhe. O que estou discutindo aqui é que os destaques efetivamente entraram no prazo. Não posso cercear o direito que os membros da Comissão têm de apresentar seus destaques. Assim, vamos ter de apreciar esses 5 destaques. Agora está encerrado, é claro.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, com relação a nossa emenda, vamos retirar. Retiramos a nossa emenda, para ajudar o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Retirado pelo autor o Destaque nº 2.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - A outra, a Emenda nº 01, do Deputado Pedro Fernandes, fica retirada em solidariedade ao nosso petebista Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Queria esclarecer a V.Exa. que o pedido de destaque está subscrito pelo Deputado Pedro Fernandes. É S.Exa. quem tem de pedir.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, retiro, dentro do mesmo espírito do Deputado Alex Canziani.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, apenas para tirar uma dúvida, sendo que ainda estamos recebendo sugestões, para, como diria um amigo meu, mudar de assunto: está encerrado o prazo para apresentação de destaques?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deixe-me esclarecer a V.Exa. Parece que V.Exa. não entendeu.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Esclareça a todos, não só a mim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O prazo foi encerrado na hora em que a Presidência declarou o encerramento. O que houve foi uma falha de comunicação, porque a secretária está aqui presente na mesa e seus companheiros de trabalho receberam os destaques mas não os trouxeram. Os destaques foram encaminhados à Secretaria antes do encerramento do prazo. Portanto, entraram dentro prazo, não houve prorrogação.

Por outra razão, anuncio aos presentes que quanto aos 5 destaques a que estou me referindo — Destaques nºs 3 a 7, porque os nºs 1 e 2 já foram retirados —, como o autor não está presente, estão prejudicados. *(Pausa.)*

Votado o Relatório, retirados os destaques e prejudicados outros destaques em virtude da ausência do autor, vamos suspender esta reunião...

Ainda havia os avisos do Tribunal de Contas da União, não é? *(Pausa.)*

Gostaria de fazer um comentário. Estamos numa experiência nova, a Resolução nº 1, que, aliás, tem trazido dor de cabeça para todo o mundo.

O art. 138, § 1º, da Resolução nº 1, refere-se à ausência do autor no caso dos incisos II e III, que são os casos referentes às emendas de Comissão e de bancada aqui presentes e que, equivocadamente, tínhamos considerado prejudicadas. Teremos de agora, à luz desse dispositivo, de reformular a posição anterior.

Por isso, quero ler o que diz o art. 138, §§ 1º e 2º da Resolução nº 1:

> *"§ 1º A ausência do autor, no caso dos incisos II e III, não prejudicará a votação do destaque apresentado.*
>
> *§ 2º Os destaques a emendas de Comissão Permanente ou de Bancada Estadual somente poderão ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III."*

Como esses destaques foram apresentados pelo coordenador de bancada, teremos de examiná-los e votá-los.

Vou passar os destaques ao Relator, para que S.Exa. proceda ao parecer.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - São 3 emendas apresentadas pelo coordenador da bancada de Rondônia.

Nosso parecer é pela rejeição, encaminhando-as ao nosso querido Relator-Geral, Deputado José Pimentel, para possível análise e acolhimento, como sugestão. Assim como as 2 outras emendas anteriores que foram retiradas mas, ainda assim, por acordo, também foram encaminhadas ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continua em discussão. *(Pausa.)*

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que acatam a indicação de rejeição do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados. Não vai ao Senado, porquanto o assunto já morreu na representação da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Sr. Presidente, apenas para registrar a V.Exa. e a sua assessoria os nossos agradecimentos pelo acompanhamento de todo esse processo. Para mim, foi uma experiência muito rica, muito importante, única no âmbito do Congresso Nacional.

Registro o trabalho intenso e diuturno dos consultores João Batista Pontes, que está aqui ao meu lado, Orlando Cavalcante, do Senado, e Roberto Guimarães, da Câmara. São verdadeiros anjos da guarda, que nos permitiram chegar a este momento, quando o relatório setorial da área de Justiça e Defesa, que tem agora muita importância, é aprovado com essa tranqüilidade, com o apoio coletivo da Casa e com apenas alguns questionamentos importantes, que necessitam ser esclarecidos. Mas conseguimos concluir em tempo adequado. É o primeiro relatório setorial a ser apresentado, já vencendo, portanto, essa primeira etapa.

Deixo de público meu agradecimento. E expresso a confiança do nosso Relator-Geral e do nosso Presidente nesse grupo, não apenas na minha pessoa, mas no grupo que me acompanhou durante todo esse período e nos permitiu chegar a este momento. Faço, portanto, publicamente este agradecimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos. Esperamos que os próximos relatórios tenham esse mesmo caminho.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Vou suspender esta reunião, que deverá ser reiniciada às 20h, quando presumimos que o Senado e a Câmara Federal já terão encerrado a votação da Ordem do Dia.

Convoco também uma reunião com todos os coordenadores de bancada para as 19h30min, na sala da Comissão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Seria interessante que os coordenadores de partidos representantes das bancadas estaduais também estivessem presentes à reunião das 19h30min para discutirmos alguns aspectos de procedimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, queria só prestar um esclarecimento em questão de ordem, se V.Exa. me permite.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Há um orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, na verdade, houve entendimento entre as bancadas e V.Exa. no sentido de superarmos o interstício que deveria ser observado na votação deste relatório da área de Justiça e Defesa.

Gostaria de deixar claro que esse entendimento não é regra para a apresentação dos demais relatórios de áreas temáticas. Serão apresentados mais 9 relatórios de áreas temáticas e a bancada do PSDB tem interesse na apreciação detalhada de cada um desses relatórios. Portanto, deixo claro que o fato de termos promovido entendimento em relação a este relatório especificamente não invalida o fato de que a bancada do PSDB vai, evidentemente se levando em conta as circunstâncias de cada caso, proporcionar a possibilidade de que esse artigo do Regimento em relação ao interstício das matérias seja observado.

Era o esclarecimento que gostaríamos de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Esta reunião será reiniciada às 20h, conforme já foi avisado.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Declaro reiniciada a sétima reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação constante das Pautas nºs 36 e 37/2007.

Tendo em vista a continuação da sessão no plenário do Senado Federal, suspendo esta reunião e convoco sua continuação para amanhã, dia 05 de dezembro, quarta-feira, às 10 horas, neste plenário.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reiniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36 e 37 de 2007.

Lembro a todos que a finalidade da continuidade da 7ª Reunião Extraordinária é a apreciação das Pautas nº 36 e 37. Todavia, na reunião anterior, foi deliberada a inversão da pauta, de forma que vamos apreciar agora a Pauta nº 37, em vez da Pauta 36.

Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2008 (PLN nº 30/2007-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte. O Relator é o Deputado Manoel Junior, que se encontra na ante-sala do plenário.

Convido o Deputado Manoel Junior a adentrar o plenário para proceder à leitura de seu relatório e da errata.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, está sendo exigido de nós que os destaques sejam apresentados por eletrônico. Sugiro à Mesa que, se possível — acho que isso não está na resolução —, nos permita apresentá-los manuscritos. Por que eles têm que ser feitos só pelo computador? Há alguma exigência legal, alguma resolução nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não há nenhuma restrição regimental ao que V.Exa. está sugerindo, ou seja, que, em vez de utilizar o meio eletrônico para apresentar o seu destaque, o Parlamentar o faça de próprio punho. Mas é preciso fazê-lo com clareza, lançando todos os dados. Pode-se até recorrer à assessoria para, se for preciso.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito. Tudo bem. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, nós estamos por iniciar a leitura do Relatório Setorial pelo Deputado Manoel Junior.

Quero dizer, em nome do Democratas, que nós, no caso específico deste relatório, abrimos mão do prazo regimental, em razão de um acordo que está sendo produzido; porém, reafirmamos que não temos esse compromisso com relação aos próximos relatórios setoriais, dos quais nós vamos cobrar o cumprimento dos prazos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem toda razão. Quando há acordo, ele se aplica a casos específicos. Evidentemente, não se pode incluir nele o que não foi nem sequer discutido. O acordo celebrado corresponde aos anseios de toda a Comissão, do Congresso Nacional e da sociedade em geral, porque visa à agilização do processo de elaboração do orçamento. Não queremos suprimir instâncias, até porque esse seria um fator de limitação das prerrogativas dos próprios membros da Comissão.

V.Exa. tem toda razão, e acatamos inteiramente a observação que está fazendo. Esta Presidência jamais adotaria qualquer prática que ferisse os legítimos interesses de quaisquer dos membros que integram esta Comissão, do Congresso Nacional e da sociedade em geral. A nossa preocupação em relação aos trabalhos desta Comissão é no sentido de que eles sejam sempre transparentes, absolutamente éticos. Não se vai fazer um acordo e tentar estender os seus itens a outros temas que não foram objeto da própria discussão. V.Exa. tem toda razão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Eduardo Sciarra, reafirmo a posição que adotamos ontem na Comissão, de que a bancada do PSDB vai procurar observar o prazo do interstício em relação a todos os relatórios temáticos que forem apresentados nesta Comissão.

É evidente que estamos abertos a entendimentos, mas queremos ter tempo suficiente para que a assessoria avalie cada um dos relatórios que forem apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Finalmente encontra-se presente o Relator da Área Temática IV, que se atrasou um pouco porque estava sendo muito requisitado pela imprensa — não quero justificar o seu atraso, mas explicá-lo.

Concedo a palavra ao Deputado Manoel Junior, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom-dia.

Inicialmente agradeço a V.Exa., Sr. Presidente; ao Deputado José Pimentel, Relator-Geral; ao Deputado Vignatti, Relator do PPA 2008/2011, a colaboração que me têm dado. Agradeço também aos membros dos comitês que nos ajudaram na elaboração deste relatório; à Assessoria da Casa, à Dra. Raquel, ao Dr. Murilo, ao Dr. Marcos, ao Dr. Paulo, assessores técnicos dessa área, e ao assessor de nossa Liderança, Dr. Webert, que também trabalhou conosco para que este relatório ficasse pronto e eu fosse o segundo Relator-Setorial a entregar o trabalho concluído.

Destaco também a participação dos membros e colegas da Comissão. Sempre que fui em busca de conselho, de orientação para exercer minha função de Relator-Setorial, já que estou cumprindo o meu primeiro mandato e me faltava experiência para tamanha responsabilidade como a de atuar nesta Comissão.

Todos os coordenadores de bancada foram extremamente sensíveis aos nossos apelos, até porque este ano foi diferente do ano passado, 2006, quando o Relator-Setorial dessa área, Deputado Paulo Rubem Santiago, teve efetivamente um aporte de recursos maior. S.Exa. dispôs de 696 milhões de reais para atender a 81 emendas, ao passo que neste ano foram acrescidas 3 emendas coletivas, totalizando 84 emendas, e os recursos alocados na distribuição para os Relatores- Setoriais foram apenas 542 milhões.

Efetivamente, o Deputado Devanir Ribeiro e outros coordenadores de bancada, como, por exemplo, o Deputado Carlos Eduardo Cadoca, estiveram conosco. Nós sempre expusemos nossa dificuldade em relação à distribuição dos parcos e mingos recursos, até porque na Área Setorial IV foram apresentadas emendas no total de 9 bilhões de reais, para 542 milhões de que dispúnhamos.

Sr. Presidente, passarei agora a ler o relatório da Área IV, começando por uma frase da Professora Maria Montessori, que cito no trabalho: *"Evitar conflitos é obra da política, construir a paz é obra de Educação."*

"1 - Introdução.

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2°, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, Mensagem nº 115, de 2007-CN (nº 649, na origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, coube a esta Relatoria a missão honrosa de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática IV, composta pelos seguintes órgãos: 24000 - Ministério da Ciência e Tecnologia — MCT; 26000 - Ministério da Educação — MEC; 42000 - Ministério da Cultura — MINC; e 51000 - Ministério do Esporte — ME.

2 - Análise da proposta.

2.1 - Comparativo entre os recursos dos ministérios da Área Temática IV e as Receitas Correntes do Tesouro no período 2005 - 2008.

A Tabela I, que V.Exas. podem analisar, até porque estou lendo o resumo e foi distribuído para V.Exas. o relatório global, com todas as tabelas e anexos, apresenta os valores da despesa orçamentária dos órgãos desta Área Temática, bem como a Receita Corrente do Tesouro Nacional, importante agregado de receita do orçamento federal.

A Tabela I traz os órgãos da Área Temática IV e a Receita Corrente do Tesouro.

Os números da Tabela I mostram que o total de dotações dos órgãos considerados — R$38,1 bilhões — representa 5,3% da Receita Corrente do Tesouro Nacional estimada para 2008. Esse percentual supera os de 2005 e 2006, mas fica abaixo do de 2007.

No período, os orçamentos dos Ministérios, com exceção do Ministério do Esporte, apresentaram crescimento superior ao da Receita Corrente, com destaque para o orçamento do Ministério da Cultura — MINC, com 90,6%. Tal fato indica que o Poder Executivo tem reconhecido a relevância desses órgãos para o desenvolvimento econômico e social do País.

Já a Tabela II apresenta o detalhamento do orçamento dos órgãos sob a ótica do identificador de resultado primário. A análise dos números evidencia os distintos perfis dos Ministérios. Em um extremo, há o Ministério da Educação, no qual prevalecem as despesas obrigatórias, com 65,6% do total. No outro, o Ministério do Esporte, com 95,5% de despesas discricionárias. Por sua vez, os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura apresentam 71% e 72,4% de despesas discricionárias, respectivamente.

2.2 - Ministério da Educação — MEC.

A melhora na qualidade da educação tem sido a principal diretriz do Governo Federal, haja vista que só é possível alcançar desenvolvimento econômico com distribuição de renda se a população tiver condições de atender às crescentes exigências do mercado de trabalho.

Com esse intuito, em abril de 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação — PDE, que consiste em um conjunto de ações estruturadas voltadas para 4 áreas de intervenção: alfabetização, educação básica, educação profissional e educação superior.

Esse plano marca nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional que o Governo Federal prestará aos Estados e municípios que firmarem o compromisso Todos pela Educação. O apoio usará como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB. Com isso será possível identificar e acompanhar os municípios que apresentem os menores índices e atuar de forma mais efetiva para melhorar a qualidade da educação nessas localidades.

O orçamento do MEC é distribuído entre as suas 133 unidades orçamentárias, que compreendem, dentre outras, a administração direta, escolas técnicas e agrotécnicas federais, centros federais de educação tecnológica, instituições federais de ensino superior, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE.

Considerando-se o Projeto de Lei Orçamentária para 2008 — PLOA 2008 e o autorizado para 2007, verifica-se um acréscimo de R$3,3 bilhões no orçamento do Ministério da Educação, representando 11,8% a mais de recursos. A proposta para 2008, quando comparada com a apresentada para 2007, indica um aumento nos recursos alocados a esse órgão de R$4,8 bilhões, ou cerca de 18,3%. Os dados iniciais de 11,8% são relativos àquilo que está sendo já executado no orçamento de 2007.

A proposta orçamentária para o Ministério da Educação inclui R$25,8 bilhões para despesas com a função "12 - Educação", R$4,9 bilhões para a função "09 - Previdência Social" e R$529 milhões para "28 - Encargos Especiais", totalizando R$31,2 bilhões.

A Tabela III, distribuída a V.Exas., mostra os valores do orçamento do Ministério da Educação por Grupo de Natureza da Despesa — GND para o período de 2005 a 2007. Os valores de 2005 e 2006 são os da execução da despesa, liquidados. Para 2007, são apresentados os valores da proposta orçamentária, da dotação inicial e do autorizado até 11 de outubro, enquanto para 2008, os valores da proposta orçamentária.

A despesa com o grupo "Pessoal e Encargos Sociais", no projeto para 2008, alcança R$15,2 bilhões, correspondentes a 48,5% do total previsto para o órgão. O grupo "Outras Despesas Correntes" — R$13,8 bilhões — representa 44,1%, e o de "Investimentos" — R$2,1 bilhões — 6,8% da despesa total.

Comparando-se os valores autorizados para 2007 com a proposta para 2008, nota-se um crescimento significativo na despesa do grupo "Outras Despesas Correntes" — R$3,1 bilhões. O valor alocado para 2008, quando comparado com a despesa liquidada em 2006, representa um crescimento de R$5,4 bilhões. Quanto aos "Investimentos", o valor para 2008 é cerca de 4% maior do que o autorizado para 2007. No entanto, este valor, comparado com o liquidado em 2006 — R$1 bilhão — indica um crescimento de mais de 100% nestas dotações.

Por sua vez, a Tabela IV apresenta os principais programas do Ministério da Educação e a distribuição de seus recursos por Grupo de Natureza da Despesa — GND. Destacam-se, pela ordem, "1073 - Brasil Universitário", que representa 38,3% do total do órgão para 2008; "1061 - Brasil Escolarizado", com 27%, "0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União", com 15,7%; e "1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica", com 5,4%.

Tomando-se o conjunto dos principais programas voltados para a Educação Básica — Brasil Escolarizado, Qualidade na Escola e Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos —, verifica-se que a soma dos valores alocados, R$9,5 bilhões, representará, em 2008, 30,4% dos recursos programados. A soma dos principais programas voltados para a Educação Superior — Brasil Universitário e Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica — totaliza, Sr. Relator-Geral, cerca de R$12,9 bilhões, ou 41,3% da despesa total do órgão.

Verifica-se que a alocação de recursos em termos percentuais para a educação básica vem crescendo. Em 2006 os recursos para programas da educação básica representaram 22% do total do MEC, enquanto que as ações do ensino superior somaram 47,2% dos recursos liquidados. Essa tendência se dá em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional nº 53/2006, que instituiu o FUNDEB e ampliou o foco de atenção da União do ensino fundamental para toda a educação básica.

No que se refere à educação de jovens e adultos, o desafio é reduzir a taxa de analfabetismo, que tem sido de cerca de 11% nos últimos anos. Com o Programa Brasil Alfabetizado e com o Educação de Jovens e Adultos, que contam com R$381 milhões, pretende-se aumentar o engajamento de professores das redes públicas estaduais e municipais, de modo que o quadro de alfabetizadores seja composto, em sua maioria, por esses profissionais. A

prioridade será a região Nordeste, que infelizmente concentra 90% dos 1,1 mil municípios que possuem taxa de analfabetismo superior a 35%.

As principais ações do orçamento do Ministério da Educação para a Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio — são apresentadas na Tabela V. Diversas ações supletivas são apoiadas pelo MEC com o intuito de assegurar o acesso e a permanência dos alunos na escola, dentre as quais se destacam: apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, que recebeu R$1,9 bilhão para assegurar as refeições, ao longo de 200 dias letivos, para 44 milhões de alunos de creches, pré-escolas, ensino fundamental e comunidades indígenas; distribuição de materiais e livros didáticos para o Ensino Fundamental, com R$350 milhões para 51,4 milhões de unidades; distribuição de materiais e livros didáticos para o Ensino Médio, com R$550 milhões para 43 milhões de unidades; apoio ao transporte escolar na Educação Básica, com R 401 milhões.

Por sua vez, para a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB, foram consignados R$3,1 bilhões, distribuídos entre 9 Unidades da Federação, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. São, na verdade, Sr. Relator-Geral, 7 Unidades da Federação do Nordeste e 2 do Norte.

Na Tabela VI estão sintetizadas as informações sobre as principais ações da subfunção 364 - Ensino Superior. A maior parte dos recursos, R$8,7 bilhões, destina-se à manutenção das 59 Instituições Federais de Ensino Superior — IFES, funcionamento de cursos de graduação. Além disso, merece destaque a alocação de R$823,2 milhões para ações de Expansão do Ensino Superior Federal, abrangendo a ação "8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI", a criação de 67 novos campi, a implantação da Universidade Federal do Pampa, assim como ações que asseguram a continuidade da implantação das Universidades Federais do Recôncavo da Bahia e do ABC e da Grande Dourados.

A Tabela VII detalha a programação do Ministério da Educação para 2008 por grupo de unidades orçamentárias. O conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem recursos programados em seus orçamentos no valor de R$ 16 bilhões, o que representa 51,3% dos recursos totais do ministério. O orçamento previsto para o FNDE, autarquia responsável pelos programas voltados para a Educação Básica, é de R$ 9,5 bilhões, sendo a Contribuição Social do Salário Educação (cota-federal - fonte 113), uma das principais receitas dessa unidade orçamentária.

2.3 - Ministério da Cultura - MinC

Entre os principais objetivos do MinC para 2008 estão a ampliação do acesso dos brasileiros aos bens culturais, bem como a elevação da oferta de equipamentos necessários para a produção cultural. Além disso, pretende-se incentivar o investimento em cultura de modo a gerar oportunidades de negócio e capacitação (artística, técnica e gerencial) para trabalhadores, profissionais liberais, micro, pequenas e médias empresas no mercado cultural brasileiro.

A proposta orçamentária prevê R$ 1,0 bilhão para o Ministério da Cultura, 49% a mais do que a proposta de 2007 do anterior. Quando comparada com o montante autorizado para 2007, o acréscimo é de 12%. Cumpre ressaltar que o orçamento do MinC tem recebido, nos últimos exercícios, considerável aporte de recursos provenientes de emendas aprovadas no Congresso Nacional. Em 2007, as emendas parlamentares agregaram R$ 221 milhões (mais 32%) aos valores do projeto encaminhado pelo Executivo.

3 Fonte SIAFI. Valores até 11/10/2007.

O Ministério da Cultura, além da unidade orçamentária Administração Direta, compreende ainda a Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Cultural Palmares; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Fundação Nacional de Artes; Agência Nacional do Cinema e Fundo Nacional de Cultura.

O Fundo Nacional de Cultura - FNC, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e o MinC (Administração Direta) constituem, nessa ordem, as unidades com maior volume de recursos. Juntas representam 74,9% do total previsto para o órgão em 2008.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos recursos quanto à natureza da despesa. Para 2008, observa-se que 60% do total destina-se a despesas correntes, 23% a gastos com pessoal, 12% a investimentos e 5% às demais despesas. Em relação à proposta de 2007, destaca-se o crescimento de R$ 222 milhões das despesas correntes. Os investimentos, quando comparados ao PLOA 2007 apresentam um crescimento de R$ 25 milhões.

Para maior compreensão da área de atuação do Ministério, estão listados na próxima tabela os principais programas — estão nas tabelas que foram distribuídas a V.Exas. Constata-se que os "Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais" constituem 32,4% do total, enquanto os "Programas Finalísticos" representam 67,6%.

Dentre os programas finalísticos destacam-se "Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania", com R$ 135 milhões, que tem por escopo ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural; "Brasil, Som e Imagem", com R$ 131 milhões, a fim de ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual; "Livro Aberto", com R$ 121 milhões,
o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual; "Livro Aberto", com R$ 121 milhões, para formar leitores em diversos níveis de competência, estimular o hábito da leitura, facilitar o acesso a bibliotecas, manter o controle bibliográfico nacional e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário; e "Engenho das Artes", com R$ 71 milhões, com o intuito de aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

Por meio do IPHAN, serão realizadas obras de preservação cultural e promovidas iniciativas de capacitação e educação patrimonial. Há sob tutela do instituto quase 21 mil imóveis e 13 mil sítios arqueológicos, Senador Dornelles. Para essa finalidade, o programa Brasil Patrimônio Cultural recebeu R$ 71 milhões.

Item 2.4.

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

É senso comum que a ciência, a tecnologia e a inovação são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de um País, pois propiciam crescimento econômico com geração de emprego e renda. Entre as principais linhas de atuação do MCT para 2008, merece destaque a concessão de 52.000 bolsas, entre formação, pesquisa e extensão, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; o fomento a projetos e redes em centros de pesquisa e institutos tecnológicos, bem como expansão da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa — RNP; o aumento da geração de energia nuclear, com a retomada da construção de Angra 3; o desenvolvimento de satélite sino-brasileiro; a promoção da pesquisa e desenvolvimento de fontes de energias renováveis, com implantação de um centro de referência mundial em etanol; a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos focados em cadeias produtivas locais, de modo a agregar valor à produção de comunidades carentes, sobretudo da agricultura familiar.

A proposta orçamentária do Ministério da Ciência e Tecnologia para 2008 alcança R$ 5,6 bilhões, o que representa crescimento de 8,2% em relação aos R$ 5,1 bilhões da proposta anterior e elevação de 4%, quando comparada à dotação autorizada para o ano corrente. Ressalte-se, no entanto, que R$ 649 milhões (11,7% do total do órgão) estão apropriados em reserva de contingência (GND 9), o que inviabiliza sua utilização, contra R$ 785 milhões da proposta anterior e R$ 635 milhões do orçamento autorizado para 2007 alocados no GND 9.

O Ministério da Ciência e Tecnologia compreende, além da administração direta, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN; a Agência Espacial Brasileira — AEB; as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. — INB; a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. — NUCLEP e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT.

As três principais unidades orçamentárias do MCT, em volume de recursos, são: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, com 47,5% do total, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, com 15,4%, e Administração Direta do MCT, com 14,7%, que juntas representam 77,6% dos recursos do órgão.

A tabela seguinte, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, mostra a distribuição dos recursos entre as unidades orçamentárias. Essa distribuição praticamente repete a da proposta anterior. Verifica-se que apenas as unidades Indústrias Nucleares do Brasil S.A. — INB, e FNDCT tiveram crescimento significativo, próximo a 20%, em relação aos dois últimos exercícios.
crescimento significativo (próximo a 20%) em relação aos dois últimos exercícios.

Quanto à distribuição dos recursos por grupo de despesa, na proposta atual, foram destinados 53,9%, 17,7% e 16,5% aos grupos "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Pessoal e Encargos Sociais",

respectivamente. Vale notar a inércia das despesas com investimentos em relação aos valores autorizados para o ano corrente, conforme apresentado na Tabela XIV.

Dentre os principais programas do MCT, em termos de volume de recursos, destacam-se: "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior — PITCE", com 26,4% do total do órgão; "Nacional de Atividades Nucleares", com 17,1%; "Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico", com 13,7%; "Reserva de Contingência", com 11,7%; e "Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação", com 11,2%. Os Programas Finalísticos somam 75,3%, os de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, 12,6% e os demais 12,1%. Os três maiores programas juntos acumulam 57,2% dos recursos do órgão, como pode ser visto na Tabela XV.

O Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior —PITCE", que conta com R$ 1.468 milhões na proposta para 2008, visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional; o "Nacional de Atividades Nucleares", que dispõe de R$ 951 milhões, tem por objetivo garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para a indústria nuclear. Já o Programa "Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico", com R$ 764 milhões, almeja expandir e aperfeiçoar a infra-estrutura técnico-científica, bem como apoiar pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do País. Por sua vez, o Programa "Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação", que recebeu R$ 624 milhões, visa formar e capacitar pesquisadores para melhor atender às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade.

Fundos Setoriais do MCT

No âmbito do MCT, atualmente há quinze fundos setoriais em operação, cada um com recursos próprios e exclusivos. Eles têm por objetivo garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para o setor, apoiando o desenvolvimento e a consolidação de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo, além de incentivar a geração de conhecimento e inovações que contribuam para a solução dos grandes problemas nacionais.

Verifica-se, na Tabela XVII, que o total de dotações consignadas aos fundos setoriais atingiu R$ 2,2 bilhões no PLOA/2008. Esse valor supera em 27,9% o R$ 1,7 bilhão autorizado para o ano corrente. No entanto, o crescimento em relação à proposta de 2007, que totalizava R$ 1,9 bilhão, foi menor, ou seja, 17,7%. Se excluirmos, em 2008, os R$ 649,2 milhões destinados à Reserva de Contingência, restará R$ 1,6 bilhão, valor 42,6% maior do que o R$ 1,1 bilhão autorizado até 11 de outubro de 2007.

2.5 - Ministério do Esporte - ME

Assim como ocorre com o Ministério da Cultura, o orçamento desse Ministério também recebe aporte significativo de recursos quando da tramitação da proposta. Por esse motivo, é de se esperar que o montante previsto no PLOA/2008 seja menor que os valores liquidados e autorizados para anos anteriores. Além disso, cabe lembrar que nos últimos anos o Ministério recebeu volume expressivo de recursos para organização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos realizados este ano, fato que acentua as diferenças. No caso de se comparar a proposta para 2008 (R$ 285,3 milhões) com a anterior — reduzida dos recursos destinados aos Jogos —, constata-se um aumento de R$ 108,1 milhões.

Como mostra a Tabela XVIII, os grupos de despesa "Outras Despesas Correntes" e "Investimentos", com respectivamente 86,6% e 9,5% de participação sobre o total, detêm 96,1 % dos recursos destinados ao órgão para 2008. Note-se, no orçamento anterior, que a elevação dos investimentos em R$ 410 milhões, da proposta para a dotação inicial, reflete o efeito das emendas sobre a área.

Nessa área, o foco da atuação do Governo Federal recai principalmente sobre programas que possibilitem e incentivem a prática de esportes em segmentos da população em condições de vulnerabilidade e risco social.

A Tabela XIX apresenta os montantes consignados, no PLOA 2008, aos principais programas do Ministério do Esporte, por grupo de despesa. Merecem destaque: "Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo", com 48,1% do total de recursos do órgão; "Brasil no Esporte de Alto Rendimento — Brasil Campeão", com 21,1%; Inclusão Social pelo Esporte, com 8,1%; e "Esporte e Lazer na Cidade", com 7,4%.

O programa "Segundo Tempo" visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, de modo a ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens. Já "Brasil Campeão" tem por escopo democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior. Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social é o intuito do programa "Inclusão Social Pelo Esporte". Por fim, o programa "Esporte e Lazer na Cidade", direcionado às pessoas em situação de vulnerabilidade social, objetiva ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, de modo a reduzir a exclusão e o risco social.

Vale destacar, Srs. Parlamentares, caros colegas, que nessa área do esporte estivemos por duas vezes recebendo a presença de ilustres atletas de alto rendimento, campeões não só do Panamericano, mas campeões em eventos internacionais e por duas vezes requerendo do Congresso Nacional a participação em 1% do esporte brasileiro.

2.6 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB

Conforme disposto no item 44.1 do Parecer Preliminar, esta Relatoria-Setorial deve verificar o cumprimento dos limites e das ações referentes à Educação, inclusive os relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB — no projeto orçamentário para 2008.

A receita de impostos para da União"...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Quero advertir ao Plenário que há um orador na tribuna, exatamente o Relator da área de Educação. que está proferindo o seu parecer.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - "A receita de impostos da União para 2008, deduzidas as transferências constitucionais e a parcela destinada à DRU, está estimada em R$ 83,8 bilhões. Desse valor, R$ 15,1 bilhões (18%) estão vinculados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino. Cabe lembrar que, além disso, os recursos arrecadados com o salário-educação constituem fonte adicional de financiamento para a educação básica pública (CF, Art. 212, § 50). Consta da proposta que, deduzidas as transferências legais a Estados e Distrito Federal, a parcela do salário-educação destinada à União alcança R$ 3,5 bilhões.

Assim, a arrecadação prevista para 2008 vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino é de R$ 18,6 bilhões. O PLOA 2008 prevê a aplicação de R$ 21,3 bilhões nas despesas referentes à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Note-se, entretanto, que tais recursos, não podem ser aplicados em programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, os quais devem ser atendidos por contribuições sociais e outros recursos orçamentários. Constatou-se que na programação integrante do "Quadro 10C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (CF Art. 212)" o Poder Executivo relacionou indevidamente as ações "20B7 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro" e "OA26 Concessão de Auxílio-Financeiro". Como ambas têm caráter suplementar de assistência, não deveriam ser incluídas, pois assim estabelece o inciso IV do art. 71 da LD.

Observe-se que mesmo após reduzir o valor correspondente às duas mencionadas ações (R$ 90 milhões), no PLOA constam programações que superam em R$ 2,7 bilhões o valor mínimo legalmente exigido (14,8% a mais do que aquilo que manda a lei).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008 (LDO 2008), no art. 13, inciso XV, estabelece que a lei orçamentária discrimine em categorias de programação específicas as dotações destinadas à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB. Verificou-se que para essa finalidade foram consignados R$ 3,1 bilhões, distribuídos entre nove unidades da federação, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Esse montante corresponde aos R$ 3 bilhões fixados no inciso VII do art. 60 do ADCT, somados à atualização monetária desse valor pelo INPC, conforme estabelece o art. 31, § 50, da Lei nº 11.494/2007 que regulamentou o FUNDEB.

O valor da complementação está dividido entre três fontes de recursos: 900 -Recursos Ordinários condicionada, com R$ 1,6 bilhão; 112 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com R$ 0,9 bilhão; e 100 - Recursos Ordinários, com R$ 0,6 bilhão. Assim, constata-se que foi observada a regra constitucional que determina que a vinculação de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, estabelecida no art. 212 da Constituição Federal, suportará, no máximo, 30% da complementação da União.

2.8 - Obras com indícios de irregularidades

Em atenção ao disposto nos itens 45.2 e 45.3 do Parecer Preliminar, verificamos que nesta Área Temática há 2 obras com indícios de irregularidades, conforme informado em relatório do Tribunal de Contas da União. Cabe registrar, entretanto, que, até o momento de apresentação deste relatório, o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves ainda não havia se manifestado oficialmente sobre o tema. Dessa forma, optamos por manter as dotações alocadas na proposta orçamentária. As programações correspondentes às obras mencionadas estão relacionadas na Tabela XXI. Observe-se que elas não foram objetos de emendas — isso é importante de destacar.

4 - Das emendas apresentadas

À programação dos ministérios que integram a Área Temática IV, foram apresentadas 2.303 emendas, sendo 2.219 individuais e 84 coletivas.

Quero ressaltar que no ano anterior, 2007, foram apresentadas apenas 81 emendas coletivas. Este ano, portanto, houve mais 3 emendas coletivas nesta Área Temática.

Após análise inicial, algumas emendas foram transferidas para outros setores, como também algumas foram recebidas. O quadro apresentado a seguir, que V.Exas. têm no relatório distribuído, relaciona as transferências de emendas.

Das emendas coletivas, 15 foram apresentadas por Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e 69 por bancadas estaduais.

Convém ressaltar que, conforme consta do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, aprovado pela CMO em 23 de novembro, a Emenda nº 7112.0008, da Bancada do Mato Grosso, foi declarada inadmitida.

Por fim, informamos que alguns Parlamentares solicitaram a retirada de emendas desta Área Temática, como está demonstrado no quadro de que dispõem V.Exas.

Quero ressaltar que, em nosso relatório preliminar, deixamos a reserva dessa emenda da bancada do Mato Grosso que foi inadmitida. Efetivamente a decisão não compete ao Relator-Setorial da Área, mas ao Plenário.

4.1 - Dos recursos para o atendimento das emendas

Para atendimento das emendas individuais apresentadas no setor foram utilizados os recursos reservados para essa finalidade, conforme disposto no item 35.1 do Parecer Preliminar.

Por sua vez, para atender as emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos transferidos em conformidade com o item 36.2 do Parecer Preliminar, no montante de 542,6 milhões de reais".

Lembro os Srs. Parlamentares que as 84 emendas apresentadas à Área Temática IV perfazem um total aproximado de 9 bilhões, e nós tivemos apenas 542,6 milhões para o atendimento dessas emendas.

"Além disso, diante da escassez de recursos, foi imprescindível efetuar cancelamentos parciais em algumas dotações consignadas a investimentos e inversões financeiras dos órgãos integrantes desta Área Temática, observadas as disposições do Parecer Preliminar".

Peço a atenção dos nobres Parlamentares, sobretudo dos Deputados Cadoca, Devanir, José Pimentel, Sciarra e da Deputada Rose, para que esta Área Temática é extremamente sensível; ela trata da educação, do esporte, da cultura e da ciência e tecnologia. Nós tínhamos, como Relator-Setorial, a competência de proceder ao corte, nas chamadas GND-4, em até 40%. Mas não o fiz diante das necessidades desses órgãos e principalmente do País. Procedi como veremos na continuação do relatório.

Após criteriosa análise das programações das unidades orçamentárias, optamos por remanejar 277 milhões de reais. Note-se que esse valor situa-se bem abaixo do que autoriza o Parecer Preliminar.

"Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas e individuais propostas e aprovadas estão demonstrados na Tabela XXII, apresentada a seguir".

A tabela está à disposição dos Srs. Parlamentares.

No MEC foram 39 emendas; no Ministério da Cultura, 7 emendas; no MCT, 22 emendas; e no Ministério dos Esportes, 16 emendas. Estão registrados os valores solicitados, o número de emendas individuais, os valores aprovados e o total.

"4.2 - Dos critérios de atendimento das emendas

4.2.1 - Emendas individuais

As emendas individuais propostas nesta Área Temática têm por objetivo, em sua maioria, reforçar dotações que visam: fomentar a elaboração e a implantação de projetos de inclusão digital; apoiar pesquisas para o desenvolvimento social; apoiar a implantação de centros vocacionais tecnológicos; modernizar e recuperar a infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior; apoiar entidades de ensino superior não-federais; fornecer instrumental para ensino e pesquisa às instituições federais de ensino superior; modernizar a infra-estrutura física das instituições federais de educação tecnológica; fomentar projetos de arte e cultura; instalar espaços culturais; ampliar e modernizar a infra-estrutura para o esporte recreativo e de lazer; e ampliar a infra-estrutura para o esporte educacional. Todas as emendas individuais foram atendidas integralmente.

4.2.2 - Emendas coletivas

Na análise das emendas coletivas (comissões e bancadas estaduais) procuramos observar o mérito de cada proposição, bem como o atendimento das normas legais e regimentais.

No atendimento das emendas de bancada, adotamos como princípio a utilização de um critério que atendesse da forma a mais homogênea possível as bancadas, sem deixar de reconhecer as diferenças existentes entre as unidades da Federação. Assim, a distribuição dos recursos entre as emendas teve por base um critério que utilizou o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, a partir de um aporte mínimo idêntico por proposição. Além dessas diretrizes, foram realizados ajustes considerando-se as prioridades indicadas pelas bancadas e pelas comissões".

Quero, Deputado Eduardo Sciarra, mais uma vez agradecer aos coordenadores de bancada, que foram extremamente sensíveis, priorizando as emendas por bancada para obviamente ajudar nosso relatório e a distribuição dos parcos recursos da Área Temática IV.

Como disse anteriormente, eu poderia até ter ampliados meus cortes em até 40% para um maior atendimento, mas achei que isso não seria justo, diante das dificuldades por que passam as instituições de ensino e pesquisa e a área da cultura do País.

"5 - Indicações ao Relator-Geral

Esta Relatoria solicita ao Relator-Geral examinar a possibilidade de aportar mais recursos para apoiar o Centro Internacional de Física da Matéria Condensada — CIFMC (UnB-DF), programa pioneiro em pós-doutorado na área de física, tendo em vista a importância das pesquisas lá desenvolvidas. Convém apontar que a programação orçamentária do Centro integra o Ministério da Ciência e Tecnologia.

6 - Ajustes Técnicos

Cabe observar que alguns ajustes nas emendas se fizeram necessários, ou para adequá-las aos instrumentos legais, ou para corrigir inadequações técnicas. De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das emendas.

Faço um parêntese para dizer que meu trabalho começou no primeiro semestre, quando procurei os Srs. Ministros e a assessoria técnica e mandei ofícios a todas as comissões relativas à Área Temática IV.

Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos Srs. Parlamentares, dos representantes das bancadas ou das comissões cujas emendas foram ajustadas, com o objetivo de informá-los do problema ou de obter informações mais detalhadas. Apenas naqueles casos nos quais a correção era uma exigência, esse procedimento não foi seguido.

Era o que tínhamos a relatar".

Informo a V.Exas. que há uma errata relativa ao Setor IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte. Relator-Setorial - Emendas Individuais à Despesa Aprovadas por Autor. Na página 134 do relatório, temos: *"Autor: Valter Pereira; Emenda: nº 2361.0014; Unidade Orçamentária: 51101 - Ministério do Esporte; Subtítulo: Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - Estado do Mato Grosso do Sul; Valor Aprovado: 200.000 reais"*. Por "Valor Aprovado" leia-se: *"500.000 reais"* e não *"200.000 reais"*. Ou seja, o autor

solicitou, por ofício, à Comissão e à Relatoria-Setorial, um acréscimo, dentro do volume de receita estabelecido para cada parlamentar, no valor de 300.000 reais.

Sr. Presidente, lido o relatório, agradeço mais uma vez a V.Exa., aos Relatores José Pimentel e Vignatti e, principalmente à Dra. Raquel, ao Dr. Murilo, ao Dr. Paulo, ao Dr. Marcos e ao Dr. Webert diligentes, pontuais, precisos e extremamente éticos na feitura desta peça do Orçamento para 2008.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está em discussão o relatório, e iniciado o prazo para apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, no relatório do Deputado Manoel Junior foram apresentados, em bloco, os valores por Estado. Quando consultamos pela Internet, só conseguimos o relatório consolidado dos 4 Ministérios. Peço a V.Exa. que disponibilize por Ministério, para fazermos uma análise melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Relator, para prestar esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deputado Giovanni Queiroz, já pedi à Dra. Raquel e à assessoria que providenciem esse anexo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero inicialmente parabenizar o Deputado Manoel Junior por seu esforço. Na reunião de Líderes, V.Exa. usou a expressão "multiplicar os pães", referindo-se ao fato de os recursos não serem tão abundantes quanto se desejaria. No geral, o relatório de V.Exa. não merece críticas. Tenho certeza de que V.Exa. se esforçou para atender as bancadas, e para tanto realizou diversas reuniões com as bancadas estaduais no intuito de promover o equilíbrio das discussões entre os Estados da Federação. Louvo o esforço de V.Exa. e estou pronto para aprovar seu relatório.

Não há dúvida de que algumas questões devam ser consideradas, principalmente em se tratando de execução orçamentária e financeira por parte do Governo. Temos que levar em consideração que, no Orçamento de 2007, os valores empenhados alcançaram o montante de 970 milhões, que correspondiam somente a 43% da autorização, de 2,2 bilhões. A execução da Despesa, por sua vez, correspondeu a apenas a 27% da dotação autorizada. Esses são dados do SIAFI deste mês, de novembro para dezembro.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, isso demonstra que estamos votando lei morta, porque a peça orçamentária que votamos não foi executada. Estamos a menos de 30 dias de finalizarmos o Exercício de 2007, e a execução da Despesa só corresponde a 27% da dotação autorizada.

Se continuarmos presenciando esse tipo de atitude por parte do Governo Federal, Sr. Presidente, não teremos como promover o equilíbrio das políticas públicas nos Estados da Federação e nos Municípios brasileiros por completa falta de operação do Governo Federal.

Nesse caso do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial, os dados são extremamente claros. O baixo nível de execução financeira também é um dado aterrador. Até 2 de dezembro de 2007, os valores pagos correspondem somente a 22% da dotação autorizada.

Não sei se o Governo deseja com isso aumentar o resultado do superávit primário, mas fazê-lo às custas da ciência e tecnologia e da educação é realmente lamentável. Países como Coréia do Sul e Argentina passaram por grandes dificuldades, e investimentos na área de educação foram o grande diferencial que os ajudaram a superá-las.

Não podemos deixar de liberar os recursos que aqui aprovamos por conta do superávit primário. Ele é importante para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e das metas para controle da inflação; mas não podemos adotar essa postura no que diz respeito ao Ministério da Educação e tampouco aos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia.

Chamo a atenção da Comissão no sentido de travarmos uma discussão realista, porque cada um de nós com assento nesta Comissão, que aqui chegamos por voto popular, estamos lutando, legitimamente, por nossos Estado e Municípios, que honrosamente representamos.

É frustrante chegar ao final de cada exercício sem vermos os projetos e as políticas públicas completamente implementados e executados, por falta de celeridade do Governo e, principalmente, de uma postura mais pró-ativa na execução completa do Orçamento.

Por outro lado, Sr. Presidente, quando chega o final do ano — e esse mês de novembro, com a nova Resolução nº 01, deixou isso bem claro —, há uma enxurrada de créditos suplementares, de créditos extraordinários, com anulações de dotações de um ministério para outro. Isso significa que os critérios que adotamos na Comissão de Orçamento não são seguidos completamente pelo Governo Federal, porque, quando ele suplementa, por anulação, a dotação de um ministério para outro, ele está avocando para si prerrogativa do Congresso Nacional.

Por isso, temos que implementar o orçamento impositivo, para que essas discussões — muitas das quais, senão todas, longas — que travamos aqui na Comissão de Orçamento e no Plenário do Congresso Nacional não fiquem apenas como jogo de cena e passem a ser uma imposição da prerrogativa do Congresso Nacional, de cada um dos Senadores e Senadoras e de cada um dos Deputados e Deputadas, de legislar de acordo com as disposições do princípio federativo e, principalmente, com o fim de combater as diferenças regionais e inter-regionais.

Estamos aqui para alterar, emendar e melhorar a peça orçamentária enviada pelo Executivo. Mas se nossas atitudes, se o projeto que daqui sai finalizado com a votação no Congresso Nacional não é respeitado...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Presidência informa ao Deputado Claudio Cajado que já excedeu seu tempo de inscrição.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Qual é o tempo de tolerância que V.Exa. me concede, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. já teve 1 minuto de tolerância, e ainda temos 2 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, agradeço a tolerância peço só mais 1 minuto para concluir.

Neste tempo que me resta, quero firmar meu posicionamento de exigirmos do Governo Federal, do Poder Executivo, o cumprimento desta peça orçamentária que estamos votando. Recebi, há poucos instantes, a reestimativa de Receita, oriunda da lavra do Senador Francisco Dornelles. São mais 5 bilhões e 786 milhões de reais, que, tenho certeza, serão distribuídos entre os Estados, de acordo com as emendas apresentadas.

Não adianta, Sr. Presidente, ficarmos aqui nos esforçando, se o Governo não executa o Orçamento ao final de cada Exercício.

Concluindo, quero apenas deixar registrado este meu protesto e a esperança de que, em 2008, possamos ter efetivamente implementado o que aqui estamos votando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Quero parabenizar o nobre Relator por seu trabalho e dedicação e pedir a S.Exa. olhe com bons olhos nossos 4 destaques. Sei que os recursos são escassos e, portanto, que não é fácil atendê-los, mas também sei da possibilidade de indicar para o Relator-Geral pedido de aumento de recursos. Nesse sentido, peço a V.Exa. que considere a possibilidade de indicar o atendimento ao Estado do Ceará, um Estado pobre que precisa do Governo Federal mais do que os outros Estados da Federação, que têm mais condições de dar uma vida melhor para seu povo.

Apresentamos o Destaque nº 005, que visa criar um cinturão digital em todo o Estado do Ceará, o que significa, entre outras coisas, informatizar as escolas até mesmo dos locais mais distantes do Estado.

Sei das dificuldades de V.Exa., mas peço que indique esse destaque ao nobre Relator Pimentel. Esperamos que S.Exa. possa nos conceder um valor maior, dadas as grandes dificuldades existentes no Ceará. Precisamos informatizar o Estado para que as administrações sejam transparentes, para que sua população tenha

acesso à Internet, para que o Ceará possa acompanhar a elaboração do Orçamento da União e saber como lutamos por atender mesmo seus municípios mais distantes

Além desse destaque, temos também outras emendas, como a que diz respeito a esporte na região metropolitana de Fortaleza, que V.Exa. atendeu, na realidade, com 11 milhões de reais. Atendeu muito bem. Mas ainda peço a V.Exa. que indique essa emenda ao Relator-Geral, para que S.Exa. nos atender com mais recursos, porque precisamos tirar as crianças da ociosidade e colocá-las nas praças de esporte. Na realidade, elas estão sem lazer. Precisamos tirá-las dessa situação e colocá-las em praças de esporte.

Em relação à região metropolitana de Fortaleza, local em que fui um dos Deputados mais votados, tenho a incumbência de defendê-las com perseverança porque sei das suas dificuldades. As pessoas de todo o Estado do Ceará hoje saem de suas regiões e vão para a região metropolitana, em Caucaia, no Maracanaú, no Euzébio, em Aquiraz, locais de chegada à Fortaleza, que não têm sequer um campo de futebol, uma quadra de esportes para as crianças. Com essa emenda vamos atender a cada Município, vamos levar, por intermédio do Governo do Estado, infra-estrutura para o esporte e o lazer.

Nosso outro destaque fala da reforma e modernização da infra-estrutura física da Universidade Federal do Ceará, que V.Exa. atendeu com 9 milhões. O ensino na universidade federal cearense é um dos melhores do País, mas ainda precisamos modernizá-la, e para tanto são necessários mais recursos. Pedimos, portanto, a V.Exa. que indique esse destaque ao Relator-Geral, para que S.Exa. nos atenda com base no acordo de liderança que fizemos.

Quero dizer a V.Exa. também que temos uma emenda que solicita recursos para o Estádio de Maracanaú, local em que recebi 7 mil votos. Quero que V.Exa. olhe essa emenda com bons olhos e a indique para o Relator-Geral. Trata-se do Destaque nº 006. Na realidade, o Estado do Ceará está eleito como mais uma opção para sediar a Copa do Mundo de 2014. Precisamos, portanto, do nosso Maracanaú. Mas a nossa Caucaia também disputará a vaga para ter um dos melhores estádios. E como o Município de Maracanaú me deu 7 mil votos, ele tem a chance de estar aqui numa emenda de bancada e fazer com que o esporte se torne cada vez mais praticado no Estado do Ceará.

Esta é a oportunidade de pedir a V.Exa. que indique ao Relator-Geral essa emenda, para que S.Exa. nos atenda não com apenas 7 milhões, mas com muito mais. Sete milhões não dariam sequer para começarmos um estádio novo. O nobre Prefeito Roberto Pessoa passou aqui e pediu nosso apoio. Estamos ao lado dele e apoiamos sua iniciativa de realizar o sonho do povo de Maracanaú e do Estado do Ceará.

No mais, parabenizo V.Exa. e novamente peço que atenda às nossas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra, aviso que os prazos para apresentação de destaque começam com a abertura do debate.

Alguns Parlamentares entregaram pedidos de destaque na Secretaria antes do começo do prazo, o que criou certo desconforto nos que estão seguindo os termos do Regimento, ou seja, os que estão apresentando seus destaques a partir de agora.

Esclareço que esta Presidência, assim como a Secretaria, não tem o menor interesse em preterir ninguém. Agora, como os colegas já tinham apresentado os destaques, por uma questão de reverência a eles, consideraremos os já entregues. Mas de agora em diante, vamos cumprir rigorosamente o Regimento para evitar reclamação de terceiros. Somente será apresentado pedido de destaque após a abertura do prazo, feito com a leitura do parecer pelo Relator.

Era esse o esclarecimento.

Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente quero cumprimentar o nobre Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, que integra esta Casa há pouco tempo e já conquistou a confiança de todos os colegas por sua forma de se conduzir nas Comissões e nas outras atividades parlamentares. Cumprimento S.Exa. pela forma como conduziu a elaboração do relatório, ressaltando que sabemos das dificuldades que o Relator enfrenta — já fui Relator-Setorial.

Quero também levar ao Deputado Manoel Junior um pleito da bancada paranaense. Estamos destacando as emendas do Estado relativas à área da sua Relatoria, mas quero fazer um destaque especial à Emenda nº 11, da bancada do Paraná, que trata da alocação de recursos para o Ministério do Esporte para implantação de um ginásio de esportes em Curitiba. A obra é muito importante para a Capital do Estado. Gostaria que o nobre Relator-Setorial,

que já foi muito solícito quando encaminhamos o pleito, fizesse uma consideração especial com relação à Emenda nº 11, cujo Destaque é o de nº 045.

Também gostaria de falar a respeito da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O FNDCT teve, em 2007, baixo nível de execução orçamentária e de execução financeira. O Deputado Claudio Cajado já se manifestou a respeito do assunto, mas no projeto de lei de 2008, o uso de reservas de contingência mantém a tendência dos anos anteriores. O problema não é do Relator-Setorial, mas do Orçamento, em todas as áreas, que chega ao Congresso Nacional impelindo o Relator-Setorial a fazer tal distribuição.

Neste momento em que estamos votando, é importante dizer que a alocação de recursos da reserva de contingências para ações finalísticas — são 25% dos recursos do FNDCT — permanece neutralizada em reservas de contingência. As ações de fomento em pesquisa têm sido prejudicadas por esse dispositivo. Então, queremos ressaltar esse aspecto e dizer que não podemos, em busca de um superávit primário além do necessário, prejudicar a pesquisa e as ações de fomento.

Quero também dizer que os investimentos acabam ficando muito aquém das despesas relativas a pessoal e de outras despesas correntes.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação inclusive para que possamos balizar nossos trabalhos ao longo desta semana e da próxima. Gostaria que V.Exa. nos dissesse as datas de entrega dos relatórios setoriais até o presente momento, porque temos uma convocação que vale até sexta-feira e queríamos nos programar, o que é necessário.

Então, cumprimento mais uma vez o Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, e agradeço a S.Exa., ao tempo em que peço a V.Exa., Sr. Presidente, a gentileza de nos fornecer uma posição relativa às datas oficiais de entrega dos relatórios que já chegaram à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Atendendo à solicitação do Deputado Eduardo Sciarra, passo a informar as datas de entrada dos relatórios: Área 9, Agricultura e Desenvolvimento Agrário: distribuição em 5 de dezembro, às 10h; na Internet, 4 de dezembro, às 18h20min; errata, em 5 de dezembro, às 11h12min. Área 2, Saúde: distribuição em 5 de dezembro, às 10h; na Internet, 4 de dezembro, às 22h15min. Área 5, Planejamento e Desenvolvimento Urbano: distribuição ainda não realizada, será à tarde; na Internet, em 4 de dezembro, às 18h30min.

Em seguida, antes de anunciar o próximo orador, convido o Senador Francisco Dornelles para ocupar lugar à Mesa e formalizar a entrega de sua reavaliação de receita. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, tenho o prazer de passar às mãos de V.Exa., bem como às do Relator-Geral, dentro do prazo, o relatório de atualização da receita, segunda avaliação.

Na segunda avaliação, tivemos um acréscimo de receita bruta de 8 bilhões de reais, que em valor líquido totalizam 5 bilhões e 700.

O ponto para o qual chamo a atenção de V.Exa. é o fato de que, em decorrência do aumento do PIB e do aumento do INPC nos últimos meses, tudo indica que vai haver aumento do superávit primário e também do salário mínimo, que, de acordo com os parâmetros, deverá ser fixado não abaixo de 408 reais e 90 centavos.

Essas as considerações que passo a V.Exa.

Agradeço a honra de trabalhar sob seu comando, seguindo sua orientação. Este trabalho em grande parte decorre do intenso esforço empreendido pelos Assessores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a quem cumprimento na pessoa do Dr. Consentino.

Repito: para mim, foi uma honra muito grande estar aqui e trabalhar sob sua direção.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Creio que expressando o sentimento de todos os integrantes desta Comissão, agradeço ao Senador Francisco Dornelles o trabalho eficiente e, sobretudo, de tal maneira expedito e rápido que agora entrega a segunda avaliação de receita, nos dando a auspiciosa notícia de um número que certamente vai contribuir para que esta Comissão possa realmente atender razoavelmente às demandas de todos os Estados da Federação aqui representados. Refiro-me ao acréscimo de receita bruta de 8 bilhões de reais, e de receita líquida de 5 bilhões e 700. Os números realmente falam muito bem da economia do País e, sobretudo, da forma competente como o Governo vem administrando o setor financeiro e econômico.

Vamos continuar a ouvir os oradores. Está inscrito o Deputado Vanderlei Macris.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, pelo desempenho na realização do trabalho e também o Senador Francisco Dornelles pela entrega da avaliação de receitas, da qual tivemos oportunidade de participar, caracterizando a possibilidade de esta Comissão, como disse V.Exa., Sr. Presidente, atender às demandas da sociedade brasileira nos Estados aqui representados.

Em relação ao relatório específico da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações em nome da bancada do PSDB. Tivemos, ao longo desses anos todos, um discurso governamental que definiu a educação como prioridade, afirmando que ela constitui um dos 3 pilares básicos da ação do Governo e sua prioridade estratégica no desenvolvimento propalado no PPA para o período de 2008 a 2011, que claramente aponta nessa direção. Mas é interessante ver que uma análise um pouco mais detalhada principalmente das despesas do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, feita por grupos de despesas, aponta realmente algumas distorções para as quais eu gostaria de chamar a atenção dos nobres pares.

A dotação de pessoal foi incrementada em apenas 1,5%. Fica a pergunta: tendo o Governo definido como prioridade absoluta a educação, e havendo o incremento de 1,5%, apenas, como dotação de pessoal, será que o setor não carece efetivamente de melhoria salarial, principalmente para os professores, os comandantes do processo educacional brasileiro? Não carece também o setor da contratação de novos professores para fazer frente à prometida expansão do ensino universitário, por exemplo, como diz e quer o Presidente Lula? Vejam que o Orçamento, na área de educação, aponta em direção contrária à do discurso do Governo.

Os investimentos também apresentam apenas 4% de evolução em relação ao Orçamento de 2007 para o mesmo setor. Repito: 4%. Será que é suficiente para a ampliação da estrutura educacional a cargo do Governo Federal? É a pergunta que fica novamente.

O apoio administrativo recebe acréscimo de 30% em relação ao ano anterior. É justificável esse incremento?

Sr. Presidente, tais incoerências e distorções deixam claras perguntas a serem respondidas pelo Governo no que diz respeito à solução do problema educacional, posto como prioridade absoluta pelo Governo.

Agora, qual é a ampliação prevista para o ensino técnico profissionalizante? Esse é outro tema importante que queremos destacar. Quantos CEFETs ou Agrotécnicas estão previstos para serem criados?

Qual é a expansão prevista no Ensino Superior, com a construção de novas universidades, interiorizando o ensino universitário, como dito no discurso do Presidente?

Sr. Presidente, o Governo vem aplicando os recursos da Educação mediante créditos suplementares — essencialmente créditos extraordinários — por meio de medidas provisórias. Podem justificar-se: *"Não, mas quanto a isso, teremos créditos suplementares e extraordinários"*. E onde fica o Congresso Nacional na avaliação, detalhamento, discussão, priorização desses investimentos, principalmente na área do ensino? É total descaso o que o Governo tem em relação ao Parlamento.

Quando os créditos vêm por medida provisória, fica clara a idéia de que o Governo não tem planejamento e atua de acordo com as necessidades e as demandas da sociedade, principalmente as dos Estados, que são atendidas sempre aquém do necessário, conforme claramente demonstrado nos pequenos números relativos a investimentos na área de educação, em particular no ensino técnico e tecnológico. Isso porque o Governo não sabe planejar — é incompetente para fazê-lo — e não consegue apresentar numa proposta orçamentária como esta qual será a política a ser desenvolvida ao longo do tempo. Então, faz um discurso lá na base; sai pelos Estados fazendo discursos, priorizando a educação; quando vem a proposta orçamentária, aparecem estes números pífios, a exemplo de 1,5% da dotação de pessoal.

Sr. Presidente, essas questões para as quais chamamos a atenção é que tiram também a possibilidade deste Parlamento atuar em relação a cada um dos créditos, porque todos vêm por medida provisória. O debate é feito *a posteriori*, porque elas entram em vigência logo no início. Portanto, o Parlamento não tem condições de se adequar; mais do que isso: de planejar ou apontar caminhos para o Governo, do ponto de vista dos investimentos.

Em 2007, por exemplo, a dotação inicial foi suplementada em quase 50%, quanto aos investimentos. Ora, se serão suplementados também neste próximo ano em 50%, isso caracteriza uma política, na área da educação, totalmente "desplanejada" — se é que eu posso chamar assim, se é que existe esta palavra. Não é possível

entender que o Governo não tenha, do ponto de vista da educação, a sua grande prioridade, a possibilidade de planejar os seus investimentos. E, quando vem para cá, do ponto de vista da sua equação, absolutamente fora desse planejamento, é por medida provisória. E o Congresso Nacional não tem condições de interferir nesse planejamento.

Com esse crescimento de somente 4% para 2008, o Governo novamente vai retirar do Congresso Nacional o debate, na alocação dos investimentos do Ministério da Educação.

Também quero dizer que, no Ministério do Esporte, o valor constante do projeto do Orçamento para 2008 é de 285 milhões, o que representa uma queda de 400% em relação ao valor autorizado em 2007. É verdade que a realização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007 mostra essa diferença. Mas a dotação do órgão sofreu abrupta queda, e isso não está explicado, e o Governo precisa mostrar que, na área do esporte, também está criando condição de decréscimo no que diz respeito ao seu investimento.

No Ministério da Cultura, o montante da despesa de pessoal é 7% menor do que no ano anterior.

Sr. Presidente, nós gostaríamos de dizer que 2 questões fundamentais estão presentes: o Governo faz o discurso, do ponto de vista da educação, em termos de prioridade; mas, quando chega aqui à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, a peça orçamentária não reflete essa proposta do discurso feito pelo Presidente da República e pelo Governo na área da educação. E, quando o faz, apresenta por meio de medida provisória, o que nós já estamos questionando no Supremo Tribunal Federal. A bancada do PSDB já está questionando na Câmara dos Deputados, porque retira, de maneira permanente e absoluta, a possibilidade de o Congresso Nacional intervir ou interferir nesse planejamento de investimentos em todas as demais áreas.

Basta analisar, Sr. Presidente, aquilo que outros colegas meus já disseram aqui nesta Comissão. Segundo informe que obtivemos da Liderança, do ponto de vista dos investimentos do Governo do Estado, dos 38 bilhões previstos apenas 46,9% estão empenhados. E, mais do que isso, para chamar mais a atenção de V.Exas: 12,8% pagos. Imaginem V.Exas.: 38 bilhões de previsão de investimento e 12,8% apenas pagos. Isso mostra que este Governo não tem capacidade. Mais do que isso: não tem competência para administrar as obras, os projetos para o futuro, os investimentos, principalmente na área de infra-estrutura, capaz de garantir o crescimento deste País de maneira sustentada. E, quando não se faz na área da educação também, pior ainda.

Essa é a proposta da bancada do PSDB, em termos de discussão dessa questão do Orçamento. Eram essas as considerações que gostaria de apresentar, em nome da bancada do PSDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Pedro Chaves, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, que gostaria de cumprimentar pelo trabalho feito à frente dessa Relatoria-Setorial.

Quero apresentar 2 demandas do Estado de Goiás, demandas importantes incluídas em emendas de bancada. Uma delas se refere à construção do Centro de Excelência em Goiânia, obra importante para a nossa Capital, inclusive com mais de 50% da sua parte física já executados. Nós precisaríamos, aproximadamente, de 13 milhões a 14 milhões para a conclusão dessa obra.

Nós apresentamos a emenda de bancada, mas fomos atendidos apenas em 8 milhões. Trata-se do Destaque nº 9.

Nós gostaríamos que V.Exa. apreciasse o nosso destaque e fizesse a recomposição desse valor, para que pudesse ser concluída, no decorrer do ano que vem, essa obra que, como disse anteriormente, é de importância muito grande para a nossa capital, Goiânia.

O segundo Destaque, de nº 10, refere-se à continuidade da construção do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, referência no nosso Estado e na Região Centro-Oeste. Para a ampliação desse hospital, que se deve a uma emenda de bancada apresentada no ano passado, que permitiu à UFG dar prosseguimento à construção da parte física do hospital, foram destinados apenas 7,5 milhões. A obra custa bem mais do que isso. Não sei precisar quanto, mas é obra que custa entre 20 e 30 milhões de reais.

Nós gostaríamos que V.Exa., no atendimento aos destaques, priorizasse o Destaque nº 10.

Eram essas as 2 questões que teria a apresentar, Sr. Relator. Encerro cumprimentando-o, mais uma vez, pela Relatoria, mas reivindicando, com muita ênfase, o atendimento desses 2 destaques.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Carlos Alberto Leréia, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, Sr. Relator-Setorial, Deputado Manoel Júnior, eu quero apenas reforçar o que já foi dito pelo ilustre Deputado Pedro Chaves, meu conterrâneo, de Goiás.

Eu tenho acompanhado, por ser membro do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas, essa questão. Sei das limitações dos Relatores-Setoriais, a exemplo de V.Exa., e do esforço feito, mas eu quero reforçar o seguinte: adoro o Estado representado por V.Exa., a Paraíba, e não quero que destine mais dinheiro para Goiás do que para a Paraíba. Sendo igual o valor, já está de bom tamanho.

Nós temos 2 emendas apresentadas: uma se refere ao hospital-escola, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, que precisa, de acordo com as informações dadas pelo diretor do hospital, numa reunião com o Reitor da universidade, de aproximadamente 20 milhões para entrar em funcionamento, atender e servir, para o que foi construído, como hospital-escola.

A outra emenda é relativa ao Centro de Excelência de Goiânia. Se V.Exa. destinar a mesma quantia destinada ao projeto de João Pessoa — inclusive, depois quero conhecer —, os 15 milhões, já ficaremos satisfeitos. Mesmo assim, não atingiremos o valor destinados à Paraíba, ou seja, 44 milhões; nós estamos com 15 milhões. Se V.Exa. chegar a 35 milhões, já está de bom tamanho. Faremos uma homenagem a V.Exa. lá em Goiás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Alex Canziani. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Betinho Rosado, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Presidente, Deputado Roberto Rocha, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, inicialmente parabenizo V.Exa., que, com muita paciência, procurou distribuir os recursos, atendendo a diversas solicitações feitas através das bancadas estaduais e de emendas individuais.

Mas quero reconhecer que o interior do Rio Grande do Norte tem uma fome e uma sede de saber muito grandes, do tamanho de Goiás, da Paraíba e do Ceará. A emenda da bancada do Rio Grande do Norte, para a qual o coordenador da bancada apresentou o Destaque nº 55, objetiva levar para o interior do Estado os Centros Vocacionais Tecnológicos.

Sr. Relator, Sr. Sub-Relator, as Capitais do Nordeste brasileiro, que representam hoje mais de 70% da economia dos nossos Estados — Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte —, já crescem a taxas superiores às do crescimento do Brasil. O grande problema do Nordeste, hoje, é como alavancar o desenvolvimento da região interiorana, principalmente o semi-árido. Não tenho dúvida de que um bom caminho para se promover o crescimento, o desenvolvimento do interior de Estados como Paraíba e Rio Grande do Norte, por exemplo, é levar para lá ciência e tecnologia.

Dentre as emendas que a bancada do Rio Grande do Norte apresentou está uma para apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em Mossoró, no Estado. Portanto, o apelo que fazemos a V.Exa. é no sentido de aumentar a dotação orçamentária para essa emenda, destacada através do Destaque nº 55, de forma que a ciência e a tecnologia possam chegar em quantidade maior ao interior do Nordeste brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, a quem quero cumprimentar, juntamente com a sua assessoria, pelo relatório apresentado, entendo que o trabalho realizado até aqui foi fundamental. Acima de tudo, quero agradecer ao Relator por ter corrigido uma falha, quando das suas indicações ao Relator-Geral. Não se trata de falha do Relator, tampouco do Governo. Mas, apesar de não ter recebido mobilização adequada, o erro foi corrigido por S.Exa.

Refiro-me ao item que trata do atendimento ao Centro Internacional de Física da Matéria Condensada, da UnB, hoje é um dos maiores centros de pesquisa e pós-graduação em Física do Brasil, fundamental para a pesquisa neste País. Quero cumprimentá-lo, Sr. Relator, por ter corrigido esse item, além de ter-nos ajudado muito, já que essa emenda faz parte da programação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A segunda questão que eu gostaria que V.Exa. examinasse, em nome da Comissão de Educação e Cultura, é sobre destaque que apresentamos. Sei que V.Exa. fez o possível para atender às emendas da nossa Comissão, mas há uma emenda que consideramos fundamental, porque trata do funcionamento das instituições federais de ensino, a chamada emenda da ANDIFES, para a qual peço atenção especial. Trata-se de emenda

importante, porque atende todas as instituições federais de ensino do Brasil. Peço que V.Exa. faça uma análise, já que para o transporte escolar V.Exa. nos atendeu a contento. Poderíamos tentar melhorar a emenda da ANDIFES, justamente por ela dar atendimento a todas as nossas universidades federais, tanto em custeio quanto em investimento. Para nós, seria fundamental que V.Exa. desse atenção a essa emenda. Sabemos que V.Exa. já tratou do tema, mas cremos que ela poderia ser melhorada.

Em nome da Comissão de Turismo e Desporto, solicito atenção especial para o Ministério do Esporte, que está crescendo — evidentemente, tínhamos o Pan-Americano — e vem fazendo trabalho extraordinário. E a infra-estrutura escolar, no tocante à cobertura das quadras em escolas, é importante para todos nós. Antes, infelizmente, as nossas escolas não tinham cobertura em suas quadras. As crianças corriam risco de contrair câncer de pele e, quando chovia, não havia jeito de ali permanecer. Esse programa executado pelo Ministério tem ajudado, e muito, as escolas. No final de semana, essas quadras ainda servem para a promoção de eventos da comunidade nos vários bairros, já que as escolas se localizam nos bairros. Ou seja, o destaque apresentado é no sentido da melhoria no atendimento a essa infra-estrutura escolar para cobertura de quadras.

Tivemos que fazer uma opção. Não havia outra escolha. Dentre as emendas que tínhamos, 2 foram destinadas à área do turismo; a outra, para o esporte. Ou seja, o esporte ficou prejudicado na Comissão. Não tínhamos outra alternativa, porque só tínhamos 3 emendas. Eu, pessoalmente, votei nas 2 para o turismo, porque não tive outra saída. Mas me comprometi — e estou aqui defendendo — com a melhoria para a área do esporte, já que ficou com apenas 1 emenda. Vejamos o que conseguiremos melhorar nisso para essa área.

Cumprimento V.Exa., dizendo que o Brasil está no caminho certo, pois os recursos do FUNDEB estão sendo ampliados. Está havendo melhor estruturação na escola básica e, acima de tudo, nas áreas de ciência e tecnologia e da cultura. Como melhorou a cultura! O esporte e a cultura são exemplos da melhoria da participação do povo nessa teia que está sendo criada no País, em apoio à cultura popular.

Parabéns a V.Exa. pelo trabalho realizado. Espero que nos destaques possamos melhorar tanto a emenda da ANDIFES, que contempla todas as instituições federais de ensino superior, quanto a emenda para o esporte nas escolas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar a Presidência desta Comissão pela excelente condução dos trabalhos e o Relator, Deputado Manoel Junior, pelo trabalho realizado.

Sou testemunha da atenção que S.Exa. dedicou aos coordenadores de bancada. Tivemos oportunidade de conversar sobre as emendas de bancada do Distrito Federal, e testemunhei alguns dias que dedicou S.Exa. para receber os coordenadores de bancada na Comissão de Orçamento.

Temos 3 destaques apresentados pela bancada do Distrito Federal, da qual sou coordenador. São os Destaques de nºs 18, 19 e 20. O de número 18 diz respeito à construção de uma faculdade de enfermagem no Distrito Federal. Não preciso discorrer sobre a importância dessa faculdade na formação de profissionais no Distrito Federal.

Em segundo lugar, eu pediria atenção especial ao Destaque nº 19, que diz respeito à expansão da Universidade de Brasília para Ceilândia, ou seja, à construção de um *campus* da Universidade de Brasília na cidade de Ceilândia. Essa é a cidade mais importante e mais populosa do Distrito Federal. Temos lá mais de 500 mil habitantes, população maior do que a de algumas Capitais brasileiras. Esse é um sonho antigo da população daquela cidade, que começa a ser realizado a partir do início do Governo do Presidente Lula, quando, em parceria com o Governo do Distrito Federal, essa idéia passou a tomar forma.

O Governo do Distrito Federal já destinou um terreno para a construção da Universidade em Ceilândia. A UnB já está providenciando os editais de licitação. E precisamos de volume maior de recursos. Portanto, gostaria que V.Exa. analisasse com muita atenção essa solicitação da bancada do Distrito Federal.

Por último, há o Destaque nº 20, que se refere à construção da Vila Olímpica no Distrito Federal, também um projeto estratégico do Governo local, para oferecer, sobretudo nas cidades da periferia do Distrito Federal, onde faltam alternativas de cultura, esporte e lazer, equipamentos que permitam o acesso dessas comunidades a essas atividades.

Sr. Presidente, nobre Relator, embora eu não possa fazer destaque para uma outra emenda, eu queria fazer um comentário e solicitar uma atenção especial do Relator-Setorial, Deputado Manoel Junior, e do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, a respeito das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Já é tradição desta Casa acolher emenda dedicada a bolsas do CNPq para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Recentemente, o Presidente Lula lançou, no Palácio do Planalto, o Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com metas ousadas. Esse plano prevê a expansão do número de bolsas fornecidas pelo CNPq, além do aumento do valor dessas bolsas em 20%, equiparando o seu valor ao das bolsas oferecidas pela FAPESP, em São Paulo, reivindicação antiga da comunidade científica brasileira.

Portanto, ao parabenizar, mais uma vez, a Presidência desta Comissão, pela condução dos trabalhos, e, de forma muito especial, o espírito público e a atenção que dedicou a esta Casa o nobre Relator, Deputado Manoel Junior, na construção do seu relatório, peço atenção especial a esses temas que acabei de elencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, é claro que gostaríamos de não ter destacado nenhuma matéria, nenhum item específico desse relatório, por ser um relatório elaborado por uma pessoa das mais responsáveis que conheço, um lutador, uma revelação política nesta Casa. Mas o Espírito Santo, Exmo. Sr. Relator, tem sido tratado nos últimos anos, pelo menos para mim, que sou Parlamentar há 20 anos nesta Casa, de maneira inaceitável.

Sei do entendimento de V.Exa. com o coordenador da nossa bancada, também recém-chegado a esta Casa e que deixou aqui autorização para que eu defendesse os pleitos da nossa bancada.

Somos um Estado que produz petróleo, com uma cafeicultura — V.Exa. sabe — muito bem avaliada, já que é o segundo maior produtor de café do País, mas não temos em nosso Estado centros tecnológicos capazes de suprir as necessidades que temos de avançar tecnologicamente para atender as demandas locais.

A Universidade Federal conseguiu uma biblioteca — a Universidade Federal, que tem cursos de pós-graduação. Para construir um anfiteatro, a universidade demorou 12 anos. Para a biblioteca, tivemos que mendigar com pires na mão, pedindo recursos. A nossa comunidade cientifica usava, até há pouco tempo, galões de vinho, latas de querosene, para fazer funcionar sua área de pesquisa. Por estamos cravados na Região Sudeste, somos tratados como um Estado pequeno e que não tem necessidade de nada. Por ser pequenino, ao lado de Minas Gerais, e tão pouco importante, ao lado do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim é tratado o Espírito Santo.

Então, vou resumir para V.Exa. que destaquei a Emenda nº 71090004, que trata da modernização da infra-estrutura de instituições federais e de educação tecnológica, área para a qual V.Exa. destinou 8 milhões de reais para o Estado do Espírito Santo. Desculpe-me, Deputado Manoel Junior, é impossível aceitar isso. Eu sei, mas não concordo em dizer que a política defendida é a do cobertor curto. Este País conseguiu arrecadação extra que atingiu, em outubro, 80 bilhões de reais. Não se pode dizer que se trata de receita acanhada. Ela pode hoje fazer justiça em diversas áreas. Então, para essa área, V.Exa. destinou 8 milhões de reais. Fiz um destaque correspondente a ela, o Destaque nº 00001.

Na Emenda nº 71090006, para implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos, V.Exa. destinou também 8 milhões de reais. Além de gostar do número 8, V.Exa. se esqueceu de olhar o Espírito Santo com o carinho, que, tenho certeza, V.Exa. elaborou todo esse relatório.

E na Emenda nº 71090007, que trata de modernização, reforma e infra-estrutura física das instituições federais do ensino superior, V.Exa. destinou 6,5 milhões de reais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Obrigada, Deputado Wellington Roberto. S.Exa. nos apoiou aqui dizendo que esse recurso é pouco.

Estamos hoje promovendo cursos de pós-graduação, inclusive, para a comunidade do Rio de Janeiro, para os profissionais do Rio de Janeiro, porque estamos dividindo parede e meia toda essa exploração de petróleo que — V.Exa. sabe — hoje cresceu e destacou o Espírito Santo. O Estado vai alcançar uma média de produção extraordinária para o País. Essa produção e essa aparente riqueza, que não chega às camadas que queremos, tem

de ser acompanhada da produção tecnológica e profissional adequada. Fiz destaques a essas emendas. O da primeira é o 00002; o da segunda, o 00003.

A última que quero indicar a V.Exa. é a Emenda nº 71090008, que trata de esporte recreativo e lazer. Esse recurso é direcionado ao Município da Serra, um município enorme, industrial. V.Exa. acreditaria se eu dissesse que no Estado do Espírito Santo não há uma Vila Olímpica? Pois é a verdade. Mas em compensação há algo crescendo a galope no Estado do Espírito Santo: o tráfico da drogas, a violência. Os nossos jovens estão sem espaço.

Trabalho nesta Casa com a visão de que o Estado precisa ser ajudado e visto como Unidade Federativa que precisa ser amparada em suas dificuldades. O petróleo não está produzindo nenhuma riqueza para o nosso Estado. Se não fosse o saneamento financeiro realizado pelo Governador Paulo Hartung, seria difícil para ele sobreviver. Talvez a União ache que daqui a alguns anos o Estado será financeiramente independente. Mas hoje a realidade não é essa.

Portanto, a população do Município da Serra, com quase 400 mil habitantes, pleiteia a modernização e a implantação de esporte recreativo, porque o pessoal trabalha e não há área de lazer. E para esse item V.Exa. também destinou 8 milhões de reais.

Sr. Relator, peço então a V.Exa. — e o faço em nome do meu Estado e designada pelo meu coordenador de bancada — que olhe com carinho para o Estado do Espírito Santo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado João Magalhães. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, quero primeiro cumprimentar o Relator-Setorial, nosso companheiro Deputado Manoel Junior, do PSB da Paraíba, e elogiar o seu relatório, principalmente no tocante ao atendimento de diversas demandas.

A preocupação do Governo Federal é priorizar, neste orçamento, aquilo que os Governos passados deixaram de atender, como, por exemplo, o ensino profissional tecnológico. Há 12 anos, praticamente, foi desarticulada a rede de ensino profissional tecnológico no Brasil. Concepção equivocada. Apostava-se que o mercado poderia resolver essa situação. Foram destinados recursos a entidades privadas para construção de escolas tecnológicas. Na verdade, hoje, há praticamente 80 escolas dessas vazias, sem qualquer utilidade. Só em Rondônia há 2. Isso é rompido quando o Governo do Presidente Lula resolve investir pesadamente nas escolas técnicas federais, criando mais de 147 novas escolas.

Praticamente, o jovem que conclui, hoje, o ensino fundamental, o 9º ano, já está na idade de ir para o mercado de trabalho. Se ele não tiver uma profissão, fará o ensino médio e vai se empregar em condições precárias ou terá de concluir o curso superior para se profissionalizar.

Ao investir pesadamente no ensino médio profissional, atendemos a uma demanda social, que é a inserção dessa juventude no mercado de trabalho. Há praticamente 444 mil vagas ociosas no mercado de trabalho por falta de mão-de-obra qualificada. Por que falta? Porque pensava-se no passado que a qualificação seria realizada pelo próprio mercado de trabalho, pelas empresas. Sabemos que ainda é muito difícil empresas nacionais, salvo raríssimas exceções, investirem na qualificação profissional. Então, o Estado assumiu essa responsabilidade com um aporte razoável de recursos, inclusive contradizendo cenários apontados pela Oposição, que, na verdade, deixou de fazer um papel importante. Agora, esse papel do Estado de investir pesadamente na educacional profissional é retomado com essa expansão.

Outra louvável iniciativa do Governo é ampliar créditos para o Programa REUNI, voltado à rede física das universidades federais.

A universidade pública ficou décadas em inanição, vendo a expansão muito acelerada do ensino privado de terceiro grau. E a rede física das universidades públicas estava contida. A criação de novas universidades públicas, com o estabelecimento de metas, atende a outro anseio da sociedade — e é importante que a universidade pública tenha metas —, porque, se o seu objeto é permitir que a sociedade, principalmente seus estratos mais fragilizados, tenha acesso ao conhecimento superior, tem de haver vagas nas universidades, é preciso cumprir procedimentos e objetivos dentro da universidade pública, para que ela atinja sua finalidade social de garantir acesso ao ensino de

terceiro grau a segmentos da sociedade brasileira que precisam romper com aquela situação de permanecer nos estratos de baixo.

A ascensão social pela educação, o que a escola técnica federal e a universidade pública promovem, está garantido pelo Programa REUNI. E a peça orçamentária apresentada tenta atender a esses objetivos.

Ressalto, por fim, o papel importante do esporte no Brasil, não só o de alto rendimento, haja vista o desempenho do nosso País no PAN, preparando-nos para as olimpíadas no futuro, como também o esporte voltado para a inserção social. Para isso temos o Programa Segundo Tempo e diversos programas que o Ministério do Esporte vem desenvolvendo em parceria com as Prefeituras, em áreas de fragilização social, como nas favelas.

Então, para aqueles que têm visão pessimista, a peça orçamentária expressa o momento que o País atravessa hoje de crescimento econômico sustentável. Há conjunção de fatores positivos: aumento de investimento com aumento do consumo, queda de juros e inflação sob controle. Esse contexto virtuoso raramente ocorreu no Brasil. Só vivenciamos tal situação, na história recente, em 1988 e em 1994. Fora isso, o País viveu sempre naquele vôo da galinha: sobe e cai, sobe e cai. Hoje, o Brasil apresenta crescimento forte, sustentável, reunindo, como disse, 2 fatores fundamentais: aumento de investimento com aumento de consumo, aumento da renda com baixa inflação e queda dos juros.

A bancada de Rondônia, nessa área temática, não apontou nenhuma emenda estruturante. Creio que as demais bancadas, com pequenas contradições, foram bem aquinhoadas pelo ilustre Relator. Por isso eu o parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha amiga Deputada Rose de Freitas, cumprimento o nobre colega de bancada Deputado Manoel Junior, responsável pela área de educação, esporte e ciência e tecnologia, muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

Sr. Relator, peço a V.Exa. que reconsidere, com acréscimos, dentro das reivindicações da nossa bancada, os Destaques nºs 00057 e 00058.

O primeiro destaque, Deputado Manoel Junior, refere-se à biblioteca da UFPB, pela qual V.Exa., eu e os demais integrantes de nossa bancada temos responsabilidade, a fim de que essa ação se torne realidade.

O segundo destaque se refere à compra de livros didáticos, a fim de abastecer todos os municípios da Paraíba, o nosso Estado.

Peço a V.Exa., Deputado Manoel Junior, que olhe com atenção esses 2 destaques, para que a Paraíba agradeça a V.Exa. no momento e no futuro.

Eram essas as considerações que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Concedo a palavra ao Deputado Humberto Souto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, cumprimento o Sr. Relator pelo belo trabalho realizado. Aliás, não é novidade, pela competência e pelo zelo com realiza seus trabalhos.

Sr. Relator, levantarei um problema relativo à Emenda nº 71140015, Destaque nº 00011, da bancada de Minas Gerais. Essa emenda se refere à UNIMONTES, universidade situada no norte de Minas Gerais.

Montes claros é a cidade-sede daquela região. Está incrustada na área mineira da SUDENE e atende o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, os mais pobres de Minas Gerais e nacionalmente reconhecidos.

Essa foi uma luta que tivemos na bancada, mostrando a desigualdade entre aquela região e as demais regiões de Minas, que tem 14 universidades. E consegui mostrar à bancada que essa universidade tinha que ter tratamento diferenciado, porque ela está distante 450 quilômetros de Belo Horizonte. Em direção ao Nordeste, está a mil quilômetros de Salvador. E é a única universidade que atende a Bahia, o norte de Minas, a área da SUDENE e o Jequitinhonha. Deve ter, hoje, 40 *campus* avançados em pequenas cidades naquela região, com um trabalho maravilhoso de desenvolvimento cultural e intelectual, prestando serviço, principalmente na área da educação, extraordinário, na formação de professores, administração escolar, pedagogia etc. E é uma universidade carente, porque o filho pobre é sempre olhado com menos atenção.

Eu entendi que esse seria o momento de ampliarmos o *campus* dessa universidade, ampliando seus cursos e o horário de cursos, para as pessoas mais pobres, com cursos noturnos. Pensei que conseguiríamos

chegar a um valor de uns 30 milhões de reais nessa emenda para, efetivamente, resolver um problema naquela região. V.Exa. atendeu, segundo sua informação, com o máximo que pôde. Mas sabemos que o Relator reserva sempre algo para os mais chorões, para os que precisam mais. Gostaria de chamar a atenção de V.Exa. para essa situação. Tenho certeza de que vou contar com V.Exa., um homem do Nordeste e que conhece as dificuldades das regiões mais pobres. E essa é, efetivamente, uma região tão ou mais pobre do que a região de V.Exa.

Agora, por exemplo, estamos atravessando seca terrível, com perda de todo o gado. Há um desastre naquela região neste momento. E a universidade serve até como instrumento de ocupação de mão-de-obra. Com o seu desenvolvimento, ela não só aperfeiçoa a mão-de-obra como ela própria é geradora de empregos na região.

Peço a V.Exa. atenção especial para essa emenda, buscando no fundo do seu coração e do seu sentimento meios para atender a essa universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de cumprimentar o nobre Relator, que fez trabalho extraordinário, dedicando-se a essa tarefa, ouvindo os diversos Parlamentares e conseguiu produzir, num tempo muito curto, relatório analisando tantas emendas. Esse é um tema que suscita demanda forte por parte dos Parlamentares desta Comissão e desta Casa. E é bom que seja assim, que educação, ciência e tecnologia, cultura e esporte tenham prestígio, valor maior na nossa sociedade, sem menosprezar e sem deixar de reconhecer a necessidade de cuidarmos da infra-estrutura e da saúde. Mas esses são sempre temas nos quais todos apostam numa evolução, num avanço, mas é difícil isso se refletir no orçamento. E as emendas individuais e de bancadas puderam perceber, com maior clareza, o significado desse tema.

Eu queria ponderar, nobre Relator, em relação a 2 emendas da bancada da Bahia. Já falei com V.Exa. a respeito desse assunto. Sei da sua sensibilidade e dos limites que V.Exa. tem. Mas são 2 temas que procuramos tratar já há algum tempo na bancada. O primeiro é o problema da presença mais forte da educação pública de terceiro grau na Bahia. A Bahia ficou 60 anos com apenas uma universidade federal: a Universidade Federal da Bahia, só na Capital, Salvador. Agora, temos a Universidade do Vale do São Francisco, que a Bahia compartilha com Pernambuco; temos a Universidade do Recôncavo Baiano; e temos o desafio de instalar unidades da Universidade Federal em outras regiões, como Vitória da Conquista e Barreiras, e o desafio de construir universidade em outras regiões da Bahia: no miolo, na região de Irecê, na região da Serra Geral, na região metropolitana de Salvador. Esse é um desafio extraordinário que o Governo está decidido a enfrentar.

Então, os recursos que estão previstos na emenda de bancada, pelo Relator, atingem 6 milhões 920 mil reais para a educação de terceiro grau federal.

Sabemos que o Governo Federal não dará conta de atender toda a demanda Há um esforço de revitalizar e de ampliar a oferta de universidades estaduais. Foi sobre esse tema que falei com V.Exa. Também há uma previsão aqui de 6 milhões 920 mil reais, valor que consideramos absolutamente insuficiente, fora da expectativa e das necessidades que o nosso Estado demanda, um Estado grande, com território bastante extenso e população distribuída no conjunto do Estado.

O Estado da Bahia tem uma peculiaridade, talvez compatível com Minas Gerais e alguns outros Estados: somente 18% da população está na região metropolitana. A população é muito bem distribuída no Estado. Portanto, o esforço de descentralizar as unidades de ensino de terceiro grau é um esforço que a bancada procura desempenhar e que deveríamos buscar contemplar aqui.

Estou fazendo destaques para esses 2 temas. Apelo para a sensibilidade do nobre Relator-Setorial e também do Relator-Geral, que terá a tarefa final de contemplar essas emendas. Mesmo porque, nobre Relator, nos anos anteriores, a bancada da Bahia conseguiu valores bem mais expressivos em relação a esses que estão previstos aqui: 10 milhões, 12 milhões. A nossa expectativa é de que esses valores sejam aumentados no orçamento de 2008.

Nós não fizemos emenda em relação à expansão da educação profissional e tecnológica. A Bahia tem a previsão de instalar 8 CEFETs ou escolas agrotécnicas, no ano que vem, entre aquelas 150 que o Governo Federal está instalando no País inteiro. É um desafio muito grande, mas é muito pouco ainda. O Estado da Bahia também está fazendo um esforço nesse sentido.

Sou membro da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica, coordenada pelo Deputado Alex Canziani. Faremos um seminário dia 10, em Salvador, para discutir o plano de expansão da educação profissional e tecnológica no Estado.

Não fizemos emenda de bancada aqui. Fica difícil mexermos nesse tema. Vamos discutir melhor com o Relator-Geral. Eu cumpri minha parte na emenda individual e coloquei lá setecentos e poucos mil reais para contribuir nessa direção, e está contemplada aqui no relatório de V.Exa. Mas queria também fazer um apelo no sentido de que, nesse debate que vamos continuar fazendo com V.Exa. e com o Relator-Geral, possamos olhar com o carinho devido, como tem sido a demanda de muitos Parlamentares, o fortalecimento da educação profissional e de terceiro grau, com mais universidades, mais faculdades públicas no Brasil. Ainda bem que estamos reconhecendo essa necessidade. Esse é um debate que não pode ser adiado.

Portanto, parabenizo V.Exa., Sr. Relator, fazendo esses apelos aqui, especialmente, em relação a esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, pude observar que as emendas de bancada de Minas Gerais estão com defasagem, à exceção de uma, em relação à maioria das emendas de bancada. Por isso, apresentei os Destaques de nºs 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Espero boa vontade da parte de V.Exa. para as recompor, pelo menos, em parte.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deputado João Magalhães, V.Exa. poderia repetir os destaques, por favor?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - São os Destaques nºs 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

Obrigado, Sr. Relator. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de saber de V.Exa. se já há um cronograma para apresentação dos outros relatórios-setoriais; se serão amanhã ou hoje à noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Em seguida, será apresentado o relatório-setorial da saúde, e isso vai acontecer, provavelmente, às 15h30.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Mas não temos as 48 horas de intervalo entre a distribuição e a apreciação da matéria. Parece-me que isso não foi acordado. Muita gente não abriu mão desse prazo, até porque não deu tempo de analisarmos esse relatório ainda. Foi entregue ontem, depois das 18h. Não faz 24 horas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, o Deputado Giovanni Queiroz tem toda a razão. Nós tínhamos feito o trato de votarmos este relatório, não o outro.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo para que nós suspendamos a reunião, encerrando a apreciação deste relatório, ressalvados os destaques, evidentemente, porque o Relator vai ter que trabalhar nos destaques agora. Já está convocada outra reunião para mais tarde, quando poderíamos concluir a votação dos destaques do Relator e, ao mesmo tempo, iniciar a leitura do Relatório Setorial da Saúde, que já foi distribuído. E que nós, nesse período, fizéssemos os entendimentos.

Estou aguardando alguns outros Líderes para que possamos fazer os entendimentos do encaminhamento que vamos dar daqui para frente.

Então, não estamos atropelando, passando por cima. Estamos pedindo que encerremos a discussão, votemos o relatório, ressalvados os destaques, porque o Relator ainda vai fazer o parecer sobre os destaques. E enquanto aguardamos a reunião de logo mais, podemos fazer os entendimentos de como vamos proceder com os demais relatórios hoje e amanhã.

Esse é o encaminhamento que eu gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu concordo em parte com o Deputado Gilmar Machado, mas a leitura do relatório da saúde não estava dentro do entendimento, só o da educação, do Deputado Manoel Junior. Não sei se o PMDB está aqui presente. Eu acho que devemos estender um pouco mais...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Quanto ao PMDB, nós vamos conversar primeiro entre nós e ver como ficou o relatório para podermos conduzir o entendimento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Pois é. É preciso conversarmos para chegarmos a um acordo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, independentemente de qualquer palavra que tenha o sentido de conversar e chegar a acordo, não estou interessada nisso. Estou interessada em ler os relatórios. Não trabalho sem ler o relatório. Nunca fiz isso na minha casa. Leio jornal todo dia, leio relatório todo dia, leio documento todo dia. Nunca votei na Constituinte sem ler o que estava votando.

Não concordo, veementemente, que se convoque reunião nem para ler. Eu quero ler, analisar, discutir com meus companheiros. Eu componho uma bancada, que representa um Estado. Não pode ser assim, sinceramente.

Nós já colaboramos, trabalhamos, viramos noite com um time de meia dúzia trabalhando. Tem hora, Sr. Presidente, que dá vergonha olhar para o plenário desta Comissão, da vergonha. E nós vamos condescendendo, condescendendo. Não serei condescendente. Quero cumprir os prazos e ler tudo.

Ontem à noite, até apelei para o Relator-Geral. S.Exa. até se esqueceu de que tinha nos deixado esperando. Agora, vamos ler tudo, porque precisamos entender o que estamos votando.

Então, é isso que quero registrar aqui como minha posição.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, como a palavra está comigo, quero registrar que entendo que a Deputada tem absoluta razão. Não dá para votarmos uma matéria sem ter conhecimento dela. Temos que ter um tempo para análise. Não falo nem nas 48 horas, não, não sou intransigente. Mas eu queria que V.Exa. nos desse no mínimo 24 horas, para começarmos a votar o relatório da saúde amanhã pela manha. O da educação, esporte, ciência e tecnologia e cultura vamos votar agora, ressalvados os destaques. À noite, depois da Ordem do Dia, retornamos. Mas precisamos ter isso programado, para podermos nos organizar e não faltar com nossa obrigação. Esse é o primeiro registro.

O segundo registo é que encaminhei ao Tribunal de Contas um pedido de informações, aprovado aqui, sobre os preços praticados em obras públicas, rodovias e construção civil. Já faz 45 dias que esse pedido foi entregue. Só quero fazer o registro de que o Tribunal de Contas, em 45 dias, não atendeu a um simples pedido para informar sobre preços médio.

Ademais, Sr. Presidente, não tenho ainda como formar juízo absoluto sobre o relatório do Deputado Manoel Junior, porque não tive oportunidade de lê-lo. Essa uma deficiência minha, pois a sua assessoria é da melhor qualidade, Deputado. Com essa assessoria, formada por D. Raquel, Paulo e tantos outros, tenho certeza, V.Exa. estará muito bem, principalmente se puder atender um pouco mais o Pará em 2 emendas, as de nºs 070 e 071. Com certeza, com esse aditivo de receita que V.Exa. recebe agora, poderá atender a todos nós e diminuir essas diferenças regionais com mais objetividade.

Meus cumprimentos a V.Exa.. Falamo-nos mais tarde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - O último inscrito, Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, para ser bastante econômico, farei minhas as palavras de todos os Parlamentares que nos antecederam sobre a gentileza e galhardia com que o Deputado Manoel Junior tem nos atendido, com o devido reparo, sempre entrando em contato com todos os coordenadores de bancada. Sou testemunha dessa sua manifestação, dessa preocupação da Comissão, em especial do Relator-Setorial.

Então, quero perfilar-me a esses todos que fizeram esse elogio ao trabalho de V.Exa., Deputado Manoel Junior. É obvio, porém, que, por esforço e por demanda também de nossos outros colegas Parlamentares... Nós não representamos aqui apenas o interesse pessoal dos Deputados “z”, “y”, “z”. Alguns o fazem, mas eu o faço em nome da bancada do Rio de Janeiro. Tivemos uma reunião na semana passada e falei a respeito de uma das conversas que tive com V.Exa. O que ficou muito caracterizado nessa reunião da bancada do Rio de Janeiro foi que nessa Área Temática nº IV — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, haveria uma concentração específica, isso por interesse da bancada do Rio de Janeiro basicamente em esporte e ciência e tecnologia.

Houve — e isso foi manifestado por vários Parlamentares da minha bancada — um desejo para que, principalmente no que refere ao relatório de V.Exa., os recursos para o Estado do Rio de Janeiro se centrassem

nisso. Abrimos mão, na bancada, de temas da área da educação e de cultura, que é também uma realidade no Estado do Rio de Janeiro, para podermos nos concentrar na parte de ciência e tecnologia.

A propósito, principalmente na implantação de infra estrutura... Aliás, as emendas são as de nº 002 e a de nº 0020 e os destaques são o de nº 0085 e o de nº 0084. As 2 são da Bancada do Estado do Rio de Janeiro. Imagino o esforço que V.Exa. fez para poder tentar contemplar de modo equânime algo que oferecia tamanha dificuldade. Não só pelo *jus esperniandi*, que é o direito de espernear, mas sim para me manifestar sobre pontos específicos dessas 2 emendas, quero dizer que houve por parte dos Deputados do Rio de Janeiro exatamente esse esforço para que alocássemos mais recursos para o esporte e para ciência e tecnologia — por isso foi apresentada uma emenda, obviamente, no teor de 109 milhões.

Dos vários objetos, especificou-se que haveria possibilidade de o CVT — Centro de Valorização Tecnológica ser implementado, porque o Secretário de Ciência e Tecnologia é do Estado do Rio de Janeiro e é do mesmo partido do Ministro que hoje ocupa a Pasta de Ciência e Tecnologia do Governo Lula. Então, há a possibilidade de sua implantação.

Houve um pedido racional nesse caso do CVT, esse de 25 milhões. E V.Exa., sei que com todo o esforço, pôde alocar 6 milhões e 391 mil reais. O que desejamos nessa emenda é exatamente um pouco a mais, pelo esforço que a bancada fez em concentrar seus recursos, seu pedido na área de ciência e tecnologia.

Nesse mesmo patamar está a questão da implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e lazer na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. E por que um valor dessa magnitude? Porque foram realizados recentemente os Jogos Pan-Amercianos, e, como todos reconhecem, houve investimento em equipamentos no Rio de Janeiro na área esportiva. São equipamentos específicos, que hoje podem ser utilizados em competições internacionais. Isso imprimiu um ritmo muito maior aos esportes no Rio de Janeiro do que aquele que já existia. Esse parque esportivo construído para os Jogos Pan-Americanos permitiu a ampliação do número de escolinhas e de vários outros pólos de cultura do esporte, que não pode ser praticado nesses equipamentos instalados para os Jogos do Pan porque eles são para ser utilizados em competições internacionais.

A bancada do Rio de Janeiro fez um esforço para que isso pudesse ser uma realidade. Por isso sugiro que se deixe de concentrar recursos na educação, apesar de sua importância, para concentrá-los no esporte e na ciência e tecnologia. Reitero a V.Exa., desde já contando com sua compreensão, o pedido para que possamos fazer essa adequação, pelo menos com um valor que faça jus ao Estado do Rio de Janeiro, principalmente à região metropolitana, como centro esportivo, exatamente pelo que os jogos Pan-Americanos proporcionaram àquela localidade. Vamos abrir oportunidades para outros atletas de vários bairros.

Excelência, agradeço a oportunidade desse destaque da bancada do Rio de Janeiro, o esforço feito e peço a consideração de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Agora, sim, vamos ouvir o último orador, o Deputado Alex Canziani, que vai nos demonstrar sua capacidade de síntese, para em seguida ouvirmos o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e agradecer-lhe por me conceder a palavra. Eu havia me inscrito anteriormente, mas estava no CBRATUR — Congresso Brasileiro de Atividade Turística. Como eu era Relator daquele painel, não pude comparecer aqui antes. Então, muito obrigado pela gentileza.

Cumprimento o Deputado Manoel Junior, nosso ilustre Relator, e o parabenizo pelo trabalho. Fui Relator-Setorial no ano passado e vi as dificuldades por conta da pequena quantidade de recursos e da demanda dos Parlamentares, muitos deles amigos inclusive, a quem temos o maior interesse em atender.

Mas, abusando do companheiro e do amigo, eu apresentei alguns destaques, primeiro com a bancada do Paraná. Temos uma emenda de apoio às universidades paranaenses. O Paraná deve ser o Estado que mais gasta, mais investe recursos próprios nas universidades estaduais. Enquanto os outros Estados têm várias universidades federais, o Paraná tinha, até pouco tempo atrás, uma única, e tem uma rede de universidades estaduais. Então, seria importante se pudéssemos melhorar um pouco essa questão.

Apresentamos também essa emenda do Teatro Municipal de Londrina, da reforma e modernização das instituições federais de ensino superior — o Paraná tem a Universidade Tecnológica Federal e a Universidade

Federal do Paraná — e também essa do Hospital das Clínicas. Então, a emenda é dividida entre 3 instituições, com vários *campi* espalhados pelo Estado. Se V.Exa. puder, dê uma atenção nesse sentido.

Outra é a nova instituição que não só o Paraná, mas todo o Brasil está criando, os IFETS — Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São de grande importância. O Paraná terá 7 *campi*. Então, seria importante termos um apoio nessa implementação.

A última emenda, o último destaque que faço, pela Comissão de Educação, é sobre a modernização das redes estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica. Essa é a maneira que o Governo Federal tem encontrado para levar às pessoas a educação profissional. Obviamente não podemos ter em todas as cidades do Brasil escolas federais, os CEFETS, e agora os próximos IFETS, mas com o apoio que o Governo pretende dar poderemos levar aos mais variados municípios do Brasil, por meio de uma rede estadual, a educação profissional e tecnológica. Essa emenda é de grande importância.

Então, peço a V.Exa. que faça o impossível, dento do possível, para nos atender.

Agradeço a gentileza. Muito obrigado, Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Encerrada a discussão, passamos a palavra ao Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Eu estava pedindo a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Pois não. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Sr. Relator, neste momento, diante das circunstâncias, só temos acordo para votar o relatório da educação. Quanto ao relatório da saúde, temos de aguardar um pouco mais para votá-lo em outro horário, mesmo que possa acontecer no dia de hoje ou de amanhã, mas neste momento o Partido Progressista, de acordo com os outros partidos, não pode votar essa matéria da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero agradecer as manifestações individuais de todos aqueles que elogiaram a confecção desse Relatório Setorial da Área nº IV e repassar esses cumprimentos e elogios, Daniel, para a Assessoria da Comissão, nas pessoas da Dra. Raquel, do Dr. Murilo, Dr. Marcos, Dr. Paulo e Dr. Webert, que fizeram esse relatório a muitas mãos, mas com o estrito senso da responsabilidade que têm perante esse documento que irá vigorar a partir do próximo ano, atendendo a milhões de anseios da população brasileira, principalmente daqueles que dependem efetivamente do Poder Público.

Gostaríamos de ter feito essa divisão de forma bem melhor, se os recursos aportados para essa área, Deputado Alex Canziani, fossem efetivamente compatíveis com as demandas. Tanto é que as emendas giravam em torno de 9 bilhões, e nós tínhamos apenas 542 milhões para atendê-las.

Quero dizer também que fui econômico na EGND 4, Deputado Zé Gerardo. Poderia muito bem lançar mão até dos 40%, Deputado João Magalhães, mas entendi que seria uma perversidade também com esses Ministérios, que são importantes. Muitas vezes aplica-se um corte para atender a um lado e se descobre outro. Então, depois de muitas simulações, entendi que 25% seria o razoável, excetuando as universidades e as escolas técnicas, ou seja, resguardando essas 2 áreas.

Eu ouvi e anotei o que disseram todos aqueles que se pronunciaram para fazer destaques relativos a suas bancadas, mas gostaria mais uma vez de enfatizar que, se existiu, vamos dizer, discrepância entre uma emenda e outra foi efetivamente pela motivação da prioridade dada pelos coordenadores de bancada. Gostaria muito de ter unificado todas, mas se uma apareceu maior para um Estado e para outro menor foi justamente por conta das prioridades elencadas pelos coordenadores que auscultamos.

Iremos agora fazer um pequeno intervalo para um lanche. Estarei a tarde inteira não só analisando os destaques, mas também conversando com o Relator José Pimentel e com a Consultoria. A noite pediria a V.Exas. apoio para a aprovação dos destaques, já que o relatório que foi apresentado, salvo engano, a Presidência colocará em votação neste momento.

Quero agradecer às mulheres da Comissão, em nome da Deputado Rose de Freitas, que gentilmente já sinaliza pela aprovação do relatório, ressalvados os destaques.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Vamos votar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Vamos votar.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Presidente, a que horas o Relator irá comunicar a aceitação e os valores aceitos nos destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Na reunião da noite, na retomada da sessão, às 20h.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, solicita autorização do plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, com as alterações da errata, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A sessão está suspensa. Retornaremos às 20h.

(*A reunião é suspensa*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reiniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 e 37, de 2007.

Pauta nº 37, referente ao Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte. Relator, Deputado Manoel Junior.

Em votação os destaques que já foram apresentados. Antes, porém, vamos ouvir a palavra do Sr. Relator, que quer prestar alguns esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, na sessão da manhã e na da tarde, discutimos diversos pontos levantados pelos coordenadores de bancadas, pelos membros da Comissão e por Parlamentares que trouxeram algum conteúdo ao relatório que apresentamos pela manhã.

Mais uma vez agradeço a todos a votação e a aprovação do nosso relatório. Durante a tarde de hoje a consultoria relativa à Área Temática IV envidou esforços para apurar o que tínhamos ainda de resíduo e tentar reparar algumas distorções que porventura tenham ocorrido de bancada a bancada.

O Deputado Jovair Arantes, na reunião de Liderança, fez algumas observações pertinentes, e o Relator-Setorial se pautou justamente nessa planilha em que estabelecia uma média de emendas por bancada para proceder à análise dos destaques. A Deputada Rose de Freitas, o Deputado Devanir, enfim, todos tentaram melhorar o que já tinha sido analisado por nós.

Sr. Presidente, quero ler, por uma questão de formalidade, para conhecimento da Comissão e, principalmente, de V.Exa.

Atendimento de destaques.

Para o atendimento dos destaques, utilizamos os seguintes recursos: saldo de recursos repassados pelo Relator-Geral no valor de R$42 milhões. Ou seja, tinha feito uma reserva para justamente atender, dentro do possível, alguma falha que pudesse ter ocorrido durante a primeira apresentação; saldos de recursos de

cancelamento efetuados no próprio setor, conforme consta no item 4.1 do relatório, no valor de R$3 milhões, nos seqüenciais 003785 e 003868.

Sr. Presidente, passo a ler agora retificação ao Destaque nº 38, de autoria do Deputado Nelson Meurer. O voto está pela aprovação, quando, na verdade, é pela aprovação parcial do Destaque nº 38 e os demais.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, sei da acuidade de V.Exa., mas combinados votar 3 relatórios. Peço a V.Exa. que agilize, pois muitos ainda estão indormidos porque trabalharam até de madrugada.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Com certeza. O Relator-Setorial também, Deputada Rose.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu sei. V.Exa. poderia nos ajudar nisso, por favor.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Apreciação dos destaques da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte.

Lembrete aos Srs. Parlamentares.

O art. 138, § 2º, da Resolução 1, de 2006-CN, estabelece o seguinte: *"Não será aceito solicitação para votação em separado de destaque após aprovação do requerimento para votação em globo dos destaques"*.

Assim sendo, solicito autorização ao Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial.

Em votação, na Câmara dos Deputados, a proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Os Srs. Deputados que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade, na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade, na representação do Senado da República.

Apreciação dos destaques na Área Temática IV.

Destaques com voto do Relator-Setorial para aprovação parcial.

Esses destaques foram distribuídos em listas que se encontram com os Parlamentares presentes. Por essa razão, considero-me dispensado de fazer a leitura de cada um deles.

Relatório setorial setor IV. Pela aprovação parcial. *(Pausa.)* Na relação que V.Exas. têm em mão, está pela aprovação. É o Destaque nº 38, cujo autor é o Deputado Nelson Meurer. Esse destaque constará na lista de aprovação parcial.

Em votação, em globo, os destaques com o voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Apreciação dos destaques da Área Temática IV, com voto do Relator-Setorial pela rejeição.

V.Exas. dispõem também da lista que compõe todos os destaques em que o Relator-Setorial opinou pela rejeição, pelo que me dispenso da leitura detalhada.

Em votação, em globo, o parecer do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, na representação da Câmara dos Deputados, por unanimidade.

Os destaques foram rejeitados na forma proposta pelo Relator.

Aprovada a rejeição na Câmara dos Deputados, dispensa-se, pelo Regimento, a apreciação pela representação do Senado Federal.

V.Exas. receberam a relação de destaques prejudicados, atingidos pela prejudicialidade.

Declaro aos presentes, conforme relação em poder de todos, que esta matéria não vai à apreciação, porque já foi considerada prejudicada.

Encerrado, assim, o parecer da educação, fazemos questão de agradecer aos pares, a todos os que integram esta Comissão pela compreensão, pela forma objetiva, prática e rápida com que discutimos e votamos a matéria.

Agradeço também ao Relator pela sua dedicação e empenho, sobretudo pela rapidez com que concluiu esse relatório. Trata-se de um parecer complexo porque engloba áreas como educação, cultura e esporte, que, por si sós, são da maior importância, pois envolvem orçamentos significativos do Orçamento Geral da União.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, pela ordem.

Como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, e na qualidade de coordenador da bancada de Goiás, elogio a conduta do Relator. Quando fomos à reunião de Liderança e discordamos de alguns pontos — o Relator, Deputado Manoel Júnior, de forma muito incisiva e absolutamente democrática, atendeu todos os princípios de acordos —, dissemos que nesta Casa temos de discutir os pontos de interesse do País que são muito divergentes, pois cada Estado tem sua peculiaridade. S.Exa. foi muito competente e, em pouco tempo, conseguiu sanar problemas que julgávamos de difícil solução.

Em nome das bancadas de Goiás e do PTB, parabenizo o Deputado Manoel Júnior pela presteza, competência e atendimento no que foi possível. Isso mostra que nesta Casa sempre há de imperar o acordo político, muito mais importante do que qualquer resolução.

Parabéns ao Relator pelo atendimento e pelo relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Manoel Junior, por gentileza, quanto às emendas aprovadas, não entendi. Quando lá estive acertamos um valor que não está aqui colocado. Como eu não estava na votação, iniciada há 15 minutos, solicito a V.Exa. uma explicação.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deputado Giovanni Queiroz, é com alegria que respondo a V.Exa., pontualmente. Aqueles valores, os quais V.Exa. me viu trabalhando, foram atendidos. Agora, com relação às emendas, destacadas de forma igual pelos Deputados, tive o cuidado de dividir o valor global justamente aos destaques. Apenas exemplificando, se porventura uma emenda tinha 3 destaques, e aditei à emenda 1 milhão e 200 mil, para cada destaque foram destinados 400 mil.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deixe-me explicar: pela bancada do Pará, a única pessoa autorizada a fazer destaque sou eu, realmente não vi outro aqui. *(Pausa.)* E também o Senador Flexa Ribeiro, que está aqui, pelo Senado. Ou seja, são 2 destaques. Mas ainda fica menor do que o valor que acordamos, Deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deputado Giovanni, na verdade, tivemos que fazer adequação, porque houve um problema: no total dos recursos que estavam reservados — peço atenção ao Deputado Fabinho – –, quando V.Exa. saiu, tivemos de fazer algumas correções, mas, com certeza, as emendas do Estado do Pará receberam tratamento igualitário ao das demais bancadas. A Dra. Rachel poderá mostrar, pois está mais próximo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - V.Exa. quer dizer que houve um corte em todas, e ninguém reclamou?

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Não. Na verdade, não houve um corte, mas um aditamento, inclusive nas emendas destacadas por V.Exa.

Deputado Giovanni Queiroz, nas 2 emendas do Pará — Emendas nºs 15 e 3 —, talvez V.Exa. desconhecesse, mas havia 2 destaques cada uma.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Exato.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - A Emenda nº 15 recebeu os Destaques nºs 71 e 81; a Emenda nº 3, os Destaques nºs 70 e 80. Uma foi atendida com 2 milhões de reais; a outra, com 1 milhão. Ou seja, como eu dispunha de 40 milhões, 45 milhões, aproximadamente, de reserva, resolvi dividi-los para tentar sanar as desigualdades das bancadas. O Estado do Pará foi contemplado, nas 2 emendas, com 3 milhões de reais. Uma ficou com 11 milhões; a outra, com 8 milhões, 747 mil e 115 reais.

Lembro, efetivamente, a V.Exa. que, de acordo com o que já foi dito pelo Relator-Geral, essas emendas, na reestimativa da receita, ficarão assim definidas: Emenda nº 3, com 22 milhões; e a Emenda nº 15, com 17 milhões, trezentos e alguns reais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É que havia um pouco mais naquela emenda da educação; aproximadamente 1 milhão.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deputado Giovanni Queiroz, para V.Exa. eu queria destinar um pedaço maior,...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu sei do seu coração grande.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - ... mas, infelizmente, não foi possível, diante dos números que temos para dividir.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É que Goiás reclama demais. Há o Deputado Pedro Chaves, além do Líder do PTB, Jovair Arantes, que também é de Goiás. Aí, V.Exa. resolveu ajudar mais esse Goiás, e também está me ajudando. Então, abro mão da discussão.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pauta n° 37, de 2007:
Relatório Setorial da Área Temática V — Planejamento e Desenvolvimento.

Relator-Setorial: Senador Jayme Campos.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço ao Relator que ocupe a cadeira, ao meu lado direito, para proferir a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Informo aos interessados pelo fascículo com a publicação do Relatório que os mesmos estão nesta mesa da Secretaria.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, só amanhã os destaques serão lidos — ou serão lidos agora? Acontece, Sr. Presidente, que não recebi esse fascículo no tempo legal. V.Exas. receberam?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deputado Giovanni Queiroz, o Relator fará a leitura do relatório, e então iniciaremos os debates e a abertura do prazo para apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Depois de lido o relatório?!

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Claro!

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Agora, o relatório é de que área?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não sei.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É a do planejamento?

Presidente, esse documento não foi distribuído há 24 horas. Não faça isso, então. Não atropelemos muito. Do tempo de 48 até abro mão, mas que tenhamos, no mínimo, 24 horas, sob pena de estarmos atropelando o processo. Isso não é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Só quero comunicar a V.Exa. que esse relatório está na Internet desde ontem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Na Internet, depois das 22h. E mais: pela Internet não é distribuição. A distribuição somente é considerada quando feita pelos avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Reafirmo a V.Exa. o que disse anteriormente: desde ontem, a partir das 18h30min, esse relatório já está na Internet. Não estou dizendo nada mais do que isso. Apenas isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Então, se a partir das 18h30min já estava na Internet...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agora, se V.Exa. não concorda...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não deu para entender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Se V.Exa. não concorda em que a discussão e a votação se dêem hoje... Evidentemente, não havendo acordo, não há como, porque não decorreu o interstício de 2 dias.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Presidente, eu só quero ajudar. Ajudar, também, é fazermos a coisa bem-feita, para que não haja qualquer dificuldade amanhã. Então, sugiro a V.Exa. o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Só quero lembrar a V.Exa. que o Plenário tem prerrogativa para dispensar o interstício de 2 dias. Se, porém, o Plenário não concorda com isso, não haverá a dispensa. O Relator simplesmente fará a leitura, e abriremos a discussão e o prazo para a apresentação dos destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Presidente, deixe-me sugerir o seguinte, para ajudar, inclusive, no tempo: faça a leitura, e, já no início da leitura, abra para os destaques. Amanhã, faça igualmente: vote os itens, ressalvados os destaques, e, depois vote os destaques. Então, encerre amanhã o prazo para destaques, até para que possamos fazer uma análise do documento.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Porque hoje à tarde, quando perguntei se havia uma programação para os relatórios setoriais seguintes, responderam-me que não havia programação. Hoje, à tarde, igualmente, quando perguntei, disseram-me que não havia nenhuma programação para hoje. Então sugiro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Então libere para os destaques, agora, já no início da leitura.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, a sugestão de S.Exa. é no sentido de que se libere para destaques, agora, na leitura do Relator. S.Exa. concorda com a votação, hoje, do relatório. É isso?

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Deputado Giovanni Queiroz, se V.Exa...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E será apenas essa matéria?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não dará tempo.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Deputado Giovanni Queiroz...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Estenda os destaques para amanhã, mas deixe-o falar. Se fizermos isso, não há problema.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Deputado Giovanni Queiroz, quero propor ao Presidente, na linha do raciocínio de V.Exa., porque o receio é não encerrar o prazo para os destaques hoje.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Isso.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - A proposta é exatamente esta: abrirmos o prazo para os destaques, e retornaríamos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Consulto o Deputado Claudio Cajado sobre se S.Exa. aceita receber essa homenagem, pelo seu aniversário natalício, aqui mesmo no plenário da Comissão. Seria uma homenagem ao guerreiro, ao lutador. *(Muito bem!)* E comemoraríamos, trabalhando. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Comemora-se em trabalho.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, para mim, e acho que para qualquer um, qualquer homenagem, em qualquer lugar, é bem-vinda.

O Deputado Fábio Ramalho fez a gentileza de oferecer um jantar, convidando os colegas para um encontro às 20h30.

Como está procedido, se for em função do acordo que foi provocado, eu não teria nenhum senão a opor. Agora, seria bom reiterarmos, porque parece que o PSDB está com uma posição, assim como o Democratas, que é a de lermos o relatório da agricultura e deixarmos os destaques para amanhã.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Amanhã, leríamos o da saúde e, eventualmente, o do Ministério das Cidades. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Esclareço a V.Exa. que o rito processual é o seguinte. Lido o relatório, abre-se a discussão; no curso da discussão, o prazo para apresentação de destaques.

Se vamos ouvirmos a leitura do relatório, quebraremos o rito processual. Então, não faria sentido ler o relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É só não encerrar a discussão ainda hoje.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Isso, não encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Suspende-se a sessão, não se encerra a discussão; retoma-se a discussão amanhã, e continua o prazo para destaques. Não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, o apelo que faço aos nobres pares é no seguinte sentido: a idéia de lermos os 2 relatórios, agora, à noite, é no sentido de ganharmos um pouco mais de tempo para evitar a transferência de mais relatórios para a semana que vem. Então, na medida em que abrimos a discussão hoje, e não a encerramos, deixando para amanhã, acabamos não cumprindo esse objetivo. No processo de abertura, mantida a discussão, eu não teria como ler outro relatório agora à noite. O ideal é ler o relatório apresentado pelo Senador Jayme Campos. Abriríamos prazo para os destaques e encerraríamos, ainda na noite de hoje, esse prazo. Permitiríamos, assim, a leitura do segundo relatório. Assim, avançaríamos, seria diferente, e ganharíamos com isso, na realidade. Faríamos, ainda hoje à noite, a apresentação de 3 relatórios. Fecharíamos, assim, as áreas da educação, ciência e tecnologia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Pois é, o Deputado Claudio Cajado poderia comemorar: "*Passei o meu aniversário trabalhando!"* E iríamos, mais tarde, nem que fosse apenas para a sobremesa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado, se se mantiver o prazo para destaques até amanhã, tudo bem. É que muitos que não estão aqui, no momento, e pretendem fazer destaques. Esse é o problema, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pelo que entendi, Sr. Presidente, a proposta é no sentido de que votássemos ainda hoje o parecer da área de agricultura, mas não os destaques, que ficariam para amanhã. Amanhã, cedo, iniciaríamos a discussão do relatório da área de saúde. Essa foi a proposta que chegou ao PSDB, com a qual concordamos. Não sei se há caminho diferente desse que estou discutindo.

O Deputado José Pimentel é testemunha da conversa que tivemos sobre essa questão.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, pela ordem. Tenho o maior prazer, nesta Comissão, de concordar com o Deputado que me antecedeu, por ser uma das pessoas mais sérias e trabalhadoras. Acontece, Sr. Presidente, que temos controvérsias. As controvérsias referem-se sobre a leitura do relatório da Saúde, amanhã, porque é um relatório dos mais importantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Saúde?!

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Saúde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Mas a área de saúde não está em discussão agora, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - S.Exa. está propondo, Sr. Presidente. Se propôs no plenário, temos que concordar ou não; se concordarmos, temos que cumprir.

O acordo que fizemos foi o de votar o Planejamento. O calendário proposto é o seguinte: ler, abrir o prazo para as emendas e votar os relatórios, ressalvados os destaques. Agora, tem que haver consenso. Na pauta de amanhã, votaríamos os destaques e complementaríamos a votação do Planejamento, da Agricultura e poderes. Não está incluído nesse acordo votarmos o relatório da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deixe-me apreciar as sugestões. Poderíamos fazer de uma forma que conciliasse as 2 facções: os que querem permanecer reunidos para resolver o relatório da Área Temática V; e os que querem ouvir apenas a leitura do relatório e prosseguir amanhã com a discussão e a apresentação de destaques.

Sugiro o seguinte: o Relator faria a leitura do relatório; em seguida, abriríamos o prazo para discussão e apresentação de destaques; amanhã, faríamos a votação dos destaques. Assim, ganharíamos tempo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, seria só desta matéria?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Só desta.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Só 1? Porque hoje à tarde disseram que não teria nenhuma, e de repente surge 1. Aí, fazemos o destaque, retiramos, e tem o segundo. Aí complica, Sr. Presidente. Então vamos lá: só Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, só mais uma informação: encerraria...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Feito o acordo, vamos ouvir a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, encerram hoje os destaques? Então, poderia somente ler o próximo, não custa nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Encerram os destaques hoje; e a decisão sobre os destaques, amanhã.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, Senador José Maranhão; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão, antes de iniciar o meu relatório, agradeço aos Drs. Sanches e Fernando Vieira, 2 Consultores, um do Senado e um da Câmara, que me auxiliaram na elaboração deste relatório.

Eu gostaria de tecer alguns comentários, os quais anotei na elaboração.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O Relator está com a palavra. Vamos ouvi-lo em silêncio.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Relatório da Área Temática V: Planejamento e Desenvolvimento Urbano, sobre o Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, encaminhado pela Mensagem nº 115, de 2007-CN — nº 649, na origem —, que *"Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008",* abrangendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social das unidades orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério das Cidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a primeira parte do nosso relatório focaliza aspectos gerais da proposta orçamentária do Ministério das Cidades e do Planejamento, bem como a análise da execução. Como o relatório foi disponibilizado na Internet, com tempo suficiente para a análise dessa parte, nós nos permitiremos, com a concordância do Plenário, passar diretamente aos aspectos mais importantes do Orçamento de 2008, iniciando pelo Item 1.4.

Pergunto se estão de acordo os ilustres membros desta Comissão. Se houver concordância, passo a ler. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

"Orçamento Nominal *versus* Orçamento Programável.

Como já observado, o valor dos recursos inteiramente livres para alocação no âmbito da Área Temática V é limitado. De acordo com os dados da Tabela 4, abaixo, dos 16.938,5 milhões de reais constantes da proposta para 2008, verifica-se que 13.674,9 milhões de reais se associam a programação orçamentária marcada por certa rigidez, seja em razão de disposições normativas, seja em função das características da própria programação, a exemplo do objeto da despesa ou da origem dos recursos que lhe permitem a execução".

Eu peço aos ilustres membros desta Comissão um pouco de silêncio; caso contrário, vou arrebentar a garganta aqui, e ninguém vai ouvir. Por favor.

"Assim ocorre com determinados grupos de natureza de despesa, como pessoal, juros e encargos da dívida, amortização da dívida e reserva de contingência, que, em conjunto, representam 11.215,2 milhões de reais da programação orçamentária da Área 5. Isso também se verifica noutras rubricas de despesa, a exemplo da programação custeada por operações de crédito, de 114,5 milhões de reais; contrapartidas de empréstimos e doações, 12 milhões de reais; sentenças e débitos judiciais, 65,6 milhões de reais; pagamentos a anistiados políticos, 226,7 milhões de reais; e custeio das unidades setoriais, 201,1 milhões de reais.

Além disso, cumpre salientar que expressiva parcela da programação a cargo da Área Temática está fundada em recursos originários condicionados, Fonte 900. São 10.190 milhões de reais, dos quais 8.971 milhões de reais encontram-se alocados a despesas com pessoal e encargos sociais, e os restantes 1.219 milhões de reais aos grupos "outras despesas correntes" (85,8 milhões de reais) e "investimentos" (1.133 milhões de reais).

Considerado o comprometimento de recursos da Área Temática, conforme evidenciado na Tabela 4, conclui-se que o saldo de recursos programável é de 425 milhões de reais, no MPOG, e de 2.838 milhões de reais no MCID.

Tabela 4".

Se V.Exas. me permitirem, vou pular a análise do Comprometimento Orçamentário da Área Temática. E nossa Consultoria nos orienta, se for o caso, a pular também o Item 2, Análise da Execução Orçamentária Recente.

"Emendas à Programação das Unidades da Área Temática.

A Área Temática recebeu 1.342 emendas. Foram 84 emendas coletivas, de bancadas estaduais e Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e 1.258 individuais, Deputado Federais e Senadores. Sua distribuição, por programa, modalidade de emenda (coletiva ou individual) e valor solicitado, está discriminada na Tabela 9, abaixo.

As emendas coletivas, no total de 84, implicaram solicitações de recursos da ordem de 9.705 milhões de reais. Foram 77 emendas de bancadas estaduais, 4 emendas de Comissões da Câmara dos Deputados e 3 emendas de Comissões do Senado Federal. Das emendas de bancadas, 67 foram de apropriação, e as 10 restantes, de remanejamento. As Comissões da Câmara dos Deputados apresentaram apenas emendas de apropriação, enquanto que as Comissões do Senado Federal, 2 de apropriação e 1 de remanejamento. As emendas coletivas de apropriação totalizaram solicitações de recursos de 9.485,4 milhões de reais, e as de remanejamento, solicitações de 220 milhões de reais.

Tanto em número de emendas coletivas apresentadas quanto em valor solicitado, os 3 programas mais visados foram: primeiro, apoio ao desenvolvimento urbano de municípios; segundo, mobilidade urbana; terceiro, serviços urbanos de água e esgoto.

No tocante às emendas individuais, as solicitações de recursos ascenderam a 1.086,3 milhões de reais. Por regra, todas as emendas foram do tipo "apropriação", das quais 1.091 de Deputados Federais, e o restante, 167, de Senadores. Os 3 programas mais solicitados foram: primeiro, apoio ao desenvolvimento urbano de municípios; segundo, habitação de interesse social; terceiro, serviços urbanos de água e esgoto.

A Tabela 10, abaixo, discrimina, por modalidade de emenda, decisão do parecer setorial e número de emendas, tanto o valor solicitado quanto o acolhido por esta Relatoria-Setorial. Das emendas coletivas, 83 lograram aprovação, às quais se destinaram 1.252,1 milhões de reais, e uma emenda foi considerada inadmitida no curso dos trabalhos conjuntamente realizados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, e pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

No que diz respeito às emendas individuais, das 1.258 originalmente apresentadas à Área Temática, 1.253 foram aprovadas, e 5, retiradas pelos respectivos autores, que as transferiram a outras áreas temáticas.

No cômputo final, o acolhimento das emendas implicou a alocação..."

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço aos presentes um pouco de atenção e silêncio para o Relator proferir o seu relatório, que interessa, evidentemente, a todos nós.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - "... e a realocação de recursos da ordem de 2.336,9 milhões de reais, sendo 1.084 milhões de reais para emendas individuais e 1.252 milhões de reais para coletivas".

Pediria ao nobre e querido Deputado Cajado que baixe um pouco o tom, porque o Relator não vai agüentar ler. Já estou começando a arrebentar a minha garganta. Por favor, meu ilustre correligionário dos Democratas.

"A distribuição dos valores, discriminados por programa, modalidade de emenda e valor de aprovação, encontra-se na Tabela 11, abaixo. Os programas contemplados tanto com maior número de emendas quanto com maiores valores de alocação foram: primeiro, apoio ao desenvolvimento urbano de municípios; segundo, mobilidade urbana; terceiro, serviços urbanos de água e esgoto; quarto, urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários. No conjunto das emendas de todos os tipos e modalidades, esses programas responderam por alocações na ordem de 2.124,4 milhões de reais, equivalentes a 90,9% do total de recursos administrados por esta Relatoria-Setorial.

Recursos para atendimento às emendas.

A Relatoria mobilizou 2.336,9 milhões de reais para realizar os atendimentos pertinentes à Área Temática. Desses, 1.553,7 milhões de reais foram provenientes da "reserva de recursos", propiciados com base nas normas regimentais, e 783,2 milhões de reais, derivados de remanejamentos feitos pela Relatoria-Setorial para complementar os atendimentos dados às emendas, na forma demonstrada na Tabela 12, abaixo. Dos recursos oriundos da reserva de recursos, uma parcela de 1.084,8 milhões de reais foi destinada ao atendimento das emendas individuais, restando apenas 468,9 milhões de reais para o atendimento às emendas coletivas.

Para orientar o remanejamento de recursos facultado pelas normas regimentais, esta Relatoria, observadas as restrições fixadas pelo Parecer Preliminar, adotou alguns critérios adicionais, a fim de obter maior equilíbrio e justiça nos ajustes realizados.

Em primeiro lugar, fixou, como referenciais básicos, os de não impor reduções às alocações de valor inferior a 3 milhões de reais e de não efetuar reduções superiores a 50% do valor alocado. Adicionalmente, adotou um escalonamento para a imposição das reduções, ou seja: nas dotações de 3 a 5 milhões de reais, reduções de 10%, nas de 5 a 10 milhões de reais, reduções de 15%; nas de 10 a 20 milhões de reais, reduções de 20%; nas de 20 a 30 milhões de reais, reduções de 25%; nas de 30 a 40 milhões de reais, reduções de 30%; e nas de valores superiores a 40 milhões de reais, reduções de 35%.

No caso das dotações indicadas para viabilizar as emendas de remanejamento, a regra foi a de acolher reduções de no máximo 50% do valor alocado na fonte indicada, tomadas as fontes 100 e 900 como equivalentes.

O nosso entendimento foi o de que a imposição de reduções maiores do que essas, na programação de uma Área Temática que cuida de questões sensíveis e relevantes para a sociedade em geral, como as relativas à habitação popular, ao saneamento, ao transporte urbano e à ordenação do uso do solo, seria contrária ao interesses de todas as unidades federativas.

Critérios para as decisões sobre as emendas.

A Relatoria preocupou-se, igualmente, com o estabelecimento de critérios para decidir sobre as alocações à emendas afetadas à Área Temática, principalmente no que se refere às emendas coletivas de autoria das bancadas estaduais.

a) Critérios para as emendas individuais à Despesa.

Com relação às emendas individuais, a Relatoria definiu como critério básico o da diligente interpretação do intento dos autores, orientando sua assessoria no sentido de promover as correções temáticas necessária à adequação da proposição de modo a ensejar a sua posterior execução sem maiores percalços, contatando os autores sempre que isso fosse oportuno e viável. Nos casos em que apenas isso não permitisse atender ao objetivo almejado pelo autor da proposição, decidiu-se por repassá-las às áreas temáticas competentes.

As emendas individuais, de modo similar ao que tem ocorrido nos últimos anos, apresentaram grande concentração nas ações de apoio à infra-estrutura urbana (obras de pavimentação urbana, drenagem e assemelhadas), totalizando 1.081 emendas, ou seja, 86,1 do total de emendas individuais. Os 2 outros grupos mais significativos foram: habitação popular, com 91 emendas; e saneamento, com 41 emendas.

b) Critérios às emendas de bancada de apropriação.

Os problemas que cercam a fixação de critérios para a alocação de recursos às emendas coletivas são bastantes conhecidos, tendo sido expressos em muitos dos relatórios apreciados por esta Comissão Mista ao longo dos últimos anos. Dada a diversidade dos interesses das regiões e dos segmentos econômicos de nosso País, é praticamente impossível chegar-se a um conjunto de critérios que satisfaça todos os envolvidos na disputa pelos limitados recursos orçamentários.

Não obstante, cientes da nossa responsabilidade na promoção da mais adequada locação dos recursos possíveis, esta Relatoria-Setorial optou por fazê-lo com base em critérios objetivos, que assegurassem resultados satisfatórios na distribuição dos recursos. Na falta de orientações concretas às normas regimentais, optamos pelo seguinte combinação de critérios para a alocação dos recursos definidos para atendimento das emendas de alocação (não consideradas as de remanejamento) das bancadas estaduais: 50% proporcionalmente ao número de emendas apresentadas na área temática; 50% proporcionalmente ao inverso da renda *per capita* da unidade federativa; nenhuma emenda atendida com menos de 75% do valor médio de 10,5 milhões de reais; nenhuma emenda atendida com mais de 50% de acréscimo ao valor médio de 21 milhões de reais.

Além disso, valorizamos as percepções sobre as diferenças que marcam as múltiplas realidades das diversas regiões do País, destinando cerca de 10% dos recursos disponíveis para tais ajustes. Para tanto, foram ouvidos, o quanto possível, representantes das bancadas. Não o sendo, a Relatoria efetuou as alocações mais expressivas nos empreendimentos de maior efeito estruturante ou de maior alcance social. São tais fatores que implicam ocasionais concessões na aplicação de critério, visto que não fosse para ter em conta também essa perspectiva, deixaria de haver razão para a existência das Relatorias-Setoriais.

8. Decisões sobre as emendas.

a) Emendas individuais à despesa.

Foram apreciadas 1.258 emendas individuais dos Srs. Parlamentares, das quais 1.253 foram aprovadas e 5 retiradas pelos autores. As emendas aprovadas, totalizaram o atendimento na ordem de R$1.084,6 milhões,

enquanto as retiradas sendo, 3 de Deputados, 3 do Deputado Marcos Antonio, 1 do Deputado Renildo Calheiros e 1 do Senador Valter Pereira, implicaram solicitação na ordem de R$1,8 milhão.

Alertamos para o fato de que, a fim de poder dar acolhimento a algumas das emendas, foi necessário promover ajuste com o fito de adequá-las aos instrumentos legais ou para ajustá-las tecnicamente, sempre com o cuidado de se manter a essência de cada proposição. Essa providência objetivou assegurar igualmente a uniformidade e as padronizações de subtítulos e classificações, assim como ajustar as metas e os respectivos quantitativos aos padrões estabelecidos e aos valores alocados à cada emenda.

Sempre que possível, os gabinetes dos Parlamentares foram contatados para informá-los das providências cabíveis em cada caso ou para deles obter as informações complementares necessárias ao trabalho de análise e processamento das emendas. Em alguns casos, todavia, isso não foi possível.

Por essa razão, recomendamos aos autores das emendas individuais que verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que eventuais ajustes por nós realizados, sempre com o propósito de bem atender aos objetivos retratados nas emendas, sejam revistos, observando-se a essência das proposições.

b) Emendas de bancadas estaduais à despesa.

Das 77 emendas coletivas de bancadas estaduais apresentadas à Área Temática, 76 foram atendidas por esta Relatoria-Setorial, restando inadmitida uma emenda. As emendas admitidas implicaram solicitações de R$5.532,9 milhões e atendimentos de R$1.156,5 milhão. Do valor total de atendimentos, destinaram-se R$1.072,3 milhões a emendas de apropriação e R$84,2 milhões às emendas de remanejamento.

A Tabela 13, constante do relatório, discrimina o número de emendas por bancada e a distribuição dos atendimentos por Unidade da Federação contemplada na programação da despesa proposta. Ou seja, na Tabela 13.

c) Emendas de Comissões à despesa.

Foram apresentadas 7 emendas à programação da Área Temática, sendo 4 emendas de Comissões da Câmara dos Deputados e 3 emendas do Senado Federal. Os atendimentos no âmbito desta Relatoria-Setorial montaram a R$95,6 milhões, dos quais R$5,6 milhões em face de emendas de apropriação e R$20 milhões, de emendas de remanejamento.

d) Resumo das Decisões.

O atendimento no âmbito desta Relatoria-Setorial totalizaram, Srs. Membros desta Comissão, R$2.336,9 milhões, na forma discriminada na Tabela 14, a seguir. As emendas de bancadas estaduais, as de comissões e as individuais, nessa ordem, lograram atendimentos médios, mais ou menos, de R$15,2 milhões, R$13,7 milhões e R$0,9 milhão.

Tabela 14. Resumo dos Atendimentos na Área Temática, conforme já está disponibilizado na Internet desta Comissão, sobretudo desta Relatoria.

9. A Programação da Área Temática e o Plano Plurianual.

Para efeito de atendimento à determinação contida no § 3º do art. 20 da LDO/2008, reforçada pelo art. 47, III, dessa lei, bem como aos itens 2.2.3 e 2.2.5 do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei do PPA 2008/2011, e aos itens 2.1 e 20.2 do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, esta Relatoria-Setorial deparou-se com a necessidade de promover a criação de 72 novas ações orçamentárias. Essas ações se acham discriminadas na Tabela 15, em anexo, com a devida explicitação de sua "Descrição", "Finalidade" e "Unidade Executora", definidos com base nos elementos contidos nas proposições e/ou na similitude da ação com as existentes no PPA vigente ou no PLN nº 30/07, do Congresso Nacional, PPA 2008 a 2011. Tais ações, inexistentes na proposta oriunda do Poder Executivo, foram criadas para abrigar os projetos, obras ou empreendimentos derivados de emendas acolhidas no Parlamento cujos valores ou características requeiram essa providência.

10. Recomendações à Comissão Mista

A Relatoria-Setorial, no desenvolvimento de suas atividades, defrontou-se com alguns problemas e situações que merecem devido registro perante a Comissão, para que esta, em sua condição de órgão constitucional, estabeleça as providências cabíveis. Nesse sentido, merecem destaque as seguintes recomendações:

a) que a Relatoria-Geral reveja, no âmbito e suas apreciações e disponibilidade de recursos, as alocações feitas às emendas coletivas, sobretudo em relação às proposições contempladas com valores menores e/ou

inferiores à média das alocações, o que se deu em conseqüência da aplicação dos critérios definidos pela Relatoria-Setorial e da limitação dos recursos disponíveis para os atendimentos, com vista a complementar os recursos nos projetos de maior alcance social e/ou econômico;

b) que a Comissão, por iniciativa do Relator-Geral, não deixe de dar a devida consideração às emendas propostas ao texto da Lei Orçamentária com a finalidade de conferir estabilidade aos referenciais populacionais adotados na elaboração orçamentária, a fim de que tais não sejam modificados por ocasião da execução, frustrando o intento dos autores de proposições sujeitas a limites populacionais".

Sr. Presidente, passo ao voto deste Relator:

"Face ao exposto, somos pela aprovação do PLN nº 30, de 2007, Congresso Nacional, na forma da Mensagem nº 115, de 2007, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a esta Área Temática, o Ministério das Cidades e o Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão, com as alterações derivadas das emendas aprovadas por esta Relatoria-Setorial, conforme demonstrativo anexo".

Este é o relatório e o meu voto, Sr. Presidente e Srs. Membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concluída a leitura do relatório, passa-se à discussão, com o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término dos debates.

Está facultada a palavra aos presentes. Há uma lista de inscrição na mesa.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator Jayme Campos, primeiro, queremos cumprimentar V.Exa. pela forma equânime com que atendeu às demandas das bancadas, utilizando um critério justo, o que permitiu o atendimento equilibrado de todos os Estados.

Apresentamos 4 emendas na Área Temática de Desenvolvimento Urbano. Dessas, a que destina recurso para a infra-estrutura urbana na cidade de Aparecida de Goiânia foi bem atendida. E estamos apresentando 3 destaques para que sejam aumentados os recursos da Emenda nº 71.003, que trata da implantação da Avenida Leste—Oeste, em Goiânia. Essa obra, já discutida neste plenário, é muito importante para a nossa Capital. A avenida está sendo construída no leito da antiga ferrovia que corta a Capital de Goiás, ligando uma região muito populosa — a Região Curitiba 1, 2, 3, 4 — ao centro da cidade.

O outro destaque é referente à Emenda nº 71.0013, por meio da qual destinamos recursos para infra-estrutura urbana na cidade de Goiânia. Esse recurso visa também à conclusão da pavimentação de todos os bairros com ruas de terra da nossa Capital. Quase 100% das ruas de nossa Capital já são asfaltadas. E, se conseguirmos elevar o valor dessa emenda para algo em torno de R$20 milhões, permitiremos que o Prefeito pavimente as restantes ruas de terra de Goiânia.

Então, gostaria de fazer esse apelo a V.Exa.

E o terceiro e último destaque refere-se aos recursos que destinamos à Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal — RIDE. V.Exa. atendeu com R$14,5 milhões, e nós gostaríamos que esse valor fosse elevado para algo em torno de R$20 milhões. A RIDE é composta de 23 municípios, e todos eles estão diretamente ligados à Capital Federal. São municípios bastante populosos, que têm uma taxa de crescimento populacional muito acima da média brasileira. Há nessa região cidades com a taxa de crescimento populacional acima de 10%, como é o caso de Águas Lindas. E todo o recurso que destinarmos para os municípios que compõem a RIDE, asseguro a V.Exa., ainda serão insuficientes, devido à demanda dessas cidades do entorno do Distrito Federal.

Então, Sr. Presidente, assim que eu tiver o número dos destaques, passarei a V.Exa.

Finalizando, Sr. Relator, mais uma vez, quero cumprimentá-lo pelo excelente trabalho que V.Exa., juntamente com a Assessoria, realizou nessa área tão importante, a Área Temática nº 5.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Com a palavra o nobre Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Obrigado, Sr. Presidente.

Ilustre Senador Jayme Campos, representante do Estado do Mato Grosso, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. pelo brilhante relatório que produziu e pela forma como atendeu as bancadas. Quero também agradecer a

V.Exa., em meu nome e em nome da bancada de Tocantins — uma vez que sou o único da bancada aqui presente neste momento.

Mesmo contente com o atendimento de V.Exa., apresentei um destaque, na esperança de que V.Exa. ainda tenha espaço na reestimativa da receita — e a bancada do Tocantins acredita que o ilustre Senador vai atendê-la. Caso isso não seja possível, vamos compreender, mas, como disse, se houver condições de fazê-lo na estimativa da receita, ficarei ainda mais contente.

Mais uma vez, cumprimento V.Exa. pelo excelente relatório apresentado — e não estou reclamando, mas apenas pedindo a V.Exa. que, se houver espaço, atenda ainda mais o seu amigo, que é de um Estado pobre, o Tocantins, seu vizinho.

Parabéns e um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Relator, apresento o Destaque nº 004, relativo à Região Metropolitana de Fortaleza.

Estou certo de que V.Exa., Sr. Relator, já olhou para essa região com bons olhos, inclusive falei com V.Exa. por telefone e sei que V.Exa. fez o possível. Ainda assim, peço a V.Exa. que recomende ao Relator-Geral um maior aporte de recursos. E faço esse pedido sobretudo porque a Região Metropolitana de Fortaleza, abriga os Municípios de Maracanaú, colégio eleitoral que me deu substancial quantidades de votos; Maranguape, onde também tive muitos votos e há uma população bastante pobre, e Caucaia, onde nasci e do qual fui Prefeito.

Além desses, ao atender o meu pedido, V.Exa. estará ajudando os Municípios de Eusébio, Aquiraz, Pacatuba, Pacajus e outros. São 19 os municípios que formam a Região Metropolitana de Fortaleza, instituída por lei na Assembléia Legislativa do Estado.

Quero parabenizar V.Exa. pelo relatório e, acima de tudo, pedir que indique ao nobre Relator-Geral o aporte de um valor maior, para que esses municípios possam resolver problemas de drenagem, de calçamento etc. Afinal, as pessoas que vêm de todo o Ceará e se instalam na periferia de Fortaleza também precisam de infra-estrutura urbana de qualidade. Isso é fundamental para trazer mais qualidade de vida para o nosso povo, principalmente de Caucaia, cidade que tanto amo.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, peço licença a V.Exa. para dizer uma palavra para o Deputado Zé Gerardo: V.Exa. está em casa, sendo seu conterrâneo o nosso Relator-Geral, Deputado José Pimentel. Então, acho que está tudo resolvido em princípio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Relator, Senador Jayme Campos, primeiro quero parabenizá-lo pelo relatório. Já conhecíamos a sua competência, tendo em vista que somos de Estados vizinhos. V.Exa. conhece bem as agruras por que passa Mato Grosso do Sul.

Estivemos fazendo um levantamento das emendas de bancada e verificamos que o Mato Grosso do Sul foi o Estado que, ao lado de Alagoas, apresentou o menor número de emendas de bancada. Nós temos somente 15 emendas de apropriação, e 6 foram na Área Temática da qual V.Exa. é Relator. Fizemos uma média entre as demais bancadas, inclusive levando em conta a similitude dos Estados brasileiros em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul. Verificamos que a média de contemplação das emendas do Estado foi de R$12 milhões, o que está muito aquém da média dos demais Estados.

Então, faço um apelo à generosidade e ao espírito de justiça de V.Exa., que tão bem conhece o Mato Grosso do Sul, no sentido de que, na medida do possível, acate os Destaques nºs 05, 06 07, 08, 09 e o 010. E, como tenho absoluta certeza de que ainda ficaram algumas sobras de recursos, peço que V.Exa. corrija essas distorções e abrigue, nessa correção, o Estado co-irmão de Mato Grosso do Sul.

As Emendas de Bancada a que me refiro são as de nºs 7113004, 7113006, 7113007, 7113009, 71130014 e 71130016.

Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Querido Deputado Geraldo Resende, nós fizemos o possível e o impossível aqui. Na verdade, sabe V.Exa., a disponibilidade de recursos foi bem aquém das reivindicações.

Todavia, como V.Exa. está dizendo que foi pouco em relação à média, ressalto que o critério que adotamos ainda ficou acima do patamar de 4,7 milhões. Então, é aquela velha história: pedir não é ofensa, não é verdade? E, às vezes, é preciso chorar um pouquinho para conseguir mais.

V.Exa. pode ter certeza de que nós vamos levar ao Relator-Geral, o querido Deputado José Pimentel, naturalmente todos os pleitos, sobretudo esses destaques que estão sendo propostos aqui, para ver se viabilizamos pelo menos mais um pouquinho em cada uma das emendas propostas por V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Com a palavra o nobre Deputado Hugo Leal. V.Exa. disporá de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não posso pedir um pouquinho mais, Sr. Presidente? Já que estão pedindo mais dinheiro, peço um pouco mais de tempo.

Mas, Sr. Relator, na mesma esteira dos que me antecederam, quero elogiar o trabalho de V.Exa e também fazer uma ponderação específica com relação à questão das emendas de remanejamento, cuja explicação está às folhas 16.

Especificamente no caso do Rio de Janeiro, a bancada fez 6 emendas de apropriação e uma de remanejamento. Foram 7 emendas por que o Estado do Rio de Janeiro optou nas suas emendas proporcionais. Portanto, o Estado do Rio de Janeiro optou por apresentar 7 emendas de apropriação e uma de remanejamento para essa Área Temática. V.Exa. pode observar que o Estado do Rio de Janeiro foi o que mais sonhou, vamos colocar dessa forma, o que mais pleiteou. Porque é exatamente este o elemento fundamental para o Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, para a região metropolitana: infra-estrutura e desenvolvimento urbano.

Não foi por acaso, portanto, que a bancada do Estado do Rio de Janeiro fez uma opção e trouxe elementos estruturantes na ordem de R$1,011 bilhões. Obviamente, nós geramos a expectativa em relação a projetos já existentes.

Mas quero dizer a V.Exa., Senador Jayme Campos, relevando neste momento, que a bancada do Estado do Rio de Janeiro foi criteriosa. Ao estabelecer essas emendas de apropriação, tivemos o cuidado de que as emendas aprovadas ao Plano Plurianual — PPA fossem as primeiras e as prioritárias a receber recursos agora, na lei orçamentária.

Então, faço um apelo a V.Exa. Mas, antes, tenho de elogiá-lo pelo criterioso trabalho realizado na distribuição das emendas. No entanto, V.Exa. há de convir que projetos dessa natureza, estruturantes, são essenciais. Destaco as 2 linhas de metrô na Capital do Rio de Janeiro, uma ligando a Zona Sul, o Leblon, a Gávea e Copacabana, à Barra da Tijuca, tão desejada por todos os cidadãos cariocas e fluminenses; a outra liga o trecho Praça XV a Niterói e São Gonçalo, também um dos maiores desejos da população desse entorno.

O que queremos aqui, Sr. Presidente, Deputado Manoel Junior, e Sr. Relator, Senador Jayme Campos, é dirigir um apelo em prol desses itens de que constam os trens metropolitanos, Linhas 3 e 4 do Metrô, e o terminal, o Corredor T-5, que é um corredor estrutural de transporte coletivo. Apesar do esforço que V.Exa. fez para adequar as emendas nessas variáveis, pedimos que sejam revistas pelo menos essas 3 emendas, que são relativas a itens que a população do Rio de Janeiro sempre busca — e, nesse sentido, houve a manifestação unânime de todos os Deputados Federais da bancada do Rio de Janeiro, os 46 Deputados Federais. A bancada está unida na busca de recursos para o início das obras dos trens metropolitanos da extensão do Metrô da Zona Sul até à Barra da Tijuca e também da Praça XV para Niterói, São Gonçalo e até mesmo Itaboraí, onde teremos o Pólo Petroquímico em breve.

Então, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, pedir a atenção e a gentileza do nobilíssimo Senador Jayme Campos — e sei que o Senador conhece a Capital do Rio de Janeiro e estará sensível aos destaques apresentados pela bancada do Rio de Janeiro — para a necessidade de melhoria dos recursos distribuídos ao Estado do Rio de Janeiro.

Repito, ilustre Sr. Relator, Senador Jayme Campos, que não é por acaso que o Estado do Rio de Janeiro escolheu 6 emendas de apropriação para essa área e 1 de remanejamento, com um valor obviamente que espelha não um desejo sem mensuração, mas o de estabelecer os projetos já aprovados e aguardados há muitos anos pela população do Estado do Rio de Janeiro.

Então, apelamos aos sentimentos de V.Exa. pelos critérios que V.Exa. já demonstrou, pelo equilíbrio apresentado nesta Comissão, para que o Estado do Rio de Janeiro possa, nessas 6 emendas apresentadas a essa Área Temática, ter um pouco mais do que os recursos alocados por V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, pela ordem, apenas por um minuto.

Respondendo ao querido Deputado Hugo Leal, do Rio de Janeiro, que fez 2 pleitos, quero dizer que, na emenda de remanejamento, conforme a Consultoria me informa, será possível atender. Entretanto, na emenda de apropriação pelo que nós tínhamos disponível, lamentavelmente, não. Portanto, quanto à emenda de remanejamento, é possível; agora, no que diz respeito à emenda de apropriação, não restou nada. Todavia, vamos conversar com o Relator-Geral, porque imagino que, se S.Exa. puder, vamos atender V.Exa.

É mais do que justa a reivindicação de V.Exa. Mas, lamentavelmente — e sabe V.Exa. —, o que foi disponibilizado é bem aquém da necessidade que teríamos para atender tudo aquilo que, certamente, é importante naquela cidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Antes mesmo de convidar a nobre Deputada Rose de Freitas para fazer o uso da palavra, quero aproveitar para, nesta breve passagem pela presidência — uma vez que não estou inscrito —, para cumprimentar e parabenizar V.Exa. e também a assessoria pela diligência, rapidez e eficiência com que V.Exa. relatou uma área tão difícil, a Área Temática nº 5.

Com a palavra a nobre Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, li com muita atenção o seu relatório e quero dizer a V.Exa. que, a emenda feita pela bancada do Espírito Santo relativa ao Metrô compreende um universo de 2 milhões de habitantes, repito: 2 milhões de habitantes, porque Vitória é uma ilha, Serra é uma cidade industrial, Vila Velha compreende a parte mais ampla do nosso litoral, e Cariacica, um município que tem 350 mil habitantes.

Na verdade, esse metrô é um compromisso do Sr. Presidente da República, do Prefeito de Vitória, com vistas a integrar esses municípios. Então, sei até que olhando o tamanho do Espírito Santo, que não corresponde à sua importância nacional, à sua importância econômica, é compreensível o valor que V.Exa. destinou para iniciar essa obra. No entanto, esse valor não paga nem o projeto.

Então, quero pedir a V.Exa. — e estou falando em nome da bancada do Espírito Santo — que reconsidere esse valor. Ainda há pouco recebi o telefonema de vários colegas, como o Senador Gerson Camata e outros, pedindo para que eu brigasse pela bancada do Espírito Santo.

Faço, portanto, veemente apelo a V.Exa. Sei do seu empenho, mas o valor destinado é muito aquém do necessário, e aqui se trata de uma luta pelo desenvolvimento do nosso Estado. Nós gostaríamos profundamente que V.Exa. considerasse o destaque apresentado pela nossa bancada.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Minha querida e nobre Deputada Rose de Freitas, valorosa mulher capixaba, na verdade, eu gostaria imensamente de atendê-la. Sei da importância que representa essa obra para o seu Estado, sobretudo para Vitória. Conheço a Capital e sei perfeitamente dessa necessidade. Todavia os recursos disponibilizados são muito poucos. Os recursos, querida Deputada, são insuficientes.

Além do mais, no critério que nós adotamos, partindo dos valores iniciais, o maior chegava a R$21 milhões. Ora, eu sei que é muito pouco e que não dá nem para fazer o projeto. Reconheço. Entretanto, lamentavelmente, pelo que foi disponibilizado pela Relatoria-Geral nós não temos quase nada.

Porém, tenha certeza V.Exa. de que levarei o assunto para o nosso querido Relator-Geral, para ver o que mais S.Exa. pode disponibilizar para atendermos, com o maior volume de recursos possíveis, essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente também quero associar-me aos Parlamentares que já fizeram os devidos cumprimentos ao nosso Relator. E, aliás, é bom que se acentue aqui, Sr. Senador Jayme Campos, que V.Exa. é um dos assíduos representantes desta Comissão, diria que é o primeiro a chegar na sala de aula. Impreterivelmente, às 14h30min, V.Exa. está aqui assinando o livro de presença, garantindo o *quorum* para o funcionamento da Comissão. E sei que do Senado Federal para cá é uma grande caminhada. Mas isso é bom, faz bem, movimenta o corpo. Então, quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho e pela dedicação.

Diria ainda que, de certa forma, outra coisa muito positiva é que V.Exa. conquistou aqui não só o respeito, como o carinho e a amizade de todos os Parlamentares desta Casa.

Faço este comentário de público, embora já o tenha feito várias vezes, por meio do Presidente desta Comissão, o Senador José Maranhão, que tem sido testemunha do empenho, da dedicação e da aplicação de V.Exa.

Nobre Relator, quero dialogar um pouco com V.Exa. — e também sei das limitações que a peça orçamentária e a Resolução nº 1 trouxeram para os Relatores, principalmente os Relatores-Setoriais. Essas limitações são uma verdadeira camisa-de-força.

Chamo a atenção de V.Exa., porém, para o seguinte: a bancada da Bahia apresentou 4 emendas na área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, emendas estas que julgamos muito importantes. Quero, então, fazer um apelo a V.Exa., principalmente entendendo a natureza dessas emendas. E vou começar por uma delas que é relativa à cidade de Santo Amaro, da qual acho que todos aqui já devem ter ouvido falar, pois, de certa forma, é um berço da cultura na Bahia e muito conhecida pelos baianos até pelo fato de ser a cidade natal de Caetano Veloso, que já cantou em verso e prosa as dificuldades do Rio Subaé e o seu contexto de poluição.

Agora, mais do que pela poluição do Rio Subaé, nobre Senador Jayme Campos, a cidade de Santo Amaro chama atenção por ser o segundo mais grave caso no mundo de contaminação por chumbo. Perde somente para Chernobyl, na Rússia. Essa cidade foi atacada de forma brutal por uma prática nociva. Placas de chumbo retiradas das fábricas de papel e papelão foram colocadas em vias públicas, escolas e casas.

E o objetivo dessa emenda é promover a recuperação de toda a pavimentação de Santo Amaro e até de moradias. Portanto, é uma situação muito delicada que a bancada baiana resolveu abraçar como emenda para tentar resolver.

Então, faço um apelo a V.Exa., trazendo esses dados — e, aliás, foram esses dados que motivaram a bancada a fazer uma emenda exclusivamente para atender a essa demanda da cidade. O povo de Santo Amaro tem passado por muitas dificuldades. Para V.Exa. entender melhor a situação, vou citar um último elemento. Na santa ignorância, digamos assim, diversos moradores que receberam essas placas de chumbo as colocaram como paredes em suas casas, o que gerou graves conseqüências. Repito: é o segundo maior caso de contaminação por radiação de chumbo no mundo, perdendo apenas para Chernobyl.

Então, a idéia do Governo do Estado é a de promover uma verdadeira reformulação. Não vai ser fácil. Peço, assim, a V.Exa. que tenha um pouquinho mais de generosidade — e sei do esforço de V.Exa., que tratou a Bahia com carinho — e, se possível, tente aproximar esse valor para podermos iniciar essa escalada.

O outro pleito que faço é em relação à Emenda nº 14, que é relativa à adequação de vias públicas e pavimentação na Região Metropolitana de Salvador. Essa também é uma emenda que, na realidade, atende a um conjunto de cidades — aliás, se o nobre Deputado Claudio Cajado estivesse aqui iria reclamar mais uma vez esses recursos, porque a sua velha cidade de Dias D'Ávila faz parte dessa região, e o nobre Deputado João Leão já está reclamando, em nome da Prefeita Moema, recursos para cidade de Lauro de Freitas, que também faz da região metropolitana, assim como Camaçari e Candeias, da Deputada Tonha Magalhães.

Essa emenda, meu nobre Relator, foi escolhida pela bancada na perspectiva de resolvermos gravíssimo problema na Região Metropolitana de Salvador, que congrega todo o esforço industrial da Capital. Salvador é uma cidade-dormitório. Como a economia acontece nessa região, começamos a conviver com uma grande ocupação, houve uma explosão habitacional ali. E isso ocorreu porque o trabalhador vai sempre procurar morar perto da fábrica. Não tem jeito. A infra-estrutura local sempre foi um pesadelo, pois montada para a indústria. Não necessariamente se pensou do ponto de vista da moradia, da vida e da mobilidade. Então, pediria a V.Exa. que também tratasse com carinho essa emenda.

As Emendas nºs 8 e 10 — uma do Senador João Durval e a outra da bancada da Bahia — aplicam-se exclusivamente à cidade de Salvador e visam à recuperação da infra-estrutura das nossas vias de transporte.

Salvador é uma cidade muito bonita, mas é perversa com seu povo. O município não tem passeio, carece muito de acessibilidade. O baiano se locomove driblando os carros, fazendo uma verdadeira pirotecnia para superar essas deficiências.

Então, a idéia é que essas 2 emendas — já foi aportado o recurso — recebam também um valor a mais.

Salvador é uma capital muito importante, com quase 3 milhões de habitantes. As 2 emendas devem ter prioridade: a da região metropolitana — pela carência, pela necessidade de adequação das suas vias públicas e do sistema de transporte — e a da cidade de Santo Amaro, principalmente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Inicialmente, agradeço ao Deputado Walter Pinheiro as palavras generosas e bondosas.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - V.Exa. é merecedor delas.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Obrigado. É muita bondade sua.

São mais do que justos os pleitos. Fui Prefeito por 3 mandatos, Governador e reconheço as necessidades, sobretudo num caso como esse. Tenha certeza, Deputado, de que pedirei ao nosso Relator-Geral que contemple mais o Estado da Bahia, sobretudo a Grande Salvador.

Penso que a Bahia foi muito bem contemplada. Pelos poucos recursos colocados à disposição, fiz o possível para atender àquele Estado; naturalmente, respeitando sempre o critério que adotamos, com a inversão *per capita* por emenda de bancada etc. etc. Enfim, agimos de forma criteriosa. Contudo, o pleito de V.Exa. é mais do que justo. Particularmente, solicitarei ao ilustre Relator-Geral, Deputado José Pimentel, que aumentemos o montante dos recursos pleiteados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Relator, Senador Jayme Campos, inicialmente parabenizo V.Exa. pelo excelente trabalho desenvolvido nessa importante área temática.

Sr. Presidente, para defender os interesses da nossa querida Paraíba, tenho em mão 2 destaques: o Destaque nº 00026 e o Destaque nº 00027. Um deles atenderá à cidade de Cajazeiras, que ensinou a Paraíba a ler; o outro possibilitará a realização de obra de extrema importância para João Pessoa, com a abertura de 10 quilômetros de canal na Capital do Estado, atendendo ao Rio Jaguaribe.

Houve um caso atípico nesta Comissão: acabei de ser nomeado para representar Roraima. O Coordenador da bancada não estava presente. Deve ter chegado um *fax* na Comissão autorizando-me a defender os destaques da bancada de Roraima. São eles: Destaque nº 00036, Destaque nº 00037, Destaque nº 00035 e Destaque nº 00034, da. Faço-o a pedido de um grande amigo, nosso Líder Luciano Castro, que representa aquele Estado.

Nobre Relator, peço a V.Exa. que veja com bons olhos os destaques de Roraima e da Paraíba.

Parabenizo V.Exa. e sua assessoria pelo belíssimo trabalho executado.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Obrigado, Deputado Wellington Roberto. Procuraremos atendê-lo, na medida do possível. Foi comunicado anteriormente, na emenda de remanejamento, que é possível atendê-lo, tendo em vista...

(Não identificado) - As emendas de remanejamento. Uma V.Exa. atendeu dentro do critério...

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sim. Foi dividida a emenda.

(Não identificado) - ...a outra não poderia ser atendida. V.Exa. solicitou a correção da emenda e a atendeu também dentro do critério...

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - A de apropriação foi atendida.

Deputado Wellington, fizemos o melhor, dentro do critério que adotamos. V.Exa. está com relatório em mão e sabe disso. Quanto às emendas de remanejamento, comunicamos com antecedência, de acordo com a bancada.

(Não identificado) - Uma das emendas de remanejamento não podia ser *(ininteligível).*

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Exato. Essa de remanejamento não podia, e a outra foi corrigida.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Está bem, agradeço.

E no tocante a Roraima? Agora nosso Líder está presente e poderá complementar, já que tem conhecimento de causa.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Sr. Presidente, usando da prerrogativa de falar como Líder, mas em especial endossando as palavras do nosso eminente Deputado Wellington, primeiramente parabenizo o Relator pela capacidade de elaborar um bom relatório, o qual, sem dúvida, de forma justa, procura atender os anseios da área do Ministério das Cidades, em especial, para todo o País.

Peço ao eminente Relator que dê atenção especial — na realidade foram apresentados 4 destaques — à questão das obras de drenagem em Boa Vista. A Capital do Estado carece efetivamente de obras de drenagem e saneamento. É uma emenda específica, que V.Exa. contemplou. Certamente, é a mais importante em termos de saúde pública.

O outro destaque apresentado, também de suma importância, trata da canalização de água, ampliando-a para outros bairros da nossa Capital.

Dos 4 destaques apresentados, esses 2 merecem atenção especial e dão maior foco à drenagem e ao saneamento.

Ficarei agradecido a V.Exa. se puder fazer alguma coisa no reexame desses destaques.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Respondendo ao brilhante e valoroso Deputado Luciano Castro, na verdade, dentro do critério que adotamos para as emendas de bancada, o Estado de Roraima recebeu um valor maior — em torno de 10.2 milhões. V.Exa. trouxe-me esse pleito. Naturalmente, ele é mais do que justo. Como eu disse a V.Exa., em relação ao recurso que foi despolarizado num primeiro instante, fizemos das tripas coração. Tanto é verdade que ele era de 468 milhões. Esse valor dividido para as 83 emendas daria em torno de 5.6 milhões. Naturalmente, fizemos alguns cortes no próprio Ministério para viabilizar mais recursos para as reivindicações das bancadas. Ou seja, houve remanejamento, desapropriação. V.Exa. vai apresentar o destaque, e nós veremos o que é possível fazer.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Compreendo as limitações de V.Exa., mas lhe peço que priorize essa questão da drenagem e do saneamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Meu caro Presidente, Senador José Maranhão; meu caro Relator, Senador Jayme Campos: meus cumprimentos.

É um prazer termos os Senador Jayme Campos aqui, na condição de Relator desta matéria que trata do Ministério das Cidades.

V.Exa., caro Senador, tem dado exemplo, na Comissão, de assiduidade, de trabalho, de companheirismo, de competência. Tem sido um conselheiro e um amigo. Todos nós, desta Comissão, temos o prazer de ser seu companheiro, de conviver com V.Exa.

Temos 4 destaques de 4 emendas que a bancada da Bahia alocou no Orçamento — 2 delas para a cidade de Salvador.

Salvador é tão importante que alocamos 2 emendas praticamente idênticas para aquela cidade: uma para melhoria das vias urbanas dos bairros periféricos e outra para conserto de calçadas, de ruas e melhoria da infra-estrutura urbana do município.

Sr. Senador, V.Exa. precisa conseguir um pouco mais de recursos para Salvador, a primeira Capital da Bahia e também do Brasil.

Há, ainda, uma emenda destinada a beneficiar a Região Metropolitana de Salvador. Tive o prazer e a honra de ser Prefeito de Lauro de Freitas. Nós reconstruímos a cidade. Ainda hoje tenho-me esforçado para que Lauro de Freitas se transforme num modelo de cidade brasileira.

Lauro de Freitas, que já foi bairro periférico de Salvador, é considerada a segunda cidade com melhor qualidade de vida do Estado. Mas precisamos continuar esse trabalho. Tenho certeza de que V.Exa. vai nos ajudar. Não só Lauro de Freitas será beneficiada, mas também Camaçari, Dias D'Ávila. Se V.Exa. alocar um pouco mais de recursos para esta última cidade, estará dando um presente ao Deputado Claudio Cajado, que faz aniversário hoje. S.Exa. foi Prefeito de Dias D'Ávila.

Meu caro Relator, temos um problema maior. Há pouco o Deputado Walter Pinheiro falava de Santo Amaro da Purificação, terra de Caetano, de Maria Bethânia, de D. Canô, uma cidade histórica da Bahia, que enfrenta um problema gravíssimo. Por azar, foi instalada ali uma usina de exploração de chumbo. Ao longo dos anos, em vez de usarem cascalho para pavimentar as ruas, eles aproveitavam o resíduo do minério de chumbo que sobrava da usina. O resultado é que hoje aquela cidade tem o maior índice de doenças de pele e de doenças pulmonares do País.

Portanto, Sr. Senador, pedimos encarecidamente a V.Exa. que nos ajude a resolver esse problema da Bahia.

Obrigado.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Caro Deputado João Leão, como já disse ao Deputado Walter Pinheiro, os pleitos são justíssimos. Há pouco eu falava com nosso assessor que, a bem da verdade, é muito pouco o que o Governo oferece, por meio do Orçamento, para os investimentos necessários.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - O custo estimado para a resolução do problema de Santo Amaro é de cerca de 100 milhões de reais. Estamos com 12 milhões de reais na emenda. Precisamos de pelo menos 25 milhões.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Deputado João Leão, pode estar certo de que V.Exa. tem em mim um aliado. Vou pedir ao Relator-Geral que aumente os recursos para a Bahia. O Estado de V.Exa. vai contar com a nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada de Minas Gerais apresentou a Emenda nº 7114.0013 para o Corredor Estrutural Via das Indústrias, Betim, Minas Gerais.

A região de Betim, onde estão a fábrica da Fiat e a Refinaria Gabriel Passos, é extremamente desenvolvida. A obra é, portanto, da máxima importância, mas os recursos alocados pelo Relator são insuficientes até mesmo para o seu início. Por isso, em nome da bancada de Minas Gerais, que apresentou apenas uma emenda junto ao Ministério das Cidades, fazemos um apelo no sentido de que se aloquem recursos suficientes para que a obra possa sair do papel e ter início no próximo ano. Todos os mineiros ficarão muito agradecidos.

Obrigado.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Caro Deputado João Magalhães, se V.Exa. fizer um levantamento criterioso das propostas que recebemos, verá que atendemos o Estado de Minas Gerais no limite. Pode ter certeza de que fizemos um trabalho consciente e, sobretudo, responsável. Nada impede, contudo, que V.Exa. faça o pleito. Ele será levado ao Relator-Geral. No entanto, deixo claro que Minas Gerais foi atendida no limite de nossa capacidade financeira, segundo os critérios que adotamos para que pudéssemos fechar o relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada de Rondônia não apresentou emendas — salvo as individuais — nesse grupo temático. Mas apresentamos destaque para recomposição de dotação.

A dotação originária, prevista no projeto de lei, para construção de rede de esgotamento sanitário em municípios da região metropolitana, era de 43 milhões. Foram retirados cerca de 3 milhões.

É interessante registrar que o Estado de Rondônia não tem esgoto sanitário, com exceção da cidade de Porto Velho, agraciada no PAC com investimentos para esgoto, e talvez mais 1 ou 2 cidades. A dotação seria a necessária para pelo menos dar início à instalação das redes de esgoto no Estado. Com a subtração de recursos, certamente alguma região ou comunidade vai continuar sem esgoto. Em relação a outra emenda similar a essa, embora de menor valor — 900 mil reais —, houve cancelamento de recursos. Peço que seja recomposto o que foi retirado do Estado de Rondônia, que já tem pouco, e mantido o valor contido na proposta orçamentária. Refiro-me aos Itens nºs 5.572 e 5.596.

Solicito que o destaque de recomposição seja acolhido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Com a palavra o Relator Jayme Campos para os esclarecimentos necessários.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Deputado, gostaria de explicar a V.Exa. o critério que nós adotamos. Esses valores da dotação de 3 a 5 milhões, redução de 10%; na de 5 a 10 milhões, redução de 15%; na de 10 a 20, redução de 20% e na de 20 a 30 milhões, redução de 25%. O que ocorre? Dentro desse critério foi o que foi possível, e a emenda dele é a de recomposição. Essa recomposição eu acho quase inexeqüível, não é Sanches?

Por favor, vamos colocar bem para o nosso querido Deputado aqui.

O SR SANCHES - Tem o cancelamento que foi feito em Rondônia que foi para atender meta de remanejamento.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Ele está explicando aqui que o que foi cancelado foi para atender às emendas de remanejamento. Até porque o Senador Valdir Raupp esteve comigo, inclusive, pediu e mandou assessoria, e não foi possível. A sua assessoria entendeu perfeitamente que era impossível atendê-lo, que, tecnicamente, era impossível.

E qualquer informação melhor, peço ao próprio Sanches que transmita ao Deputado querido; que lhe preste as informações mais precisas em relação à forma que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Está encerrada a discussão e o prazo para a apresentação de destaques.

Vamos passar à votação do relatório.

Antes, porém, vamos apreciar o seguinte requerimento.

Nos termos da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, solicita a autorização do plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação contra as emendas coletivas.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada por unanimidade.

O Relatório Setorial da Área Temática V — Planejamento e Desenvolvimento Urbano, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à representação do Senado.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado na representação do Senado.

Conforme já foi esclarecido, os destaques serão discutidos e votados amanhã.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento. Foi costurado um acordo hoje, no final da tarde. Queria saber, e também para que o Plenário tome conhecimento, quais são as áreas que ainda vão ser votadas hoje e amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Área Temática nº IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário — cujo relatório será lido, cuja discussão será aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques, devendo os destaques ser votados na sessão de amanhã.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Então, só ficou pendente a Área Temática da Agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Não. Dos que já foram distribuídos, quem vai ficar pendente é a saúde.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não. Veja bem. Quero saber se só são esses: poderes e agricultura, que vão ser votados hoje e amanhã, e nem mais uma área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Poderes, o Relator ainda não apresentou.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Tudo bem, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Pauta nº 37/07.

Relatório Setorial da Área Temática nº IX, Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Relator-Setorial, Deputado Carlos Melles.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador e Governador José Maranhão. É um prazer muito grande está aqui novamente nessa Comissão com V.Exa. Gostaria de cumprimentar o competente Relator-Geral, Deputado José Pimentel que, certamente, fará uma peça ímpar nessa sua Relatoria-Geral.

Cumprimento os colegas Relatores-Setoriais e os Deputados presentes.

Vou fazer um breve relato da nossa área, o Relatório da Área Temática IX, Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

"Em cumprimento ao dispositivo constitucional, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentário de 2008 — o PL 30/07 — que estima receita fixa e despesa da União para o exercício financeiro de 2008, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social, o Orçamento de Investimento das empresas estatais.

Encaminhado para a apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-nos, por designação do seu Presidente, na forma do art. 15 da Resolução nº 1, a honrosa missão de examinar e relatar a peça orçamentária concernente a Área Temática da Agricultura e Desenvolvimento Agrário do referido projeto de lei.

Essa área contempla as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário — MDA, seus órgãos, entidades e fundos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a agricultura é um instrumento fundamental para a realização do objetivo do milênio que consiste em reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população mundial que vive na pobreza extrema e passando fome. Ao fazer essa declaração, o novo presidente do Banco Mundial, Roberto Zoellick, faz uma espécie de mea-culpa. Há 25 anos que os especialistas daquela instituição, o Banco Mundial, esqueceram que a vida de 2,5 bilhões de pessoas dependem das atividades agrícolas. Essa negligência e a falta de investimentos no setor causaram uma queda espetacular de ajuda pública ao desenvolvimento agrícola.

Mas o que vem despertar tão tardiamente o Banco Mundial? Uma das razões apontadas deve ser a constatação de que a agricultura é 4 vezes mais eficaz para fazer recuar a pobreza do que os demais setores da economia. Certamente, porque a agricultura é o único fator gerador, enquanto que outros segmentos são de extração ou de transformação, ou de serviços.

O Banco Mundial esclarece, entretanto, que eles não recomendam que a agricultura seja o principal motor do desenvolvimento. Indicam, sim, que a pobreza está concentrada nas zonas rurais e que é preciso fortalecer as unidades de exploração agrícola, sobretudo as pequenas, principalmente para facilitar o acesso à terra, à água e à educação.

Aqui, Sr, Presidente, Srs. Relatores, Sr. Relator-Geral, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu chamo a atenção para a importância que deve ter o orçamento do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os assentamentos dos pequenos produtores não têm, hoje, a infra-estrutura necessária para o seu negócio. Têm a terra, mas não têm a infra-estrutura — estradas, saneamento, tanques de resfriamento, no caso do leite, irrigação, enfim, é um Ministério que necessita de muitos recursos para investimento na área agrícola.

O Brasil, apesar de ter, recentemente, recebido o diploma de País de Primeiro Mundo, ainda não conseguiu livrar-se da pecha de país atrasado, devido à pobreza, à falta de instrução, à fome de uma boa parte — 19% — da sua população. Ou seja, 2 de cada 10 brasileiros, cerca de 37 milhões de pessoas, continuam totalmente à margem do mercado de consumo.

Não resta dúvida, entretanto, que o Brasil é hoje um País infinitamente melhor, mais moderno e sofisticado do que há 40 anos. Em 1967, grande parte da nossa economia era tocada na base da enxada e da força bruta. Mais da metade da população morava no campo, vivendo de uma atividade agrícola de baixíssima produtividade, quase que extrativa. A expectativa de vida média não ultrapassava 60 anos. As causas de morte mais comuns eram doenças infecciosas ligadas à pobreza. Na educação, 4 em cada 10 brasileiros nos anos 60 não sabiam ler e escrever. Quase metade das crianças não tinha acesso à escola.

De uma não agrária, atrasada e fechada, o País avançou o suficiente para transformar-se numa economia moderna e relevante para o mundo. O volume de vendas ao exterior cresceu, em 40 anos, de 1,6 bilhão de dólares para o patamar de 137 bilhões de dólares. Nesse intervalo de tempo, passamos de sociedade rural para uma sociedade industrial e de serviços. Testemunhamos o desempenho excepcional de um dos setores mais importantes da nossa economia, o agronegócio. A fronteira agrícola expandiu-se e a produtividade aumentou com o emprego de alta tecnologia. Colhemos safras recordes, superamos 130 milhões de toneladas de grãos,

caminhamos a passos largos para 140. A receita dos 20 principais produtos chega próxima a R$120 bilhões. As vendas das 500 maiores empresas do agronegócio chegaram em R$402 bilhões. O agronegócio deve futurar R$567 bilhões em 2007. Lideramos no mundo em exportações de açúcar, café, suco de laranja e soja. Assumimos a dianteira nos segmentos de carne bovina e frango. *"Mérito dos produtores, que souberam aproveitar a oportunidade com a abertura dos mercados",* expressou-se o ex-Ministro Pratini de Moraes.

Com a expansão do mercado interno e externo, com a incorporação ao mercado de consumo de imensa camada da população e com crescimento demográfico mundial previsto em 30% até 2020, haverá um impulso grande para o aumento da produção de alimentos, e o Brasil é a nação que tem as melhores condições para suprir essa necessidade.

O atual estágio do agronegócio é muito promissor, mas não basta a iniciativa privada fazer a lição de casa. É preciso que o Governo acabe, de uma vez por todas, com os gargalos que inibem hoje um crescimento ainda mais forte do setor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dentro desse contexto desafiante, vamos examinar o quadro das políticas públicas para a Agricultura e o Desenvolvimento Agrário no Brasil, que se encontra resumido na proposta apresentada pelo Governo no Orçamento da União para 2008.

Nesse aspecto, gostaria de fazer um comentário sobre o quadro das políticas públicas para a Agricultura e o Desenvolvimento Agrário no Brasil.

Na realidade, o Brasil precisa realmente de um choque no setor agropecuários, seja nos pequenos, médios ou grandes produtores, ou seja, na política agrícola mundial.

Há que se fazer uma avaliação das políticas do países desenvolvidos, em desenvolvimento e com relação ao Brasil para que se tenha uma política agrícola contextuada no país que deverá sendo a expectativa de abastecimento alimentar do mundo.

O valor total dos créditos propostos para 2008, nesta área temática, alcança R$10,3 bilhões, sendo R$10,3 bilhões referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R$18 milhões relativos ao Orçamento de Investimentos das empresas estatais CEASA-MG, CASEMG e CEAGESP.

A estrutura dos gastos do setor mostra um crescimento sem precedentes nas despesas primárias. Chamo a atenção para esse aspecto. No MAPA esse aumento atinge 13% e no MDA chega a 21%. Esse crescimento se reflete em praticamente todas as unidades orçamentárias que compõem a Área Temática, destacando-se o aumento de 80% nas despesas primárias da Unidade de Administração Central do MDA.

Análise por órgão orçamentário

Considerados os aspectos gerais da proposta orçamentária para a Área Temática IX, passaremos, a seguir, para a análise dos orçamentos dos órgãos que se encontram sob a responsabilidade desta Relatoria.

3.1 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A despesa orçamentária total fixada para o MAPA para o ano 2008 é de R$6.380 milhões. Esses créditos abrangem todas as unidades orçamentárias e fundos que compõem a estrutura organizacional daquele Ministério, inclusive o orçamento de investimento da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo — CEAGESP, com dispêndios de 1 milhão; da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais — CEASA/MG, com R$10 milhões; e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais — CASEMG, com gastos previstos da ordem de R$7 milhões. As despesas dessas empresas estatais são provenientes de recursos de geração própria e integram este Relatório.

No Orçamento fiscal e da Seguridade Social o valor das dotações consignadas na proposta orçamentária para 2008 do MAPA atinge o montante de R$6.362 milhões. É cerca de 9,3% superior ao valor proposto em 2007 (R$5.971 milhões). Em relação à proposta de 2006, representa um acréscimo de quase R$1 bilhão.

Entretanto, esse aumento na dotação do MAPA parece, à primeira vista, bastante significativo. Quando comparado com as despesas alocadas a outros Ministérios, o valor continua sendo modesto. O orçamento do Ministério da Agricultura é mais de 3 vezes inferior à média de gastos previstos para os demais órgãos (R$21,4 bilhões). Além disso, sua posição relativa, em termos de gastos previstos, piorou com a espetacular ascensão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja proposta de gastos mais do que duplica entre 2007 e 2008, passando de R$5,7 bilhões para R$11,5 bilhões.

Despesas por unidade orçamentária

Cerca de 4 unidades orçamentárias são responsabilizadas pela execução do orçamento fiscal e da seguridade social do MAPA. Aproximadamente 68% do acréscimo de R$410 milhões, verificado na proposta de despesa para 2008, em relação à de 2007, foi para a Administração Central do MAPA (R$280 milhões). O FUNCAFÉ comparece com a mesma proposta de 2007. O orçamento da EMBRAPA tem uma proposta de aumento de 6,6%.

A proposta apresentada para a EMBRAPA novamente ultrapassa a casa dos 9 dígitos. Em relação ao projeto de lei anterior, representa um aumento de 6,6%. A preços correntes o orçamento proposto para a EMBRAPA mais que duplicou em 10 anos (de 1998 a 2008). Isso é de se destacar, pois o orçamento proposto para o Ministério da Agricultura, como um todo, cresceu apenas 38% no mesmo período. Os Índices de Execução Orçamentária — IEO dessa empresa, medidos pela relação entre os valores liquidados e os valores autorizados, são, relativamente, elevados (95,6%, em média).

O valor total da proposta orçamentária do FUNCAFÉ para 2008, de R$40 milhões, é praticamente igual ao apresentado em 2007. Note-se, entretanto, que as despesas com as atividades de financiamento para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização de café (Ação 0012 do Programa 0350 — Desenvolvimento da Economia Cafeeira) consta apenas da Unidade Orçamentária 74901 — Recursos sob supervisão do FUNCAFÉ — MAPA, do Órgão Contábil Operações Oficiais de Crédito. Para 2008 as despesas com essa ação estão fixadas em R$2,4 bilhões. Os recursos para subsidiar essa operação especial por meio da eqüalização da taxa de juros dos financiamentos concedidos (Ação 0A27) estão fixados em R$80 milhões. A eqüalização de preços nas operações de financiamento e de comercialização de café não conta com recursos alocados na presente proposta.

A proposta para a Unidade Orçamentária 22101 — Administração Central do MAPA atinge R$2.414 milhões para 2008. É 13% superior à apresentada em 2007 (R$2.134 milhões).

O crescimento das despesas totais da Administração Central do MAPA está estreitamente relacionado ao crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais. Essas, a propósito, perfazem, no período 2001-2008, 70% das despesas totais desta Unidade Orçamentária, ou seja, em cada despesa de R$10,00, R$7,00 são para pagamento de pessoal e encargos.

Como já observado, os gastos com pessoal e encargos sociais crescem continuamente no período. Para 2008 a proposta é R$130 milhões, superior à de 2007. No intervalo de 8 anos, os valores propostos para este grupo de despesa cresceram R$1,5 bilhão a preços correntes.

O crescimento da despesa proposta no grupo Outras Despesas Correntes, entre 2008 e 2007 (R$287 milhões), é o maior do período considerado. Esse crescimento é superior ao observado no período 2000-2007.

Chamo a atenção, também nesse item Outras Despesas Correntes, para o aumento, que é o maior considerado no período considerado, 2000 a 2007.

A responsabilidade pela execução da programação.

Embora apenas R$3 milhões do total das dotações propostas para o Ministério da Agricultura para 2008 estejam comprometidos com uma localização específica (Sudeste), pode-se observar, pela Tabela a seguir, que cerca de R$70 milhões da programação daquela Pasta deverão ser executados por meio de transferências a Estados ou ao Distrito Federal; R$11 milhões aos municípios; R$15 milhões a entidades privadas; e R$14 milhões deverão ser transferidos ao exterior, ficando o próprio Ministério com a responsabilidade de, diretamente, executar o restante, ou seja, R$6,2 bilhões — 98,3% do total. Ou seja, 98% da gestão orçamentária ficam a cargo do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Apesar de a proposta para 2008 ainda manter o mesmo padrão de concentração observado nos períodos anteriores, notamos uma interessante alteração nos valores destinados às transferências a municípios e a entidades privadas com crescimento de 567% e 11.420%, respectivamente, entre 2008 e 2007.

3.1.3 Análise das Receitas

No que tange às fontes de recursos, o Tesouro Nacional continua como o principal financiador das despesas do Ministério da Agricultura. Observamos, também, a alocação de R$1,5 bilhão na fonte 900 (Recursos Ordinários). São recursos que ainda se encontram pendentes de aprovação pelo Congresso Nacional (CPMF).

A execução orçamentária

O Índice de Execução Orçamentária, medido pela relação entre o valor das despesas liquidadas e o valor das despesas autorizadas, alcançou apenas 45% até 26 de outubro de 2007 — chamo a atenção também para a

execução orçamentária do Ministério da Agricultura, ou seja, menos de 50% nos 10 primeiros meses do ano —, repetindo o padrão de execução observado no exercício anterior. As despesas primárias discricionárias (outras despesas correntes e investimentos), como esperado, apresentam IEO relativamente baixos.

A mesma morosidade é observada em títulos de grande relevância para o setor agropecuário como, por exemplo, defesa animal e vegetal, pesquisa e desenvolvimento para o agronegócio, apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário, entre outros.

Mais uma vez reforço aqui que não só a morosidade, mas a importância no aspecto da defesa animal, da defesa vegetal, da pesquisa para o desenvolvimento do agronegócio e sobretudo projetos de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, tão necessário à infra-estrutura logística para escoamento de safra.

É interessante observar que, apesar dos baixos índices de execução verificados, os Parlamentares continuam respondendo efetivamente aos pleitos de suas bases, sempre acreditando e confiando que, no próximo exercício, suas propostas possam ser viabilizadas com mais rapidez e efetividade.

Chamo a atenção para um aspecto. Cresce a cada dia a credibilidade e a inversão das emendas individuais dos Srs. Deputados no Ministério da Agricultura. Ou seja, é uma resposta à necessidade das suas regiões, certamente, e que faz jus a esse acréscimo, contando ainda com a credibilidade da gestão do Ministro Reinhold Stephanes.

Na apreciação desta proposta observamos a preferência pela apresentação de emendas individuais contemplando benefícios para uma região ou Estado, ao invés de um município específico, bem como, a acomodação da demanda por ações na área da eletrificação rural. Tais tendências têm o efeito de reduzir o número de emendas apresentadas e de aumentar o valor médio das mesmas.

Por outro lado, esperava-se um aumento de 2,5% das emendas individuais, em razão do aumento de 25% no número permitido para emendas — 20 para 25. Entretanto, o crescimento das emendas nesta Área Temática foi mais do que proporcional ao aumento esperado. Foram apresentadas 629 emendas individuais no setor da agricultura e desenvolvimento agrário, ou seja, um aumento de 45% em relação ao ano anterior.

Mais surpreendente ainda foi o aumento no valor total das emendas. O montante de R$336 milhões é mais do que o dobro do observado no exercício anterior e é 6 vezes o valor total das emendas individuais apresentadas em 2002. Portanto, houve aumento das emendas individuais dos Parlamentares em 6 vezes mais, comparado ao ano de 2002. Isso indica um saudável reconhecimento do Congresso Nacional à importância que pequenos investimentos no setor agropecuário podem causar nas comunidades rurais.

As ações na área do Desenvolvimento Agrário são executadas por duas unidades orçamentárias: o Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária —INCRA.

O valor proposto para a área, em 2008, é de R$3.944,3 milhões, superior em 27,37% ao valor da proposta para 2007, sendo R$1.028,0 milhão para a unidade orçamentária MDA e R$2.916,3 milhões para o INCRA.

MDA.

De acordo com os valores encaminhados na proposta orçamentária verifica-se que houve um aumento substancial (76 %) nos recursos propostos para 2008, em relação ao Projeto de Lei Orçamentária de 2007, no Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Os programas mais importantes, em termos de alocação de recursos, são Agricultura Familiar — PRONAF, com R$264,9 milhões e Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, com R$245,4 milhões.

Entre os novos programas destaca-se o de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, que tem como objetivo oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais, por meio do acesso ao conhecimento e tecnologias apropriadas. Essa ação ocorre de forma integrada entre o Governo Federal, Governos Estaduais e Prefeituras, com a participação de cooperativas e outras organizações não-governamentais. Ao programa estão destinados R$187,7 milhões.

No que se refere ao exercício de 2007, até o mês de novembro, observa-se que a execução foi de apenas 51,06% do valor autorizado, excluindo-se os restos a pagar pagos no exercício. Ressalte-se a baixa execução do PRONAF, de apenas 39,36%. Os programas Crédito Fundiário e Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário são os que apresentaram melhor desempenho: 88,21 % e 78,0%, respectivamente.

No caso do INCRA houve uma acréscimo de 16% com relação ao proposto em 2007, sendo que o Programa de Assentamento dos Trabalhadores Rurais receberá a maior parte orçamentária, aproximadamente 1 bilhão de reais, o que equivale a 33% do total destinado à unidade orçamentaria.

Consta da programação, como programa novo, Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, ao qual estão destinados R$208 milhões.

Embora o valor total para o INCRA seja de R$2,9 milhões, ao se excluir os valores dos programas não finalísticos, como Previdência de Inativos e Pensionistas da União, Apoio Administrativo e Cumprimento de Sentenças Judiciais, restam R$2 milhões para serem aplicados em reforma agrária e outras ações.

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento contará com R$562 milhões, 19% do total, com crescimento de 136,84% em relação à proposta de 2007.

A execução do INCRA até o mês de novembro pode ser considerada positiva, porque aplicou 82% em relação ao Programa Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais. Contudo, os demais programas voltados à reforma agrária tiveram execução em torno de 50% somente.

À Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário — foram apresentadas 658 emendas, sendo 628 individuais e 30 coletivas. Houve expressivo número de emendas individuais, como já me referi anteriormente, e poucas emendas coletivas. Dessas, 19 foram de bancadas estaduais e 11 de Comissões, sendo 8 de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e 3 de Comissões Permanentes do Senado Federal. Três emendas de Comissão da Câmara dos Deputados são emendas de remanejamento.

As propostas apresentadas somaram R$2,8 bilhões. As emendas das bancadas estaduais somaram R$1,3 bilhão e as emendas das Comissões totalizaram R$1,2 bilhão. As emendas individuais somaram R$335,7 milhões. Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais dessa Área Temática.

Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no parecer preliminar, e conhecendo as imensas dificuldades para viabilizar a execução das emendas propostas junto ao Executivo, procuramos, dentro das normas legais e orçamentárias que regem nosso trabalho, minimizar as dificuldades e incorreções técnicas eventualmente encontradas nas emendas apresentadas.

Análise de admissibilidade

A Resolução nº 01, de 2006, prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da discussão do correspondente relatório.

Verificamos, nesse sentido, que, após os ajustes mencionados no item anterior, todas as emendas apresentadas à esta Área Temática ficaram em conformidade com o disposto na referida resolução e com o Relatório de Atividades do Comitê já aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. Propomos, assim, sua admissibilidade.

As emendas coletivas, por se constituírem instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado, proporcionando o atendimento a Unidades da Federação ou a políticas públicas de caráter nacional ou regional, mereceram nossa atenção especial.

Consideramos meritórias principalmente aquelas emendas de apropriação das Comissões Permanentes destinadas a dar sustentação a ações de relevância para o setor agrícola e para o desenvolvimento agrário, geradoras de bens e serviços públicos, e que não estavam devidamente contempladas na programação encaminhada para nossa apreciação.

Consideramos, por outro lado, que as emendas de remanejamento apresentadas poderiam, em vista dos recursos oferecidos para o cancelamento, prejudicar a programação que pretendíamos atingir ao final de nosso parecer.

As emendas de bancada estadual permitem o apoio a projetos em regiões com vocação especial para o agronegócio. São pequenas somas de recursos públicos que impactam positivamente a geração de emprego e renda agrícolas.

Nos termos referidos na Introdução, para enfrentar o "desafio do milênio" é preciso fortalecer as pequenas unidades de exploração agrícola, principalmente com ações para facilitar o acesso à terra, à água e à educação. Assim, essas emendas mereceram nossa especial atenção. Pelo inegável mérito, acolhemos todas, parcialmente, distribuindo os recursos disponíveis de forma equilibrada com a dimensão da agricultura de cada Estado, com o

volume da sua demanda por produtos agrícolas e com a amplitude política da prioridade atribuída ao setor agrícola pelos Srs. Parlamentares.

Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Para isso, utilizamos indicadores construídos com informações do IBGE sobre área utilizada com lavouras, população total residente, Produto Interno Bruto *per capita* e a participação relativa das emendas apresentadas a esta Área Temática em cada Unidade da Federação.

Pequenos ajustes decorreram de audiências com representantes da sociedade, dos órgãos e entidades que integram esta Área Temática, e, principalmente, com representantes das bancadas estaduais interessadas, o que nos permitiu distribuir os recursos disponíveis de forma bem equilibrada.

As emendas individuais foram consideradas meritórias em sua totalidade.

Na fase que compete a esta Relatoria, foram efetuadas alterações na proposta no montante de R$642 milhões. Como efetuamos remanejamentos no valor total de R$133 milhões, que se encontra dentro do limite de R$254 milhões, permitido pelo Item 40.1 da Parte B do parecer preliminar, o acréscimo líquido de recursos a esta Área Temática chega a R$509.109 milhões

A alocação desse valor entre os diversos tipos de autores foi feita da seguinte forma: R$335,7 milhões em emendas individuais; R$164 milhões em emendas de bancadas estaduais e R$143 milhões em emendas de Comissões. Total da Área Temática: R$642,7 milhões.

Do valor total de R$335 milhões das emendas individuais, está sendo acrescido à programação desta área por meio das emendas individuais, que provém de recursos ordinários do Tesouro Nacional — Fonte 100, repassados a esta Relatoria-Setorial pelo Relator-Geral.

Esta Área Temática contou com um aporte inicial, técnico e criterioso, de recursos para atender as emendas coletivas da ordem de R$173 milhões.

Certamente iniciamos com R$100 milhões a menos, mas teremos um bom relatório final, certamente pela competência sobretudo do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, na área temática final de agricultura, dada a sua sensibilidade e competência.

Esse valor é menor em exatos R$171 milhões, como disse, ao aporte inicial dos recursos verificados no exercício anterior.

Em face de demanda de recursos da ordem de R$2,5 bilhões apresentadas à esta Área Temática por intermédio das Comissões Permanentes e das bancadas estaduais, para apresentar atendimento mínimo e razoável aos pleitos apresentados tivemos de utilizar recursos provenientes de cortes em GND 4 no valor total de R$133 milhões.

Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1/2006, as emendas apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis e adequadas com a Lei nº 11.514, de 2007 — LDO 2008; com o Projeto de Lei do PPA 2008-11 — Projeto de Lei nº 31, de 200, do Conselho Nacional; com a Lei nº 4.320/64; com a Lei Complementar nº 101, de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, e com demais legislações orçamentárias em vigor.

Considerando o que foi exposto, e após minucioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV, Subseção V da Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e na Parte 2 do parecer preliminar, somos pela aprovação de todas as 628 emendas individuais apreciadas, somando R$335,7 milhões.

Decidimos, após criterioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como na Parte 2 do parecer preliminar, acolher parcialmente 26 das 27 emendas de apropriação apresentadas e, em razão da relevância da ação pretendida, acolhemos totalmente a emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que parece-me ser no valor de R$25 milhões.

Rejeitamos, no mérito, as 3 emendas de remanejamento apresentadas pela CDEIC, pois consideramos que os recursos de cancelamento oferecidos poderiam prejudicar a programação que pretendíamos atingir ao final do nosso parecer.

6. Obras com indícios e irregularidades graves.

Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo TCU no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte. Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação dessa Área Temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na Proposta Orçamentária para 2008.

7. Créditos extraordinários.

Nos termos da parte B do parecer preliminar, verificamos que até o momento não houve ato de autorização de crédito extraordinário promulgado nos últimos 4 meses do exercício de 2007.

8. Recomendações à Relatoria-Geral.

Nessa etapa, gostaríamos de contar, mais uma vez, com a alta sensibilidade do Sr. Relator-Geral para as emendas listadas a seguir, que consideramos de fundamental importância para o setor agropecuário e para o desenvolvimento agrário e que, por condicionamentos impostos pela disponibilidade de recursos a esta Relatoria-Setorial, ficaram sem o devido e meritório tratamento:

1. Emenda nº 50100001, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o título "Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais", atendida parcialmente com 28 milhões de reais — emenda da mais alta relevância para o agronegócio brasileiro;
2. Emenda nº 50100004, da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o título "Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio", atendida parcialmente com 10 milhões de reais;
3. Emenda nº 50100003, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o título "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", atendida parcialmente com 20 milhões de reais;
4. Emenda nº 60050001, apresentada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com o título "Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares", atendida parcialmente com 20 milhões de reais.

Gostaríamos, outrossim, de contar com o apoio e a compreensão do Sr. Relator-Geral para o pleito apresentado pelo Conselho Deliberativo da Política do Café/MAPA e pelo Sr. Ministro no sentido de alocar recursos ao FUNCAFÉ no montante de 300 milhões de reais para operações de PEPRO (Prêmio Equalizador do Produto) e 750 milhões de reais para Opções Públicas. Sabemos que isso é praticamente impossível para uma discussão posterior.

9. Considerações finais.

Diante dos parâmetros citados, procuramos trabalhar a proposta de orçamento para 2008 dessa Área Temática enfatizando, dentro das limitações desta Relatoria, os programas que agregam mais recursos para pequenos investimentos de base na agricultura que possam estimular a produção agropecuária e organizar ou facilitar o abastecimento alimentar, nos termos de nossa Constituição Federal e da recomendação do Banco Mundial citada em nossas considerações iniciais. Esses programas são executados por meio de inúmeros projetos, que, pontualmente, revelam-se como soluções para problemas locais ou para a superação de pontos de estrangulamento identificados nas justificativas das emendas apresentadas a esta proposta orçamentária.

Lamentamos profundamente a grande redução ocorrida no número de emendas coletivas apresentadas a essa Área Temática. Temos certeza de que isso não revela, de maneira nenhuma, o desinteresse institucional das bancadas e das Comissões do Congresso Nacional pelo setor da agricultura e do desenvolvimento agrário. Isso é, antes de tudo, um reflexo da rigidez imposta pela nova Resolução nº 1, de 2006-CN. A exigência imposta às bancadas de apresentar propostas que contemplem projetos de grande vulto ou estruturantes e de limitar tais emendas a uma só obra dificultou sobremaneira as possibilidades de emendamento orçamentário na Área Temática, onde, ao contrário de setores como o de infra-estrutura, saúde, educação, entre outros, predominam os interesses por pequenos investimentos que beneficiam agricultores em pequenas comunidades rurais.

Mesmo em face dessa dificuldade regimental, como resultado da apreciação da parte do Orçamento que cabe a essa Área Temática, apresentamos um substitutivo que amplia a respectiva proposta em cerca de 509 milhões de reais, sendo 472 milhões para aplicação no Ministério da Agricultura e 36 milhões líquidos no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As propostas aprovadas representam um aumento líquido nas dotações para gastos em outras despesas correntes (GND3) no valor de 146 milhões de reais e em investimentos da ordem de 362 milhões de reais.

No trabalho de apreciação do Congresso Nacional à proposta orçamentária dessa Área Temática, destacam-se os acréscimos líquidos de recursos ao Programa "Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário" (mais 418 milhões de reais), contemplando, principalmente, a Ação "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", que não consta da programação apresentada no projeto de lei ora em exame. Destacam-se também os programas "Segurança da Sanidade na Agropecuária" (mais 33 milhões de reais), no âmbito do MAPA, "Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar" (mais 47 milhões), e ao PRONAF (mais 12 milhões de reais), no âmbito do MDA.

Pelo exposto no presente parecer, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o ano de 2008 (PLN nº 30, de 2007-CN) no que concerne aos órgãos e entidades albergados pela Área Temática nº IX (Agricultura e Desenvolvimento Agrário), nos termos em que apresentado pelo Executivo por intermedio da Mensagem nº 115, de 2007 (nº 649, de 2007, na origem), com as alterações decorrentes das emendas que propomos sejam aprovadas".

Está lido o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Felicito o Relator pela apresentação do seu competente relatório.

Passa-se à discussão.

Está iniciado o prazo para apresentação de destaques, que se encerrará ao término da discussão.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, a bancada de Rondônia apresentou 2 emendas, uma destinada à aquisição de patrulha mecanizada, que permitirá ao Estado recuperar as vias vicinais — há por lá uma enormidade delas e há muita chuva, o que acaba deixando-as intransitáveis. A patrulha mecanizada iria minorar essa situação, que praticamente interrompe o ano letivo e o transporte de mercadorias da zona rural para a cidade. Nesse caso, foi feito o destaque à Emenda nº 723006.

A outra destina-se a resolver problema grave de um setor fundamental, que é a regulação fundiária do Estado de Rondônia, o único Estado da Federação que foi criado sem território. Quase todo o seu território é do INCRA, que encontra grande dificuldade para regularizar a terra. Com isso, investimentos são postergados, a grilagem de terra é permanente, dificultando investimentos de médio e longo prazos, porque os produtores não podem dar a terra em garantia. Há todo esse transtorno. Por isso foi que a bancada relutou e apresentou essas 2 emendas.

Gostaria que fosse feita uma reavaliação, pois Rondônia ficou com apenas 13 milhões de reais em 2 atividades que não permitem esse valor, o que inviabilizaria...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Nobre Deputado Eduardo Valverde, fiquei absolutamente sensível com sua exposição quanto à mecanização e à regularização fundiária do Estado, talvez a reivindicação mais importante, porque sem isso os produtores não podem tomar empréstimos e conduzir as suas atividades. Não gostaria de me antecipar, como Relator-Setorial, mas existe boa possibilidade de o nosso Relator-Geral aprimorar esses números. Digo isso não apenas por sua sensibilidade e competência, mas porque estou seguro de que S.Exa. fará um bom ajuste nessas 2 áreas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Agradeço ao nobre Relator por sua sensibilidade. Continuaremos dialogando.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente cumprimento nosso Relator, Deputado Carlos Melles, ex-Ministro, ex-Relator-Geral do Orçamento em anos anteriores, que, ao longo da sua vida parlamentar, tem prestado grande contribuição ao Parlamento com sua experiência e competência.

O relatório que acabou de nos apresentar é fruto de um trabalho, sabemos, difícil, pela particularidade do encaminhamento que foi feito ao Orçamento da União. Infelizmente, a agricultura, setor fundamental para o Brasil, mais uma vez não recebeu, no encaminhamento do projeto de lei orçamentária, o tratamento preferencial que

deveria ter tido levando-se em conta sua importância. Podemos verificar isso comparando, por exemplo, o orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2007 para 2008, cujo incremento foi de 5% ou 6%, contra o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujo incremento foi de 100%.

Lamentavelmente, observamos a falta de atenção do Governo Federal com relação a esse setor tão importante ao desenvolvimento do País, mesmo sabendo que o sucesso da nossa política de exportação, com o superávit da nossa balança comercial, deve-se principalmente ao setor primário — à agricultura e à pecuária. A dotação para o setor de encargos com pessoal cresceu proporcionalmente muito mais do que o investimento, que é tão necessário para que possamos resolver problemas estruturais do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil. E o País sofreu muitos prejuízos nos setores de defesa animal e de exportação justamente pela falta de investimento.

Também podemos destacar a incoerência entre aquilo que foi apresentado na LDO, no PPA e na lei orçamentária. Para dar um exemplo, na LDO para 2008 há 7 ações definidas como prioritárias que não constam da proposta orçamentária para 2008. Há 3 ou 4 meses discutimos a LDO e as prioridades que nela foram aprovadas não constam do Orçamento que estamos votando. Quanto ao Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011, 15 ações nele destacadas não foram observadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso mostra que, de fato, existe uma distorção muito grande entre o discurso e a prática no que diz respeito a um setor tão importante para o País.

Quero também fazer referência à execução orçamentária, sempre muito aquém do esperado. Apenas para citar um exemplo, vemos que a execução, excetuando-se os restos a pagar do exercício, atingiu apenas 51% do valor autorizado; a baixa execução do PRONAF, de apenas 39%, também nos chama a atenção.

Por isso vemos o esforço do Relator, Deputado Carlos Melles, em tentar dar uma roupagem a essa situação, que não está contemplada no Orçamento que recebemos na Casa. Sei que, dentro do possível, S.Exa. procurou fazer as adaptações necessárias.

Faço essas ressalvas, Deputado Carlos Melles, e, ao final, em nome da Comissão da Agricultura da Câmara, a pedido do seu Presidente, Deputado Marcos Montes, seu companheiro de partido e de Estado, uma solicitação.

Quanto aos destaques que estão sendo apresentados, cuja numeração não tenho em mãos, gostaria de ressalvar que estamos destacando emendas importantes para a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Vou citá-las rapidamente: "Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais", que tantos problemas têm trazido às nossas exportações; "Fomento a Projetos, de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar"; "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário"; "Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio"; e, por último, a emenda da Comissão que está sendo destacada neste momento e para a qual vamos pedir o apoio do nobre Relator no sentido de que possamos amenizar as dificuldades por que passa o setor, pelo próprio encaminhamento de um projeto que está muito aquém do que seria necessário para o agronegócio brasileiro.

É o apelo que faço ao nobre Relator, no momento em que também registro meus cumprimentos pelo trabalho desenvolvido e meu apreço pela sua atuação parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado, caro colega e amigo Deputado Eduardo Sciarra. Registro com muita satisfação o recebimento das palavras de V.Exa. Quando fui escolhido para relatar a Área Temática, animou-me muito a companhia do Relator-Geral, Deputado José Pimentel.

Num primeiro momento, houve grande preocupação em razão dos valores disponibilizados, mas tenho a convicção de que, no final, talvez tenhamos o melhor Orçamento dos últimos anos na Área Temática do agronegócio, dada a sensibilidade do Relator e o compromisso com o setor. Nessas 4 emendas da Comissão, também é do conhecimento do Relator-Geral a importância da área fitossanitária ao País, dos investimentos para melhoria da área de mecanização e do fomento a pequenos e médios produtores.

Enfim, quero dizer às Sras. e aos Srs. Parlamentares que estou muito tranqüilo com relação ao acabamento final dessa Área Temática, que, certamente, resultará num dos melhores relatórios dos últimos anos, com crescimento real para a agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Obrigado, Sr. Presidente. Nobre Relator, Deputado Carlos Melles, cujas experiências como Relator do Orçamento e, agora, como Relator-Setorial, ajudam muito no trabalho. Examinamos o relatório e percebemos seu zelo em não fazer cortes em programas essenciais, mesmo podendo fazê-lo para remanejar recursos. V.Exa. foi cuidadoso, zeloso nesse processo, inclusive num programa que creio fundamental, que é o da formação de estoques públicos. Está-se iniciando um período de exportação significativo, e o setor enfrenta uma enorme dificuldade. Como as chuvas estão voltando a cair com regularidade, poderemos ter problemas sérios com o milho e com a suinocultura, cuja exportação está aumentando muito a nossa exportação. Vamos ter problemas com a criação de suínos e frangos para exportação. E não há como comprar, levará tempo. Poderemos passar por dificuldades.

Portanto, a formação de estoque é essencial para qualquer país. No adianta crescer e desenvolver sem zelar pela armazenagem. Ela é fundamental inclusive para regulação de preços. Neste momento, há problemas com o feijão. Houve elevação no preço. Sem estoque haverá dificuldades.

Gostaria também de solicitar a V.Exa. que, se possível, em negociação posterior com o nosso Relator-Geral, pleiteie a ampliação de recursos para um programa essencial que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem desenvolvendo, para fomento à extensão rural para a agricultura familiar. Não adianta criar assentamentos sem oferecer apoio.

Por ser membro da bancada de Minas Gerais, V.Exa. sabe a importância que estamos dando à agricultura familiar, ao programa Minas Sem Fome e também à extensão rural, que é essencial, e nós temos uma das melhores empresas em extensão rural, a EMATER.

É fundamentação que haja a ampliação desses recursos, porque são essenciais para a nossa agricultura.

Finalmente, refiro-me à EMBRAPA, empresa que tem dado grande contribuição ao País. Fico feliz em ver as Comissões apresentarem emendas, porque são de grande valor, mas solicito ao Relator-Geral algum reforço. Todo recurso que chega à EMBRAPA é muito bem aplicado, e a pesquisa é necessária ao desenvolvimento.

Eram essas as considerações que tinha a apresentar.

Cumprimento V.Exa. pelo relatório e pela preservação de alguns programas. V.Exa. foi zeloso. Cada Relator age de uma forma, mas V.Exa. praticamente não efetuou cortes e preservou programas essenciais, relativamente a territórios e a estoques. A experiência, logicamente, ajuda bastante. Parabéns! Esperamos que, no relatório final, nas indicações que V.Exa. faz, essas áreas recebam tratamento especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, saúdo o Relator, Deputado Carlos Melles, experiente nesta Comissão. S.Exa. realmente fez um grande trabalho, atendeu 40% das emendas de comissões.

Quando alteramos a resolução, houve grande preocupação em que não se colocasse mais recursos nas emendas de comissões. Não é o que se vê nos relatórios. V.Exa. atendeu 40% das emendas de comissões, em especial para a defesa agropecuária. Afinal de contas, se conseguirmos atender às exigências dos mercados que importam do Brasil, a valorização dos rebanhos será fantástica. Quando se consegue manter o Estado sem aftosa, os rebanhos têm uma valorização muito grande, o que leva o País como um todo a um avanço significativo.

Portanto, meus elogios ao Relator.

O Deputado José Pimentel pode ficar tranqüilo quanto aos 15% de aplicação nas Comissões. S.Exa. vai receber o relatório com folga. Talvez nem precise reforçar essas dotações, embora sejam merecedoras.

Deputado Carlos Melles, V.Exa. já foi Relator-Geral do Orçamento e, portanto, sabe que os Relatores-Gerais aplicavam 70% dos recursos, segundo as seguidas estimativas feitas após a distribuição dos recursos aos Relatores.

Nossa intenção não foi retirar poder do Relator-Geral, mas valorizar os partidos que indicam os Relatores-Setoriais. O Relator-Geral é responsável por 20% do Orçamento. O Deputado José Pimentel, com muita habilidade, pegou mais um bom pedaço, para atender a grandes questões como Lei Kandir, salário mínimo e outras e, portanto, tem um bom volume de recursos à sua disposição. Mas a verdade é que os Relatores-Setoriais precisavam ser valorizados, e conseguimos que tivessem importância acentuada, uma vez que sobre suas decisões, e somente sobre estas, recaem a segunda reavaliação da Receita. Acabou-se com aquela catimba de o Relator-Setorial só entregar o relatório se o Relator-Geral lhe der mais recursos.

Sr. Relator, quero também saudar o seu correligionário, Deputado Mussa Demes, que destinou 7 milhões e 900 mil reais para apoiar o desenvolvimento do setor agropecuário, recursos oriundos de emendas individuais — quero saber agora quem levou os outros 100 mil reais. Essa é uma demonstração clara de que, realmente, as ações da agricultura são importantes. O Ministro Reinhold Stephanes tem-se esforçado para corresponder à confiança que recebeu.

Sr. Relator, tenho certeza de que a agricultura do Brasil vai melhorar, em razão da qualidade do relatório de V.Exa. e da gestão do Ministro Reinhold Stephanes.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, gostaria de reforçar a solicitação do Deputado Gilmar Machado relativamente à Emenda de Bancada nº 71140008, à qual apresentou-se o Destaque nº 007. Essa emenda visa fomentar a assistência à extensão rural para a agricultura familiar. Como disse o Deputado Gilmar Machado, não adianta assentar o pequeno agricultor, tem-se também de lhe dar condições de ali permanecer. Por isso, achamos importante a aprovação de mais recursos para essa emenda.

Da mesma forma, solicito atenção para o Destaque nº 8, apresentado à Emenda 005, que apóia projetos de desenvolvimento do setor agropecuário e a aquisição de patrulhas mecanizadas no Estado de Minas Gerais, patrulhas essas a serem adquiridas pelo Governo do Estado e distribuídas aos Municípios. Mais uma vez, conto com a presteza do Relator em atender ao nosso destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Com a palavra o Relator-Geral do Orçamento, Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Sr. Relator-Setorial, quero começar com o registro de que todos os Relatores-Setoriais são muito importantes, mas acredito que a indicação do Deputado Carlos Melles para relatar essa área temática foi fundamental para o Brasil, para a Câmara e para o Senado, dada a competência e o compromisso de S.Exa..

Por ocasião do debate da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, tivemos a grata satisfação de ter o Deputado Carlos Melles na Presidência daquela Comissão Especial e, depois de quase 3 anos de trabalho, aprovamos uma das leis mais importantes deste País, que está beneficiando 98% das empresas comerciais, industriais e de serviços. Exatamente por isso, na primeira fase da sua vigência, isto é, nos primeiros 90 dias, 3 milhões e 200 mil estabelecimentos aderiram a essa lei. Agora estamos fazendo mudanças, para que em 2008 ela entre com muito mais vigor.

O seu relatório setorial de S.Exa. para a agricultura e o desenvolvimento agrário tem a sua marca. As ações para prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais são as mais fortes desse relatório, e espera-se que este Relator-Geral assuma o compromisso de tratar com muito carinho essa rubrica. Ela representa o crescimento da nossa economia, o aumento das nossas divisas e o apoio ao setor exportador.

Este Relator-Geral assume, perante esta Casa, esta Comissão e o nosso Relator-Setorial, a pedido do Ministro da Agricultura, o compromisso de tratar com muito carinho essa emenda. O mesmo vale para uma outra emenda, relativa aos projetos de apoio ao projeto de desenvolvimento do setor agropecuário, da qual precisamos tratar com muita atenção, dado o seu alcance, sem prejuízo das demais emendas coletivas aqui apresentadas.

Sr. Presidente, parabenizo, mais uma vez, o Relator-Setorial e V.Exa. pela forma como conduz os trabalhos nesta Comissão, dando a este Relator-Geral, em particular, tranqüilidade para compor os relatórios destinados à elaboração do Orçamento de 2008.

Agradeço ao Deputado Carlos Melles o apoio que me tem dado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, quero fazer um pequeno comentário sobre o relatório e uma indagação a V.Exa.

Em relação ao relatório, quero cumprimentar o Deputado Carlos Melles pela presença constante e pela preocupação com os temas. Como disse o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, S.Exa. tem como missão construir algo extraordinário. A Relatoria-Setorial da Agricultura, Deputado Carlos Melles, realmente é um exemplo.

Se há algo que temos enfatizado neste Parlamento é a pouca preocupação que tem o Governo com o planejamento. Este Governo não prima pelo planejamento. Entretanto, há questões primorosas no relatório de

V.Exa. Por exemplo, V.Exa. constata que existem ações e programas priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e não contemplados no Plano Plurianual, tampouco no Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Quer dizer, falta entrosamento entre essas 3 peças fundamentais ao processo de planejamento, e V.Exa. aborda essa questão em seu relatório, com muita propriedade.

Existem também programas e ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 que foram inclusas no projeto de lei orçamentária deste ano, mas não estão contempladas no PPA 2008/2011. Isso mostra realmente que não há entrosamento entre essas 3 peças no que diz respeito ao planejamento das ações de Governo.

Tenho a impressão de que o relatório muito bem feito por V.Exa. deveria ser o norte de todos os outros relatórios temáticos. Infelizmente, não é bem o que acontece. De qualquer maneira, louvo a atitude de V.Exa. de destacar ações importantes, como é o caso da EMBRAPA e seu modelo de gestão — 95,60 na média, desde 1998, como disseram alguns colegas da Comissão. Esses temas são importantes, e em seu relatório V.Exa. trata não só do mérito, mas também do planejamento, o que é fundamental.

Portanto, meus parabéns pelo seu desempenho neste relatório setorial.

Em relação a V.Exa., Sr. Presidente, Senador José Maranhão, quero apenas fazer uma indagação. Já votamos os Relatórios Setoriais da Justiça, da Educação e do Planejamento e agora vamos votar o Relatório Setorial da Agricultura. Pressupõe-se que amanhã votemos o Relatório Setorial da Saúde. Com esse já são 5 e há outros 5 relatórios setoriais para votar. V.Exa. pode informar se a Secretaria já os recebeu, para que possamos tomar conhecimento, ou se ainda não foram apresentados?

Por fim, cumprimento o Deputado Carlos Melles.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A informação fresquinha que recebo da Secretaria é que, até o presente, não entraram outros relatórios.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Rapidamente, quero agradecer as palavras do não menos experiente Deputado Gilmar Machado, que também foi Relator, do Deputado Vanderlei Macris, do companheiro Eduardo Sciarra e do Deputado Ricardo Barros, que é professor na área de orçamento.

Ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel, quero dizer que tenho muita satisfação em continuar trabalhando com S.Exa. Ao longo desses 3 anos, aprendi a respeitar sua competência e a admirá-lo. Sei que essa peça orçamentária será muito bem feita. O relatório de S.Exa. será formidável.

Ao Sr. Presidente, Senador José Maranhão, quero dizer que tenho boas lembranças de quando fui Relator, em 2000. Na ocasião, S.Exa. era governador e, com competência e delicadeza, reivindicou as coisas para o nosso Estado, o que foi muito positivo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Sras. e Srs. Deputados, quero dar uma dica aos companheiros que no futuro assumirão Relatorias nesta Comissão. O relatório de 2000, de que fui Relator-Geral, foi o único a ser sancionado sem receber nenhum veto. Na ocasião, disse que se esse relatório estava bem feito eu devia isso a Wagner, à Comissão de Orçamento, à competência e seriedade dessa turma.

Portanto, cumprimento Wagner Primo e toda a sua equipe orçamentária, com os quais tenho muito boa convivência, a quem aprendi a respeitar. Hoje tenho amizade por eles. Na Câmara dos Deputados temos o que há de melhor neste País em termos de assistência e de equipe de Orçamento — na Câmara é inegável, mas também no País.

Devo também aos Deputados José Pimentel e Vignatti, Relatores do PPA, por sua competência.

Quando fui Relator, em 2000, levamos o Orçamento até abril, em função de o PPA estar coincidindo, naquele ano — o Deputado Ricardo Barros se lembra disso —, como ocorre agora, com o programa Avança Brasil. Foi um grande desafio. Por isso ocorreram algumas incompatibilidades e incoerências, como as que ressaltamos aqui. Mas elas serviram para o aprimoramento da peça orçamentária, o que valeu a pena, porque ela é muito importante para o País.

Agradeço a todos os senhores as palavras carinhosas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Emendas individuais.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/06-CN, solicito autorização do plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passa-se agora à votação do Relatório Setorial da Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, V.Exa. dispensou o parecer do Comitê sobre as emendas individuais.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não fui eu que fiz a dispensa, foi o plenário, inclusive V.Exa. votou a favor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É porque V.Exa. não colocou a matéria em discussão, submeteu-a diretamente à votação. Mas não é o caso.

Apenas faço uma sugestão a V.Exa.: já que o parecer foi dispensado, que solicite ao referido Comitê um parecer sobre as emendas que destinem recursos a entidades privadas, se houver. Portanto, sugiro a V.Exa. que solicite à assessoria do comitê um parecer sobre tais emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Gostaria de dizer a V.Exa. que não suprimi etapas. Anunciei que estava consultando o Plenário sobre a dispensa da manifestação do Comitê de Admissibilidade, e o Plenário aprovou.

V.Exa. teria mais alguma observação a fazer? Estou à sua disposição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, V.Exa. não me disse se vai pedir ou não. Estou propondo que, se houver emendas individuais destinadas a entidades privadas, V.Exa. requeira um parecer do Comitê de Emendas, não como pré-requisito, porque já foi dispensado, mas para a sua assessoria, na medida em que o relatório preliminar exige uma série de precauções e de condições para que tais emendas sejam aprovadas.

Apenas para que não tenhamos que discutir depois, quando da votação dos relatórios setoriais ou do relatório geral, alguma emenda. Quero dizer que não é adequado para nós discutirmos isso. O Comitê foi formado exatamente para isso, para verificar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A dispensa pelo Plenário, que é soberano, do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas não exclui o direito de cada membro desta Comissão, sobretudo dos Relatores-Setoriais e do Relator-Geral, na oportunidade que convier a S.Exas., pedir a manifestação do referido Comitê, máxime no que respeita à questão das entidades privadas, ainda que de utilidade pública.

De modo que esta Presidência acatará qualquer pedido nesse sentido, desde que seja específico, mencionando-se cada caso, de forma a que o Plenário possa ter conhecimento da proposta do Parlamentar interessado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, como todas essas matérias, tanto as emendas individuais quanto as coletivas, obrigatoriamente farão parte do relatório geral, podemos, ainda nesta fase, destacar todas aquelas que tenham a Modalidade 50, que é a modalidade que trata de entidades do terceiro setor ou entidades que possam contratar com a União, mesmo sendo privadas. Faremos, posteriormente, um relatório, destacando as referidas emendas em uma espécie de anexo, inclusive para facilitar a visibilidade da Comissão.

Portanto, vou dialogar com a Consultoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no sentido de que pudéssemos ter um anexo só da Modalidade 50, que é exatamente esse setor, para que a Comissão e o Plenário da Casa possam ter muita tranqüilidade na sua tramitação, independentemente do parecer ou da posição do Comitê de Admissibilidade de Emendas. — CAE.

Vou, portanto, dialogar com os nossos consultores e, na próxima reunião, trarei uma posição sobre se é possível confeccionarmos um anexo com todas as emendas individuais e coletivas que digam respeito à Modalidade 50, que foi o caso específico levantado pelo Líder Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu considero, como já disse, de outra forma. Ou seja, a dispensa do parecer do Comitê de Admissibilidade não exclui a responsabilidade dos Relatores-Setoriais e Gerais, no que diz respeito ao cumprimento de um dispositivo da própria Resolução nº 01. E isso está absolutamente claro no texto da referida resolução.

Algum Colega tem mais alguma observação a fazer? *(Pausa.)*

O Deputado Ricardo Barros é, acima de tudo, um profundo conhecedor do assunto, já que foi inspirador e principal idealizador da Resolução nº 01. E S.Exa. tem sempre muito a oferecer à Comissão, mercê da sua experiência e, sobretudo, do zelo quanto ao cumprimento dessa resolução.

Votado o Relatório, vamos suspender a presente reunião para reiniciarmos os trabalho, hoje, às 10h, *post meridium*, quando, se Deus quiser, vamos continuar com o mesmo ritmo de votações.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Declaro iniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 e 37 de 2007.

Ordem do dia.

Vamos dar seguimento à Pauta 37.

Relatório setorial da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que teve o prazo para discussão e apresentação de destaques encerrados no dia de ontem, quando foi aprovado o relatório, ressalvados os destaques.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, Sras. e Deputados, Sras. e Srs. Senadores, de forma prazerosa quero ler o parecer sobre os destaques apresentados ao relatório da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Dada a pertinência e a relevância das ponderações realizadas no decorrer da discussão de nosso relatório, empreendemos diligência e análise sobre os destaques apresentados, do que decorre as seguintes considerações:

Foram apresentados 53 destaques, sendo 45 relativos a emendas de apropriação, 7 relativos a emendas de remanejamento, e 1 propondo a recomposição de cancelamento.

Dos 45 relativos a emendas de apropriação, 42 se referem a alocações fundadas, exclusivamente, em cancelamento no Seqüencial 20.000, ou seja, na reserva de recursos, cujos recursos foram totalmente alocados pela Relatoria nos atendimentos aprovados pelo Plenário. Tendo sido o nosso relatório aprovado, ressalvados os destaques, qualquer novo cancelamento, para ser válido, teria de estar indicado nas emendas destacadas, o que não ocorre no presente caso.

Dois dos outros destaques, os de nºs 41 e o 44, da bancada de Pernambuco, indicam cancelamentos teoricamente válidos, porém, não nesta etapa de apreciação, por se referirem a unidades orçamentárias foram do âmbito desta Relatoria ou implicarem cancelamento no GND-3, apenas possíveis, nesta etapa, nas emendas de

remanejamento. Os únicos cancelamentos válidos, previstos na Emenda nº 7118.0007, remanejam recursos dos Estados do Amazonas e Ceará para o de Pernambuco, com o que não concordamos em razão dos cortes que a Relatoria já impôs às dotações desses Estados.

O último destes, o de nº 42, se reporta à Emenda nº 7118.001, não pertencente à nossa Área Temática.

No que se refere ao Destaque nº 23, propondo a recomposição de cancelamento efetuado sobre o Seqüencial 5.647, no valor de 1,3 milhão, seu acolhimento implicaria reduzir a locação efetuada em emenda com esse recurso, medida que violaria a aprovação feita pelo Plenário.

Dos 7 destaques relativos a emendas de remanejamento, 1, o de nº 24, acha-se prejudicado, vez que a emenda objeto do mesmo foi integralmente atendida pela Relatoria. Quanto aos demais — nºs 16, 27, 33, 43, 49 e 53 —, entendemos serem possíveis alguns ajustes por meio de alocações adicionais, visto que as emendas a que se referem indicam cancelamentos compensatórios em dotações das respectivas Unidades da Federação, desde que tais deixem um saldo de pelo menos 40% da dotação original.

Assim, estamos propondo os seguintes atendimentos:

Destaque nº 16: acréscimo de 3,75 milhões à Emenda nº 7120.0006, do Rio de Janeiro; Destaque nº 27: acréscimo de 1 milhão à Emenda nº 7116.0001, da Paraíba; Destaque nº 33: acréscimo de 2 milhões à Emenda nº 7128.0018, do Tocantins; Destaque nº 43: acréscimo de 3 milhões à Emenda nº 7118.0003, de Pernambuco; Destaque nº 49: acréscimo de 3,75 milhões à Emenda nº 7120.0006, do Rio de Janeiro; Destaque nº 53: acréscimo de 1 milhão à Emenda nº 7116.0002, da Paraíba.

Com esses fundamentos, nosso voto é:

Pela prejudicialidade dos Destaques nºs 24 e 42; pela rejeição dos Destaques nºs 01 a 15, 17 a 23, 25, 26, 28 a 32, 34 a 41, 44 a 48, e 50 a 52; pela aprovação parcial, na forma já indicada, dos Destaques nºs 16, 27, 33, 43, 49 e 53.

Ao concluir, Sr. Presidente, fazemos um apelo ao ilustre Relator-Geral, Deputado José Pimentel, para que, atento às manifestações das bancadas, que tão bem expressaram as carências e as necessidades de suas Regiões no decorrer das discussões de ontem, promova as complementações de recursos que sejam possíveis, de modo a viabilizar a adequada implementação das obras e empreendimentos.

Esse é o relatório, por mim, Senador Jayme Campos, Relator Setorial, assinado em Brasília, no dia 06 de dezembro de 2007.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente e demais pares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Tem a palavra pela ordem o Senador Francisco Dornelles.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, Sr. Relator, quero apenas observar que Rio de Janeiro saiu perdendo. Havia no Orçamento um apoio de praticamente 110 milhões para saneamento em municípios respectivas regiões. V.Exa. nos tirou 40 milhões. Quer dizer, além de o atendimento ter sido abaixo do que esperávamos, ainda perdemos parte dele.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Respondendo a meu querido Ministro e Senador, por quem tenho o maior apreço, respeito e admiração, digo que, de acordo com o que foi alocado para nossa Relatoria Setorial, e com base nos critérios que adotamos, fizemos, com muita consciência, o melhor para o Estado do Rio de Janeiro.

A bem da verdade, praticamente todas as bancadas solicitaram maior aporte de recursos. Recebemos 83 emendas de bancadas, sendo que nos foram oferecidos apenas 468 milhões de reais. V.Exa., que é mestre em matemática e ciências exatas, pode, fazendo uma conta rápida, facilmente confirmar que, dividindo esse valor pelo número de emendas, teríamos apenas 5,8 milhões para oferecer. Todavia, sabendo das necessidades existentes, de forma respeitosa fizemos alguns cortes nas dotações do Ministério, o que permitiu a inversão *per capita* por emenda de bancada, e, por meio de critério que adotamos, conseguimos que nenhum Estado da Federação, nenhuma de bancada recebesse menos de 10,5 milhões ou mais de 21 milhões de reais.

Assim, dentro daquilo que nos proporcionaram, foi de forma ética e criteriosa que procuramos atender os pleitos apresentados por meio das emendas dos ilustres membros desta Comissão.

Além do mais, querido Ministro Dornelles, conforme consta da conclusão de nosso relatório, fizemos um apelo ao Relator-Geral para que S.Exa. permaneça atento às manifestações das bancadas, que expressam as carências e as necessidades da suas Regiões.

Também, conversando há poucos dias atrás com o Deputado José Pimentel — e V.Exa. já tinha me dado essa informação —, apuramos que a nova reestimativa de arrecadação da Receita vai permitir a alocação de novos recursos. Ou seja, conforme informação do Deputado Pimentel, qualquer das emendas poderá vir a ser contemplada com mais recursos — e imagino que todas o serão, dada a generosidade de nosso Relator Geral.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Relator, tenho por V.Exa. profundo respeito e admiração, mas, como Senador pelo Rio de Janeiro, tenho de aqui manifestar minha posição. Compreendo as dificuldades do Relator Setorial, mas houve cortes nos recursos destinados a ações extremamente importantes para o Rio de Janeiro. Por exemplo: do aporte de 120 milhões para apoio a empreendimentos de saneamento e assentamentos precários de municípios das regiões metropolitanas, foram retirados 40 milhões.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Senador Dornelles, não é à toa que V.Exa. está aqui como Senador da República, mas por sua trajetória e, acima de tudo, por sua luta incessante em busca de melhores dias para o povo carioca.

O critério que adotamos, Ministro Dornelles, foi o de fazermos cortes proporcionais aos recursos. Assim, de 3 a 5 milhões, cortamos 5%; de 5 a 10 milhões, 10%; de 10 a 20 milhões, 20%; de 20 a 30 milhões, 25%; de 30 a 40 milhões, 30%; e, acima de 40 milhões, 35%. Portanto, cortes nas dotações não foram privilégio do Rio de Janeiro, mas de todos os Estados. Veja V.Exa. que o corte nos recursos para o Estado de São Paulo foi ainda maior. Não tivéssemos procedido assim, com certeza teríamos ficado impossibilitados de atender as demandas dos Estados mais pobres, que dependem muito mais desses investimentos, sobretudo para melhorias na área de infra-estrutura.

Portanto, Sr. Ministro, esses foram os critérios que adotamos, e gostaria muito de que V.Exa. tivesse a certeza de que os cortes foram feitos com responsabilidade, com o fim de atendermos os pleitos das bancadas dos 27 Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Vamos à apreciação dos destaques da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Srs. Parlamentares, o art. 138, §2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece: *"Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques."*

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação os 6 destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial: Destaque nº 16, do Deputado Hugo Leal; Destaque nº 27, do Deputado Wellington Roberto; Destaque nº 33, do Senador Leomar Quintanilha; Destaque nº 43, do Deputado Carlos Eduardo Cadoca; Destaque nº 49, do Senador Francisco Dornelles; e Destaque nº 53, do Deputado Wellington Roberto.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Declaro a prejudicialidade dos Destaques nºs 24 e 42, do Senador Cícero Lucena e do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, respectivamente.

Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição — todos os demais destaques.

Em votação, em globo, os destaques com voto do Relator pela rejeição.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Aprovada a rejeição, os destaques não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Está concluída a votação da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Pois não.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, eu quero manifestar meu contentamento com a demonstração de despojamento dos Srs. Parlamentares, que naturalmente apresentaram suas emendas de bancada em busca de maior alocação de recursos para seus Estados. Quero também deixar registrado e patenteado que o relatório foi feito de forma responsável e transparente.

Encerro minha participação agradecendo a generosidade e o carinho que me foram dedicados pelos membros da Comissão, bem como o respeito com que viram meu parecer. Espero que o Governo Federal, por meio do Poder Executivo, faça cumprir rigorosamente a liberação dessas emendas, assim atendendo o clamor dos munícipes de todas as cidades brasileiras, que certamente serão contempladas com esses investimentos.

Felicidades e sucesso, e meu respeito, a todos os membros desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos Srs. Parlamentares membros da Comissão para que avancemos nas votações.

Nesse sentido, proponho aos Srs. Líderes, lermos o importante relatório da área de saúde e votarmos, ainda hoje, os destaques.

Quero também destacar a reunião do Congresso para a votação do Plano Plurianual e de créditos adicionais, aí incluídos créditos de pessoal, de cuja aprovação sem demora dependemos para não enfrentarmos dificuldades em pagar a alguns servidores públicos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, segundo acordo feito ontem na Liderança do Governo, a área de saúde não entra em pauta hoje, mas na terça-feira. O acordo prevê a votação de 3 relatórios, não incluído entre eles o da Saúde.

O PMDB teve dificuldades de resolver alguns problemas entre a FUNASA e algumas bancadas, e precisamos nos sentar para resolvê-los antes de votarmos o relatório da Saúde.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, relativamente ao que foi trazido pelo Deputado Zé Gerardo, realmente havíamos fechado esse entendimento, mas houve um problema: segundo o acordo que fizemos com o PMDB, o relatório deveria ter sido entregue ontem, o que não ocorreu. S urgiu, então, uma dificuldade para os nossos trabalhos.

A secretaria nos informou que o relatório foi entregue hoje pela manhã, mas ainda será enviado à gráfica. Portanto, não há como trabalharmos com o relatório setorial sobre Poderes do Estado e Representação. A gráfica só irá entregar o material no final da tarde. Evidentemente, os Parlamentares não votarão um parecer sem examiná-lo.

Dessa forma, sugiro encerrarmos a votação dos destaques sobre a parte que se refere à Agricultura e suspendermos a reunião por 15 minutos a fim de buscarmos um entendimento para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Portanto, vamos encerrar a parte relativa à Agricultura, antes convidando as lideranças dos partidos na Comissão para uma conversa junto à Presidência, a fim de estabelecermos um novo cronograma de trabalho.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) – V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Estamos sendo avisados de que haverá sessão do Congresso Nacional às12h30min, salvo engano. Indago à Mesa sobre o procedimento a ser adotado, já que os membros desta

Comissão têm obrigação de participar da referida sessão. São 11h20min, e gostaria de saber se há horário definido para o encerramento da presente reunião.

Portanto, será lido outro relatório ou vamos direto para a sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) – Ainda estamos confirmando, mas, ao que parece, a sessão do Congresso Nacional terá início às 13 horas.

Com a palavra o Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, encerramos os trabalhos, ontem, após a meia noite, com o relatório da Agricultura. O nobre Deputado Carlos Melles apresentou relatório contemplando todos os recursos que o Relator-Geral disponibilizou para aquele setorial. Há um compromisso deste Relator-Geral de receber todos os destaques indeferidos pelo Relator Setorial, os quais servirão de subsídio para melhor análise e avaliação quanto ao seu atendimento na fase do Relatório Geral.

Sugiro ao Plenário, a V.Exa. e ao Relator Setorial que, se possível, seja proferido por S.Exa. um parecer assemelhado ao que foi ofertado em relação ao Relatório de Justiça e Defesa, no qual se rejeitaram regimentalmente todos os destaques, mas foram eles, esses mesmos destaques, em seguida encaminhados ao Relator-Geral como subsídio para que fossem considerados fonte indicativa prioritária nos procedimentos que teremos.

Portanto, Sr. Presidente, da mesma forma como procedeu o Relator Setorial de Justiça e Defesa, deveria proceder o Relator Setorial Carlos Meles, caso assim S.Exa. aceite. Poderemos adotar o mesmo procedimento para o Relatório de Agricultura e Reforma Agrária.

Dessa forma, deixaríamos o Relator Setorial confortável e, ao mesmo tempo, seria cumprida a questão regimental. O Relator-Geral terá, ao final, esses destaques como subsídios para análise prioritária na condução e fechamento da matéria temática deste Setorial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) – O Deputado Carlos Melles tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, Deputado José Pimentel, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero fazer breves considerações no sentido de tranqüilizar a Comissão de Orçamento com relação aos destaques recebidos ontem.

Vamos distribuir as cópias dos 23 destaques a todos os Srs. Deputados.

Como todos puderam ouvir, existe um compromisso do Relator-Geral, e estou muito tranqüilo a esse respeito. Certamente vai ser a melhor peça orçamentária da Agricultura nos últimos 5 anos, pela sensibilidade e competência de S.Exa.

Sabemos, portanto, do compromisso do Relator-Geral quanto ao atendimento de todos aqueles pedidos que os companheiros fizeram a mim antecipadamente. Portanto, quero deixá-los tranqüilos com relação à aprovação da peça orçamentária da Agricultura.

Ao encerrar, quero agradecer de maneira muito fraterna a todos os senhores, pela parceria, entendimento e compreensão.

Quero fazer uma consideração que não pude fazer ontem ao eterno e sempre Ministro Senador Dornelles, que elaborou a peça da revisão das receitas e proporcionou grande conforto ao Relator-Geral, o Deputado José Pimentel. Mais uma vez, demonstrou o Senador Franscisco Dornelles que é um homem que sabe tudo. Graças a Deus, S.Exa. tem essa competência, essa clarividência, e quero cumprimentá-lo por isso.

Senhoras e senhores, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, dou por encerrada a minha participação como Relator Setorial da Agricultura, deixando uma mensagem de absoluta tranqüilidade a todos os pares, no sentido de que suas emendas não só serão atendidas como teremos o melhor orçamento da Agricultura para o ano de 2008.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) – Apreciação dos destaques na Área Temática da Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Sras. e Srs. Parlamentares, o § 2º art. do 138 da Resolução nº 1 estabelece:

> *"Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques."*

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques com tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO..

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Conforme anunciado pelo Relator Deputado Carlos Melles, todos os destaques foram rejeitados.

Em votação em globo o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Os destaques foram rejeitados e, portanto, não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 42 do Regimento Comum.

Vamos suspender a sessão por 10 minutos, retornando aos trabalhos às 15h, em virtude do início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Declaro reiniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36 e 37.

Ordem do Dia.

Apreciação do Relatório-Setorial da Área Temática II — Saúde.

Relator-Setorial: Deputado Rafael Guerra.

O Relator tem a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares, vou passar à leitura do Relatório-Setorial da Área Temática II — Saúde, do Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008, na parte referente ao Ministério da Saúde:

"I - Relatório

1 - Histórico:

Nos termos do artigo 165, *caput* e §5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, §2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 115, de 2007-CN, o Projeto de Lei nº 30, de 2007, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008', compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Por designação do Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-nos a honrosa missão de relatar a proposta orçamentária do Ministério da Saúde para o ano de 2008, aí incluídos os programas de trabalho das unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente.

2 - Recursos Propostos para Saúde

A proposta de orçamento para 2008 reserva ao Ministério da Saúde recursos da ordem de R$51,8 bilhões, o que representa cerca de 14,2% do Orçamento da Seguridade Social da União. Desse total, cerca de R$47,8 bilhões destinam-se a financiar ações e serviços públicos de saúde".

Segue-se aqui a Tabela I, por itens selecionados.

"Em relação à dotação autorizada para 2007, o valor proposto para 2008 representa decréscimo nominal de 0,7%, enquanto com relação aos gastos de 2005 e 2006 há um crescimento de 29,1% e 17,0%, respectivamente, conforme mostrado na Tabela I.

No que se refere a ações e serviços públicos de saúde, há acréscimo nominal em relação aos anos anteriores, sendo de 2,1% em relação a 2007, e de 17,4% e 30,7% em relação a 2006 e 2005, respectivamente.

2.1 - Por Unidade Orçamentária

A Tabela II apresenta a distribuição dos recursos pelas unidades orçamentárias do Órgão, comparando-os aos valores liquidados de 2005 e 2006 e ao valor autorizado para 2007.

De maneira geral, observa-se que, com exceção da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, que apresenta redução de recursos em 23,8%, quando comparado com os valores autorizados para 2007, todas as demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde apresentam crescimento nominal em relação aos orçamentos dos últimos três anos.

O Fundo Nacional de Saúde — que tem o maior peso no orçamento, visto que representa 88,7% da dotação do órgão — teve incremento de 1,5% em relação à dotação autorizada para 2007, e de 29,4% e 18,3% em relação aos gastos de 2005 e 2006.

No tocante às Agências, o maior crescimento observado ocorre na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cuja dotação proposta supera em 10,9% a autorizada para 2007 e representa acréscimo de 31,0% em relação àquela executada em 2006.

Com relação às Fundações, a FIOCRUZ experimenta crescimento de 7,2%, enquanto a FUNASA, conforme já mencionado, sofre redução de 23,8% em relação ao autorizado em 2007, equiparando-se a proposta aos valores gastos em 2006.

No que tange à queda acentuada da dotação da FUNASA, registre-se que a mesma tende a reduzir-se em vista de a presente análise ocorrer sobre os números da proposta, sem considerar ainda os acréscimos decorrentes das emendas. Depois, há que se ter em conta que 2007 afigura-se como um ano atípico para a referida Fundação, em face do grande número de emendas aprovadas e da abertura de crédito extraordinário (Medida Provisória nº 381, de 05/07/2007), que injetaram cerca de R$1,4 bilhão no plano de trabalho da referida unidade.

Quanto aos três hospitais federais que integram a estrutura orçamentária do Ministério (Cristo Redentor, Nossa Senhora da Conceição e Fêmina, que compõem o chamado Grupo Hospital Conceição), os valores propostos crescem, no conjunto, 8,2% em relação a 2007, e 38,0% e 28,9% em relação a 2005 e 2006, respectivamente.

2.2 - Por Grupo de Natureza de Despesa

Examinada a proposta sob a ótica dos grupos de natureza de despesa, conforme apresentado na Tabela III, verifica-se que, com exceção de *Investimentos* e das despesas com *Dívida*, que apresentam decréscimos em suas dotações, em relação ao montante autorizado para 2007, todos demais grupos apresentam crescimento nominal.

É de se observar que o decréscimo de 0,7% (R$350,1 milhões) da dotação do Ministério da Saúde em relação ao valor autorizado para 2007 decorre basicamente da redução de 48,9% em Investimentos, conjugado com o incremento dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.

Também é de se notar que, dos R$51,8 bilhões alocados no Ministério da Saúde, cerca de 77,3% (R$40,1 bilhões) encontram-se em "Outras Despesas Correntes", grupo no qual se concentram os recursos transferidos pela União aos demais entes federados (Estados, Distrito Federal e Municípios) para o custeio das ações de assistência médico-hospitalar e de atenção básica à saúde, dentre outras.

2.3 - Por Modalidade de Aplicação

Conforme dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, a modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira — inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades — ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativas e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

Como evidenciado na Tabela IV, é notória a concentração de recursos nas modalidades referentes a transferências a Estados, a Municípios e a Aplicações Diretas, que conjuntamente respondem por 96,5% do total de recursos do Setor. Deve-se ressaltar que o incremento contínuo de transferências federais coaduna-se com a política de descentralização da gestão pública do setor (art. 198, I, da Constituição).

2.3.1 - Transferências Via Consórcios Públicos

Dos dados da Tabela IV, também nos chama a atenção a quase total ausência dos consórcios públicos nas transferências de recursos da saúde (modalidade de aplicação 71). Denota que tanto o Executivo quanto o Legislativo ainda não atentaram para a importância dos consórcios públicos na consolidação do SUS.

De fato, por meio dos consórcios públicos, disciplinados pela Lei 11.107/2005, os municípios, especialmente os pequenos, estão aptos a realizarem em conjunto, com maior facilidade, objetivos de interesse comum. Em relação ao SUS, o estabelecimento de consórcios atenua muitas das dificuldades no acesso universal à saúde. A falta de recursos humanos e financeiros, a dificuldade de acesso a uso de tecnologias, a inexistência de estruturas físicas adequadas e, não raro, a distância que dificulta o atendimento à saúde, são os entraves mais comuns, que levam os dirigentes municipais a procurar alternativas de gestão. Os consórcios públicos de saúde surgem nesta perspectiva, apresentando-se como uma prática de gestão inovadora no sistema de saúde no Brasil, fundamentada em parcerias e economias de escala, porquanto permitem racionalizar o uso dos insumos, equipamentos, recursos humanos e instalações hospitalares, evitando ociosidade dos escassos bens e serviços públicos para atendimento à saúde".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Sr. Relator, permita-me interromper V.Exa.

Eu quero consultar o Plenário sobre se é possível dar início à apresentação dos destaques, para ganharmos tempo, pois são muitos. Excepcionalmente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Nós estamos aqui produzindo um acordo para votar integralmente o relatório do Deputado Rafael Guerra hoje, inclusive com os destaques. Eu sugiro, já que haverá reunião às 13h, que o Relator antecipe a leitura do voto, que já está distribuído, e leia a parte final do seu parecer, a conclusão, pois todos já conhecemos o seu relatório. Votaríamos e deixaríamos o prazo para a apresentação de destaques. Voltaríamos hoje ainda, até as 17h ou as 18h, o prazo que V.Exa. solicitar, para concluir a análise dos destaques, e encerraríamos hoje a apreciação do seu relatório, ou seja, não deixaríamos para a próxima semana.

Para que esse acordo seja produzido, nós cancelaríamos a reunião de amanhã, previamente convocada, e convocaríamos outra para a próxima terça-feira, pela manhã ou pela tarde.

Esse acordo está sendo defendido aqui pelo Democratas, pelo PSDB e pelo PMDB. Se os outros partidos concordarem, assim como a Liderança do Governo e o Relator, nós poderíamos agilizar, com a leitura da parte final do relatório do Deputado Rafael Guerra, se assim S.Exa. desejar, reservaríamos um período para a apresentação de destaques e voltaríamos às 17h, para encerrar a votação dos destaques.

Essa é a proposta que nós estamos formulando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Consulto o Plenário sobre se concorda com a dispensa da leitura do relatório, conforme proposta, uma vez que o parecer já foi distribuído.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, o próprio Relator conduziu esse acordo, junto com o DEM, o PSDB, o PMDB. Assim, não vemos problema nenhum.

Há uma sessão do Congresso Nacional marcada para começar às 12h30min. Estive lá para conversar com o Presidente no sentido de retardar um pouco o início da sessão, porque a idéia é a de apreciar o PPA; portanto, uma outra etapa. Seria possível caminhar para a aprovação da proposta apresentada, e encerraríamos aqui.

Talvez o mais prudente — e sobre isso estava conversando há pouco com o Deputado Eduardo Sciarra — fosse realmente marcar para as 17h, porque daria tempo, tranqüilamente.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Tem problema para o Relator.

Nesse caso, só se jogássemos a sessão do Congresso Nacional para o final da tarde, porque esta reunião vai acabar às 12h30min.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sugiro a suspensão da reunião, após a leitura do relatório, até as 13h30min. É isso.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Eu terminaria a síntese, nós faríamos a apresentação dos destaques, e, às 13h30min, eu voltaria com o parecer sobre os destaques. É isso?

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Isso.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Mas a proposta do Presidente, de abrir prazo para a apresentação de destaques...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Abre agora.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Exatamente.

Se nós não fizermos isso, na medida em que encerrar e não tiver ninguém inscrito para discutir, retardará.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Abre agora, então.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - O ideal é não inscrever muitos oradores, exatamente para permitir a suspensão da reunião, e às 13h V.Exa. poder estar aqui. Por isso, é importante fazer uma chamada para saber quem tem destaque, para depois não dizerem que não avisamos e que o acordo prejudicou alguma bancada na apresentação de destaque.

V.Exa. poderia fazer o chamamento, 2 ou 3 vezes, para a apresentação dos destaques. E nós faríamos o encerramento, com poucos inscritos. Até para elogiar o Relator, poderíamos dizer: *"Gente boa! Está muito bem".* Assim, votaríamos às 13h.

Pode ser esse acordo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Então, vou terminar a leitura do resumo?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, da parte da bancada do PSDB, também há entendimento nesse sentido, com a condição fundamental de que encerremos hoje a reunião desta Comissão, cancelando a reunião de amanhã, para que só na terça-feira recomecemos os trabalhos.

Esse é o entendimento que o PSDB também tem, concordando com a proposta apresentada pelo Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, eu acho que é mais prudente para os partidos jogar a sessão do Congresso Nacional para as 16h. Não adianta marcar a sessão para as 15h.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Marca-se para as 16h.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Mas, de qualquer maneira, vai voltar às 13h. O mais prudente é, às 16h, ter início a sessão do Congresso Nacional.

Pode ser isso?

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Eu vou resumir, então, o restante do relatório, fazer uma síntese, e vou direto ao voto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Para fazer a síntese, que informo estar registrado no relatório que, em relação ao piso constitucional da saúde, há uma dívida na proposta orçamentária, porque houve recálculo da variação do PIB desde 2000 até a presente data. Isso deixou uma dívida de 619 milhões de reais para 2007 e de 667 milhões de reais para 2008, o que totaliza 1,3 bilhão de reais.

Lembro também que votamos a proposta de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, na Câmara dos Deputados, no mês passado, e ela está no Senado Federal aguardando aprovação.

O acordo proposto pelo Governo destinava 4 bilhões de reais a mais para a saúde em 2008. Esses recursos estão indicados no relatório, mas eu não tenho como incorporá-lo porque não está regulamentado, e não houve suplementação orçamentária.

Então, eu fiz a indicação de que faltam os recursos referentes à alteração do cálculo do PIB, mais os 4 bilhões de reais que o Governo propôs, por intermédio de acordo, e que nós votamos na Câmara dos Deputados.

Além disso, houve um reajuste dos procedimentos da tabela do SUS no ano passado, o que implica gasto extra para 2008 de quase 2 bilhões de reais.

Portanto, no total, o Orçamento para 2008 fica com um déficit de 6 bilhões e 500 milhões de reais.

Apresento em seguida a distribuição dos recursos para os procedimentos de média e alta complexidades hospitalar e ambulatorial e para a atenção básica. V.Exas. podem notar que é diferente a distribuição: para os procedimentos de média e alta complexidades, a distribuição dos recursos depende da capacidade instalada nos Estados; e a distribuição dos recursos para a atenção básica é muito mais voltada para a população e para o IDH.

No que se refere à distribuição dos recursos para a atenção básica, por Unidade da Federação, o Piauí tem o maior valor *per capita*, devido ao baixo IDH, e o Distrito Federal, o menor valor, devido ao alto IDH. Essas informações estão nas páginas 20 e 21.

Não houve suplementação orçamentária para a saúde. Faço indicações ao Relator Geral, no final, para que ainda tenhamos 1 semana ou dez dias e, se possível, haja essa suplementação.

Indicações ao Relator Geral — página 30.

Conforme o exposto no subitem 4.1.3 deste relatório, "a iminente aprovação da lei complementar da saúde (PLP nº 001/2003), exige providências desta Comissão no sentido de se garantir os recursos federais necessários à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde.

No momento do fechamento deste relatório, dado o ingresso de recursos novos na programação do setor em decorrência das emendas aprovadas, o total alocado em tais ações alcançava o montante de R$48,9 bilhões, o que exigiria, caso a lei complementar estivesse em vigor, necessidade de suplementação na programação da saúde de, no mínimo, R$3,0 bilhões.

Do valor a ser suplementado, decorrente da aprovação do PLP, sugerimos que cerca de 55% sejam direcionados ao custeio dos *procedimentos de média e alta complexidade*; 25%, à estruturação da rede física regionalizada de atenção *especializada* em saúde" — nacional —; e 20%, à ampliação dos *serviços de urgência e emergência*, sobretudo nas capitais, cidades pólos e municípios com mais de 100 mil habitantes.

II - Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, na forma apresentada pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão, em 6 de dezembro de 2007".

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Sr. Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, serei breve, diante do acordo formatado. Não poderia, Deputado Rafael Guerra, furtar-me a dizer, também por ter sido Relator-Setorial, há 2 anos, da Área Temática Saúde, que a nossa luta tem sido um tanto quanto gloriosa, porque, ano após ano, temos tentado repor para a área da saúde os recursos orçamentários e financeiros que lhe são devidos.

A luta de V.Exa. na coordenação da Frente Parlamentar da Saúde, como também a nossa, tem obtido grandes avanços. Este relatório espelha um pouco isso, já que nós estamos tentando aqui aumentar os recursos para o Piso de Atenção Básica —PAB, para os procedimentos de média e alta complexidades — MAC, que, há 2 anos, estava numa situação caótica. Avançamos, retirando da dotação da Saúde os recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o Programa Bolsa Família, um programa importante de transferência de renda, de inserção e inclusão social, mas que não tem, na sua finalidade, a atenção à saúde, e, sim, a assistência social ao cidadão.

O relatório de V.Exa., Sr. Relator, mantém essas premissas e tenta, na medida do possível, fazer a homogeneidade entre os recursos destinados à área da saúde dos Estados Federados, principalmente em relação aos mais pobres.

Agora, em relação às entidades filantrópicas e às Santas Casas, não consegui absorver se há recursos, inclusive na nacional, para que também mantenham continuados serviços de prestação de serviços de saúde. Nós sabemos que as entidades filantrópicas, principalmente as Santas Casas, atravessam uma crise sem precedentes. E eu queria ouvir de V.Exa. quais são as ações contidas no relatório em relação a essas áreas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Vamos seguir a lista de inscrição.

Passo a palavra ao Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Congressistas, eu começo registrando a dedicação do Deputado Rafael Guerra à elaboração deste Relatório-Setorial, ouvindo as várias bancadas, os vários setores e, particularmente, a Frente Parlamentar da Saúde, suprapartidária, que envolve vários setores. Exatamente por isso, S.Exa. elabora excelente relatório.

As recomendações feitas ao Relator-Geral, no que diz respeito ao atendimento ao acordo de votação, na Câmara dos Deputados — e agora está no Senado —, do PLP nº1, de 2003, são razoáveis. O Relator-Setorial vai trabalhar com um indicativo, ouvindo este Relator-Setorial e também os segmentos que porventura sugerir.

Eu quero parabenizá-lo e dizer que os fundamentos aqui apresentados serão muito importantes para que o Relator-Geral possa fechar o seu parecer e votar ainda em 2007, para que, em 2008, a saúde brasileira inicie, com esse excelente relatório, com esse excelente resultado, com novo orçamento.

Parabéns, Deputado Rafael Guerra!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, a bancada do Estado do Ceará apresentou 2 destaques: um relativo ao Hospital da Mulher; e outro, ao Hospital de Sobral.

Conforme conversamos aqui, Sr. Relator, o Hospital da Mulher está localizado na Região Metropolitana de Fortaleza. Sei que V.Exa. já fez muito, e já discutimos aqui várias vezes o que poderia fazer. Pediria que olhasse com bons olhos o Hospital da Mulher. A Prefeita de Fortaleza necessita de uma quantia maior, já que, através do Hospital Dr. José Frota, atende a população da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em relação ao Destaque nº 0010, peço a V.Exa. que faça o possível para melhorar a vida do povo carente da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em relação ao Destaque nº 0014, o Deputado Wellington Roberto, ausente por motivo de doença, pede a V.Exa. que faça algo mais, porque S.Exa. luta pela qualidade de vida do povo da Paraíba, é um homem lutador.

No mais, agradeço a V.Exa. e o parabenizo, nobre Relator, pelo trabalho que fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Sr. Relator, a bancada de Goiás, por intermédio do Deputado Jovair Arantes, apresentou os Destaques nº 4 e 5.

O Hospital Regional do Norte — Destaque nº 4 — vai ser construído na cidade de Uruaçu, cidade-pólo da região norte do nosso Estado e vai atender a aproximadamente 20 municípios. A cidade está às margens da Rodovia Belém—Brasília, a BR-153, e constantemente recebe pessoas acidentadas ao longo dessa rodovia. Esse é o Destaque nº4, para o qual pedimos o apoio de V.Exa.

A nossa bancada também apresenta o Destaque nº 5, referente a uma emenda que apresentamos para hospitais especializados que fazem atendimento muito importante no nosso Estado. Alguns deles são referência regional, atendendo a pessoas de outros Estados, inclusive do Distrito Federal.

Esses são os 2 destaques que apresentamos a V.Exa. e gostaríamos que ambos fossem atendidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, é interessante registrar que eu conversava há pouco com o Deputado Rafael Guerra e mostrava-lhe a necessidade que tem o Pará de fazer crescer o Orçamento da Saúde. *(Pausa.)*

Deputado Zé Gerardo, S.Exa. já fez muito pela FUNASA. Calma! Deixe ver se eu consigo um pouco para o Pará, através da FUNASA também.

Sr. Relator, o Pará está na lista dos 27 Estados, mas é o que menos recebe, *per capita*, do Brasil. São 141 reais, enquanto o Rio Grande do Sul recebe 250, e o Rio de Janeiro, 245. O sangue do paraense é o mesmo. E muitos cariocas moram lá.

V.Exa. usa o critério de mérito. Até quero entender o que é critério de mérito.

Nós também temos o Sarah Kubitschek lá, que precisa ser implantado e instalado para funcionar. E V.Exa. retira 5,3 milhões de reais. Além de acrescentar 5,3 milhões, conforme conversamos, o que entendi? V.Exa. acrescentou para muitos e poderia acrescentar para o Pará. O Governo do Estado tem de investir em outras áreas. O dinheiro do bolo que vai ser distribuído poderá dobrar esse valor e chegar ao limite dos 50. O excedente, se eu alocar recursos em outra área do Estado, através de outras emendas, pode o Estado compensar na área da saúde, que realmente é precária no Pará, até pela extensão territorial.

Deputado Rafael Guerra, V.Exa. já me ouviu falar muitas vezes da redivisão territorial do Pará, da criação do Estado do Carajás, uma necessidade para o bom gerenciamento. Em um Estado daquele tamanho, é muito mais caro atender ao cidadão que mora a 2 mil quilômetros da Capital.

Queria que V.Exa. apenas considerasse, além dos 5,3 milhões, um pouquinho mais, para que pudéssemos, complementando ali, obter um excedente para outra área, para que o Estado pudesse compensar.

Era nesse sentido que eu queria fazer o apelo a V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sras. e Sras. Parlamentares, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão pela condução dos trabalhos e, de forma muito especial, o Relator, Deputado Rafael Guerra, pela atenção dispensada a todos os coordenadores de bancada e pela presteza no atendimento, todas as vezes em que o procuramos. Somos muito gratos a S.Exa.

Estamos fazendo 3 destaques em relação às emendas da bancada do Distrito Federal. Tenho convicção de que todos poderão e deverão ser acolhidos, por diversos motivos, sobretudo pela importância dos temas.

O Destaque nº 20 se refere à implantação da sede de um centro de formação em gestão da saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, no Distrito Federal, em parceria com a Universidade de Brasília. Recentemente, foi lançada a pedra fundamental da obra, um grande evento promovido pela universidade que contou com a presença do Ministro da Saúde e do Presidente da Câmara dos Deputados. É uma parceria estratégica para o Distrito Federal, até porque um dos projetos mais importantes para o desenvolvimento da cidade é o da construção de um parque tecnológico de biotecnologia no Distrito Federal. Nesse sentido, a presença da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília, em parceria com a UnB, é estratégica.

O segundo destaque diz respeito a pequeno acréscimo em relação à emenda destinada à reforma no Hospital de Base, o mais importante de Brasília. É bom lembrar que o Hospital de Base recebe pessoas não só do Distrito Federal, mas também de toda a região do Entorno e do interior, dos Estados da Bahia, do Piauí, enfim, de todo o Brasil.

Finalmente, a Emenda nº 22 se destina ao atendimento do Hospital Sarah Kubitschek. É desnecessário ressaltar aos membros desta Comissão a importância do trabalho desenvolvido por esse hospital, referência mundial. Mas ressalto também que o Sarah Kubitschek de Brasília atende pessoas de todos os lugares do Brasil. Esse hospital é orgulho nacional, é referência mundial em tratamento médico.

Portanto, gostaria de apresentar esses destaques para a consideração do Relator, não sem antes agradecer-lhe e parabenizá-lo pelo excelente trabalho realizado e pelo seu altíssimo espírito público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, eu quero apenas tecer algumas considerações com relação ao relatório do Deputado Rafael Guerra.

S.Exa. é um lutador da área da saúde, nós o conhecemos. Foi Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, e agora, na condição de Relator dessa importante área temática, tem de lançar mão — e é importante que saiba disso, para que converse com os Senadores ligados ao PSDB; e esse relatório é da Câmara e do Senado —, tendo em vista que estamos às vésperas da votação da proposta de prorrogação da CPMF no Senado, de 17 bilhões oriundos da arrecadação da CPMF, incluídos no Orçamento da Saúde.

Eu quero saber como vai ficar essa situação, se não for aprovada a prorrogação da vigência da CPMF. É necessário que o nosso bravo Deputado Rafael Guerra, que tem adotado a conduta de defesa da área da saúde no Brasil, leve essa informação aos Senadores desta Comissão e aos Senadores que vão votar a proposta de prorrogação da CPMF na semana que vem. São 17 bilhões de reais somente neste Orçamento da Saúde. Significa desmanchar todo o Orçamento no qual estamos trabalhando, para a aprovação hoje, se Deus quiser, do relatório do Deputado Rafael Guerra.

Outra observação: já comentei com o Deputado Rafael Guerra que historicamente esta Comissão tem buscado diferenciar as regiões brasileiras. E um dos objetivos do Orçamento é este: exatamente tirar dos Estados

que podem mais e levar para os Estados que podem menos. E, nos últimos anos, temos feito isso através do Comitê de Admissibilidade de Emendas, hoje presidido pelos Deputados Cláudio Cajado, Zé Gerardo, Rose de Freitas e Carlos Alberto Leréia. Nós conseguimos fazer com que Minas Gerais, o Estado que mais recebe recursos da União hoje, ficasse, em média, com 7,42% dos recursos do Orçamento, nos últimos anos. São Paulo, o segundo Estado que mais recebe, fica com 5,33% dos recursos do Orçamento. Estados que menos têm, a exemplo do Acre, recebem 2,83%.

Em anos anteriores, a diferença pró São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os Estados que mais podem, chegou a 12% ou 13%, enquanto outros Estados ficaram com 1%, 0,8%, 2%, a exemplo do Tocantins, que hoje já recebe 4%.

Então, esse trabalho feito pela Comissão e pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, mediante a sensibilidade do Relator do Orçamento nos anos anteriores, poderá, neste ano, ir pelo espaço, embora seja um trabalho de muitos anos. Não estou reclamando do valor alocado para o Estado de Goiás. Já conversei isso com o Deputado Rafael Guerra. Será feita a correção. Mas, na medida em que há relatórios variados, mesmo com essa correção, ainda poderemos ter uma distorção muito grande com relação a valores, por conta das emendas que são direcionadas aos Estados que mais podem, que mais recebem dinheiro deste Orçamento.

Então, eu fico preocupado com essa diferenciação e com essa descolagem, outra vez, com relação ao valor fixado nos anos anteriores.

Pela autoridade moral que V.Exa. tem, Sr. Relator, por ser um dos maiores defensores da área da saúde do Brasil, é necessário que abra os olhos dos Senadores tucanos em relação à proposta de prorrogação da CPMF, a ser apreciada na semana que vem. São 17 bilhões de reais, só neste Orçamento, que irão por água abaixo, se não tivermos aprovada a prorrogação da vigência CPMF na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Rafael Guerra, antes de mais nada, quero dizer que a área da saúde é objeto de muitas lutas e de muita mobilização nacional. Estamos sempre devendo. Na verdade, o Brasil sempre deve ao povo brasileiro uma política de saúde mais justa. E, ano a ano, obtemos algumas conquistas. Eu quero ressaltar o papel do Relator durante esses anos todos, na luta da Frente Parlamentar da Saúde.

Mas eu quero registrar que me surpreendi com o corte que fez V.Exa. A Deputada que está falando há 20 anos briga nesta Casa por saneamento básico. Há 20 anos, saneamento básico soava como palavrão; no mínimo, era idiotice de alguém que defendia obra que ficava debaixo da terra. Hoje, nós sabemos que falar em hospital, falar em saúde pública, equivale a falar em saneamento básico.

Sr. Relator, V.Exa. cortou 289 milhões de reais do saneamento básico. Para mim, isso é incompreensível, porque eu conheço a luta de V.Exa. O PMDB não está de acordo com essa posição. E nós temos de discutir isso. Até em respeito ao trabalho de V.Exa., diante também da omissão de outros Relatores, que não compareceram para entregar seus relatórios a tempo de serem apreciados hoje, nós gostaríamos de ajudar nessa progressão do trabalho da Comissão, mas queremos ressaltar que precisamos discutir. Tão logo seja possível, temos de nos reunir para discutir esse problema.

V.Exa., com certeza, nessa política de cobertor curto, sentiu-se aflito, sem saída, e fez esse corte. É inaceitável. O Governo tem de nos responder, tem de nos orientar sobre a melhor maneira de repor esses recursos, junto com V.Exa., o Relator, que respeitamos e queremos tão bem, para que também possamos responder à saúde, ao povo, que espera algum resultado desta Comissão.

Não concordamos com o corte e queremos a reposição desses recursos.

Isso é ruim para o País, Sr. Relator. Falta sensibilidade do Governo nessa área. Não adianta lançar PAC, com uma propaganda nacional imensa, se ela não corresponde ao volume de recursos que foi prometido ao País. Lembro-me de que, quando tomou posse, há 5 anos, o Presidente Lula anunciou ao País que tinha 4 bilhões de reais para gastar com obras de saneamento básico. Eu espero isso até hoje. E falo com a maior tranqüilidade, porque faço parte da base aliada do Governo e o ajudo todos os dias, tanto quanto posso ajudar. Tenho certeza de que cada membro, cada Deputado da bancada, mesmo da Oposição, tenta fazer o mesmo.

Sr. Relator, este País não tem mais oposição raivosa, que rasgava, como já vimos, a Constituição em plenário quando se sentia insatisfeita. Todos colaboram: os Deputados Cláudio Cajado, Eduardo Sciarra, Vanderlei

Macris e Geraldo, que hoje está no PMDB, o Humberto, que é o nosso patrimônio nesta Casa, que traz a sua experiência. Apesar de ter sido Constituinte, não tenho a experiência de V.Exa.

Não considero aceitável votar este relatório sem rediscutirmos a questão da FUNASA.

Se o Deputado Rodrigo Rollemberg permitir, estou falando tão-somente com o Relator, porque S.Exa. é quem vai acatar o que estamos pleiteando.

Quanto à emenda do Espírito Santo, já fiz um convite a V.Exa. para que conheça de perto o Estado que só tem 1 pronto-socorro, o São Lucas, que já foi ao ar pelo *Jornal Nacional* várias vezes. No Estado há apenas 1 hospital infantil que atende o sul da Bahia, na divisa de Minas Gerais, onde tem aumentado significativamente a mortalidade infantil em virtude de atendimento inadequado, e não por falta de esforço dos médicos.

Eu só falo quando o Relator me ouve. Não terminei, Sr. Presidente. Estou um pouco exigente na atenção do Relator, porque, se S.Exa. não entender as nossas causas, não poderá nos atender. Poderia parecer injusto, mas não é. Falo em nome até do nosso Governo do Estado.

A bancada do Espírito Santo fez 1 emenda, que V.Exa. atendeu. Solicitei a V.Exa. que a revisse e fizesse uma programação nova de despesa e aceitasse o destaque da bancada do Espírito Santo, que neste momento representa a coordenação.

Parabenizo V.Exa. pelo Parlamentar que é: tolerante, paciente. Nossos reclames nunca são contra a figura do Parlamentar que está, hoje, Relator. Pelo contrário. Se hoje a saúde caminhou, teve muito da sua militância. Estou nesta Frente, porque V.Exa. a comanda.

Cada um de nós representa um pedaço do Brasil. O relatório do Djair aborda a nossa luta para diminuir as desigualdades. Antes, toda a bancada de São Paulo e de Minas Gerais se sentavam aqui. A desigualdade tende a aumentar este ano. V.Exa. verá no quadro final, no cronograma — Deputado Cláudio Cajado, parlamentar assíduo, trabalha nesta Comissão para melhorar as condições de vida do povo da Bahia, assim como nós também fazemos para o Espírito Santo —, essa desigualdade, que não pode aumentar. Nós a diminuímos no ano passado, mas ela tende a aumentar agora.

Queremos muito ajudar São Paulo e Minas Gerais. É preciso, porém, reconhecer que os Estados pequenos precisam da atenção dos Relatores, sobretudo do Relator-Geral e do Presidente desta Comissão.

Agradeço a tolerância a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Tem a palavra V.Exa..

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, gostaria que o Relator desse uma explicação rápida sobre a questão dos cortes realizados na FUNASA. S.Exa. já me disse que vai haver recomposição. Então, está definido que serão recompostos os cortes realizados na FUNASA.

Parabenizo o nobre e querido Relator, futuro Senador da República. V.Exa. faz um trabalho tão grande na saúde, que tenho certeza de que o povo na sua terra vai elegê-lo Senador na próxima Legislatura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Sr. Relator.

Na bancada de Minas discutimos o problema dos hospitais universitários. V.Exa. fez uma bela explanação sobre as necessidades. Gostaria de saber se V.Exa. atendeu os hospitais universitários e se Montes Claros foi contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente cumprimento o nosso Líder da Frente Parlamentar da Saúde que relata essa área setorial tão importante.

O Deputado Rafael Guerra, ao longo de todos esses anos, tem dedicado o seu mandato parlamentar às causas da saúde. Queremos fazer esse reconhecimento e cumprimentá-lo pelo trabalho, inclusive pela confecção deste relatório.

Evidentemente que fica difícil ao Relator-Setorial corrigir distorções crônicas que vêm na peça orçamentária. Pudemos constatar isso ao analisar esse relatório. Por mais que nosso Relator tente fazer os ajustes possíveis, dentro da competência de seu trabalho, continuamos observando.

Queremos também ressaltar, porque se procurou fazer, com relação à média e alta complexidade, o trabalho de atender as distribuições da forma mais justa possível à média.

Faço pedido especial em nome da bancada do Paraná. Estamos apresentando 2 destaques: o nº 30 e o nº 31.

O Destaque nº 30 é resultante da Emenda nº 03, "estruturação da unidade de atenção especializada em saúde, na irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Londrina". Esse hospital, há muitos anos, está precisando de investimentos, pois atende toda a região norte e parte da região noroeste do Paraná.

O Destaque nº 31 é resultante da Emenda nº 017, "estruturação da unidade de atenção especializada em saúde, reequipamento da rede hospitalar no Estado do Paraná". Diversos hospitais estarão contemplados com esses recursos.

Pedimos atenção ao nobre Relator para esses pleitos.

Encerrando, mais uma vez, cumprimento o Deputado Rafael Guerra pela luta pelas causas da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apelo ao nobre Relator, que é do nosso Estado, para que olhe com atenção o Destaque nº 28, emenda de bancada de Minas Gerais, no qual solicitamos a recomposição dos valores, uma vez que V.Exa. aprovou valor inferior ao solicitado.

Peço a V.Exa. que olhe com carinho e aumente o valor da emenda de bancada, uma vez que nosso Estado possui 853 municípios. É o Estado que mais tem municípios e há carência por melhores serviços de saúde. V.Exa., que foi Secretário de Estado, sabe, mais do que eu, das nossas necessidades.

Apresentamos também, nobre Relator, o Destaque nº 26, em que pedimos a recomposição total de recursos cortados da FUNASA na Seqüencial 002561, na qual tivemos um corte de mais de 158 milhões de reais. Gostaríamos que V.Exa. olhasse com carinho, uma vez que esses recursos são destinados a pequenos municípios, com até 50 mil habitantes, em todo o Brasil.

Aguardo com carinho a atenção de V.Exa., Relator.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado Carlos Alberto Leréia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, cumprimento o Relator-Setorial, nosso querido Deputado Rafael Guerra, atleticano, que colaborou com o Cruzeiro e com a Copa Libertadores para o ano que vem.

Recebi de S.Exa. o comunicado, mas quero pedir-lhe atenção às nossas emendas, reforçando o pedido feito pelo Deputado Jovair Arantes.

Apresentei 2 emendas de bancada para o Estado de Goiás. Gostaria que dispensasse a elas tratamento especial, porque Goiás tem muita estima por V.Exa. Eu, que sou mineiro e Deputado por Goiás, espero ter esse tratamento, em nome do nosso Estado, que tem mais mineiro do que goiano.

Eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Encerrada a inscrição, passo a palavra ao Relator, Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Vou procurar responder pela ordem os questionamentos. No início quero esclarecer os cortes que foram feitos na proposta do Executivo.

Como relatei, estamos com um déficit orçamentário, um rombo no Orçamento de seis bilhões e meio, que depende da aprovação do PLP nº 1/2003, no Senado, de 4 bilhões, depende da correção do piso constitucional da Saúde e de uma suplementação, porque houve um reajuste. Em meu relatório, passei mais rapidamente, não o li em detalhe, mas o Governo fez um reajuste nas tabelas do SUS que custou este ano 1,2 bilhões de reais. Esse recurso foi suplementado na Saúde por meio do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, não foi incorporado ao orçamento da Saúde. Esse é o motivo da falta dos recursos. Além disso, como bem lembrou o Deputado Jovair Arantes, estamos ainda na dependência da aprovação ou não da CPMF. Quer dizer, o orçamento da Saúde

realmente é preocupante, porque se considerarmos 17 bilhões da CPMF mais os 6,5 bilhões, são 23,5 bilhões. Quase metade do orçamento da Saúde está pendente, vamos dizer assim. Teríamos recursos para o 1º semestre do ano que vem.

Esse foi o motivo dos cortes. Fizemos um corte linear. Ninguém mais do que eu reconhece a importância do saneamento. Achamos que é fundamental, o saneamento economiza recursos da Saúde, na assistência. Inclusive já atendendo, pelo menos em parte, o apelo da Deputada Rose de Freitas e do Deputado João Leão, informando a S.Exas., estou anexando um adendo em que estamos acrescendo 10 milhões na proposta orçamentária da FUNASA, quer dizer, reduzindo em 10 milhões o corte que foi feito. Tínhamos feito um corte, estamos recompondo em 10 milhões, porque na verdade esse corte dependia um pouco, e o saneamento depende também, de emendas parlamentares. Foram poucas as bancadas que apresentaram emendas para a FUNASA. O Deputado João Magalhães também levantou o assunto.

Rapidamente, para não tomar muito o tempo de V.Exas., a FUNASA foi contemplada com 2 emendas da Paraíba, Tocantins, uma emenda, e do Pará. Apenas 3 Estados, e isso sacrificou realmente o orçamento da FUNASA. Por isso, já estamos apresentando um adendo, recompondo em 10 milhões, e um adendo alterando o subtítulo da Emenda 71140007, de Minas Gerais, que estava com a redação equivocada, atendendo apenas a Região Metropolitana de Belo Horizonte; ela está nos moldes de vários outros Estados, podendo atender hospitais universitários, filantrópicos.

Respondendo ao Deputado Claudio Cajado, que questionou a respeito das santas casas, temos emendas em vários Estados que permitem o atendimento das santas casas, e todas receberam o acréscimo possível dentro da disponibilidade orçamentária.

A Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara, apresentou emenda nacional para hospitais universitários e de ensino, que permite também atender hospitais filantrópicos.

De modo que procurei colocar no orçamento propostas de interesse nacional, para melhorar o atendimento ao cidadão e o SUS, como o principal estrangulamento do SUS, que é o atendimento de urgência, de emergência; segundo, proposta de incremento para todas as ações de regionalização do serviço de Saúde, para aumentar a eficácia do SUS; terceiro, o reajuste de tabelas, que também atende as santas casas.

Quero agradecer ao Deputado José Pimentel as palavras. Como informou-me S.Exa., apesar de o PLP não ter sido aprovado no Senado, o Relator se comprometeu a incorporar o que for possível do acordo proposto pelo Governo em seu relatório geral.

Hospital da Mulher. Peço ao Deputado Zé Gerardo apresente o destaque. Aproveito para responder ao Deputado Giovanni Queiroz sobre o critério de mérito. O critério de mérito é uma análise feita pelo Relator Setorial juntamente com os coordenadores de bancada. Parte do critério de mérito é complementado com as intervenções de V.Exas. Quer dizer, por intermédio do Deputado Zé Gerardo, por exemplo, ficamos sabendo das propostas do Hospital da Mulher, para atendimento geral, para atendimento a urgência e emergência. Isso muda o caráter, a necessidade do investimento. O critério de mérito naturalmente tem que ouvir os Parlamentares, porque não tenho a pretensão de ser o único a defini-los.

Portanto, o Deputado Zé Gerardo contribuiu, sem dúvida alguma, para esse processo.

Já comentei a respeito do mencionado pelo Deputado Jovair Arantes. Em relação à Deputada Rose de Freitas sobre o corte na FUNASA também já foi falado.

Quanto à questão das desigualdades regionais, consideramos no relatório, para a distribuição de recursos, como um dos critérios o Índice de Desenvolvimento Humano. Quer dizer, o menor desenvolvimento humano pesa mais para receber recursos de investimentos. Isso ocorreu no custeio da atenção básica e nos investimentos.

Procuramos, com emenda nacionais, mais uma vez, contemplar, por exemplo, todos os municípios de mais de 100 mil habitantes, independente do Estado, do Governador, do Prefeito, as cidades-pólo e as capitais.

Quanto ao que me perguntou o Deputado Humberto Souto, quero também reforçar que tanto os hospitais de Montes Claros quanto os universitários, e o Hospital da UNIMONTES é um deles, estão contemplados, tanto na emenda de Minas quanto na emenda nacional da Comissão de Seguridade Social e Família. A preocupação de V.Exa. é absolutamente válida e será atendida dentro dos limites deste pobre Relator.

Quanto ao Hospital de Londrina, Deputados Eduardo Sciarra e João Magalhães, já foi comentado.

Para encerrar, quero agradecer a todos as palavras que me foram dirigidas. Quero agradecer a todos as palavras que me foram dirigidas, ao meu partido pela indicação de meu nome, pelos membros e pelo Presidente da Comissão, para a relatoria setorial da Saúde.

Atendendo às negociações e segundo tudo o que foi conversado com os colegas, vou analisar os destaques e fazer, juntamente com o Relator Geral, todo o esforço para atender o que for possível.

Agradeço a todos as intervenções.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Deputado, a discussão ainda não está encerrada, temos uma lista de inscritos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, é exatamente sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Quero fazer um apelo a quem está inscrito para que encerremos as discussões e votemos, para que possamos abrir a sessão do Congresso Nacional as 13 horas. O Presidente já está aqui. A sessão do Congresso só irá até as 14 horas. Depois voltaríamos para cá para votarmos os destaques.

É o apelo que gostaria de fazer, pelo entendimento que houve com todos os partidos, que os Deputados abram mão de sua fala, para que encerremos a discussão e possamos votar, ressalvados os destaques, o que faríamos logo depois.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - O PMDB concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Ainda temos 3 inscritos, a quem pergunto se abrem mão da discussão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero apenas registrar minha enorme preocupação com este relatório, já que vai distorcer, para os anos seguintes, a média histórica dos Estados de forma muito acentuada. A maioria dos Estados consegue colocar no orçamento 240 milhões em todas as emendas. Neste relatório há uma única emenda que dá 240 milhões para um Estado. Para São Paulo, vai dar 340 milhões em 2 emendas. Portanto, haverá uma distorção enorme para o futuro em função deste relatório, que promoveu um corte muito amplo, de 700 milhões, para atender poucas emendas, trinta e quatro. Isso terá uma repercussão no futuro.

Estou fazendo esse alerta, sei que houve um acordo, mas quero registrar essa preocupação, porque é minha obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Tem a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Também tenho essa mesma preocupação, Presidente. Obviamente que são demandas com proporcionalidades populacionais, redes hospitalares diferenciadas, mas o Orçamento não pode acirrar ou ampliar essas diferenças, essas contradições.

Tenho essa mesma preocupação na distribuição não muito eqüitativa de parte dos recursos disponíveis.

Compreendo a luta do Deputado Rafael Guerra na Frente Parlamentar da Saúde, correta, apesar de divergir em alguns momentos no tocante ao foco. Mas no tocante ao contexto em que se insere o Deputado na defesa da saúde brasileira, cumprimento-o por essa luta. Agora, o Brasil não é composto de Estados iguais, mas com diferenças regionais muito profundas, e o Orçamento tem que buscar diminuir essas diferenças. Quando vejo os Estados de Rondônia e do Acre com dotação orçamentária na área de saúde, com emendas de bancada discutidas, não é fácil colocar uma ação estruturante da forma como hoje a Resolução nº1 aponta. Já foi um grande avanço da bancada apontar uma ação estruturante na área da saúde, porque anteriormente o recurso era disperso em várias unidades localizadas. Agora estamos pensando numa rede hierarquizada em saúde rondoniense. Vejo Estados com densidades maiores, mas proporcionalmente acho que a situação da região amazônica, em especial o Estado de Rondônia, não foi devidamente avaliada. Foi apresentado um destaque, e gostaria que no transcurso de nosso debate pudéssemos acolhê-lo.

Concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, nobre Relator, quero inicialmente cumprimentar V.Exa., Deputado Rafael Guerra, e, em seu nome, a assessoria da Casa e da Comissão pelo brilhante trabalho realizado com habilidade e desprendimento por V.Exa na área da saúde, extremamente importante.

Na verdade, apresentamos 3 destaques. Um deles, para o Estado da Paraíba, relativo às ações básicas de saúde e ampliação da infra-estrutura; outro de Campina Grande; e uma emenda da FUNASA, de autoria da bancada paraibana.

Peço a V.Exa. que faça uma análise apurada e generosa desses 3 destaques.

Finalizando, quero cumprimentar V.Exa. e falar da enorme satisfaça que tive como Relator Setorial de ter V.Exa. como companheiro e colega nessa luta. Com certeza, concluiremos nosso trabalho até o dia 31 de dezembro. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - A discussão e o prazo para a apresentação dos destaques estão encerrados.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Ao encerrar a apresentação do relatório, primeiro, quero agradecer ao Deputado Manoel Júnior as palavras. Em seguida, cumprimentar V.Exa. pelo seu relatório setorial que foi aprovado ontem com louvor.

Quero agradecer aos Deputados Ricardo Barros e Eduardo Valverde. Apesar de estarmos em campos opostos, quando é necessário nos entendemos, principalmente na área da saúde.

Quero dizer ao Deputado que nosso trabalho de correção das desigualdades regionais é permanente. Tanto que, há mais de 4 anos, na Comissão, procuramos aumentar a *per capita* dos Estados mais pobres, com menor IDH, em detrimento dos Estados mais ricos. Concordo com a referência de V.Exa. em relação a isso.

O PLP nº 1/2003 prevê que os Estados com menor IDH deverão receber mais investimentos. Todavia, vejo com certa preocupação e tristeza que o número de emendas à saúde caiu. Para os senhores terem uma idéia, 8 bancadas estaduais não apresentaram emendas para a saúde. Não tenho como corrigir uma distorção como essa. Ou seja, se a bancada não apresentou, o Relator Setorial não pode fazer nada. Realmente, vejo isso com preocupação.

Indago por que 8 Estados brasileiros não apresentaram emendas. Não vou citar os Estados, porque pode não ficar bem. Mas há Estados, sabemos, que precisam de recursos. A liberação de recursos do Ministério da Saúde está muito lenta. Alertei ao Ministério que pagasse os empenhos de 2006 e empenhasse as emendas de 2007. Não sei se foi esse o motivo, mas eu fiquei um pouco amarrado com os Estados que não apresentaram emendas.

Como nem todo mundo teve conhecimento, quero informar que o Governador do Acre, do PT, esteve comigo, quando me solicitou que a emenda fosse atendida. A emenda era de um valor maior. S.Exa. esteve comigo, juntamente com o Senador Sibá Machado, e foi atendido. Rondônia, da mesma forma. Tanto o Secretário de Planejamento, o da Saúde e o Governador foram atendidos.

De toda forma, ao receber o pedido de V.Exa., vou analisar o destaque. Essa é a última etapa. Mas eu procurei contemplar o Estado de V.Exa. Os demais Estados do Norte — Amapá, Roraima — não têm emenda para a saúde. Desse modo, como Relator Setorial, não posso fazer essa correção.

Era esse o esclarecimento.

O mesmo esclarecimento deixo ao Deputado Ricardo Barros. Ou seja, há limites ao trabalho do Relator para a correção das desigualdades regionais.

O Deputado Gilmar Machado está pedindo que eu encerre?

Muito obrigado a todos pelas palavras que me foram dirigidas. Procurei fazer o melhor para a saúde do cidadão brasileiro, contemplando todo o País, inclusive os encaminhamentos, no meu relatório, foram indistintamente dirigidos.

Contemplei, desse modo, Estados e Municípios, independentemente do partido político ser aliado ou não. Procurei trabalhar para melhorar a saúde do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Nos termos do parágrafo único, do art. 25 da Resolução nº 1, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação com relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

APROVADA.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

APROVADA.

Em votação o relatório setorial da Área Temática II, Saúde, e o adendo, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Contra o voto do Deputado Ricardo Barros.

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

APROVADO.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que inclua o requerimento já que teremos sessão do Congresso agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Há sobre a mesa requerimento extrapauta do Deputado Cláudio Cajado, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referente a obras com indícios de irregularidades graves.

S. Exa. pede a inclusão do requerimento na pauta da Ordem do Dia.

Quem concorda com a inclusão do requerimento na pauta?

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

APROVADO.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

APROVADO.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Para explicação, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite.

O PL nº 43/2007 será votado pelo Congresso. Na sessão passada, pedi a retirada de pauta do referido projeto em função das várias obras com indícios de irregularidades. Estou zelando pela correta aplicação dos recursos públicos, e verificando se há ainda irregularidades. Peço, desse modo, ao TCU que nos informe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Apresentação e discussão do Requerimento nº 25, que "solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União solicitação de informação referente aos subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes no programa do PL nº 43/2007 do Congresso Nacional".

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

APROVADO.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Solicito, Sr. Presidente, que retornemos as 14h30min para examinar os destaques já apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - A reunião está suspensa. Retornaremos as 14h30min, quando serão examinados os destaques à área da saúde.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reiniciada a 7ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 36 e 37 de 2007.

Farei um breve histórico dos fatos ocorridos na reunião realizada pela manhã. Primeiro, foram votados os destaques apresentados às Áreas Temáticas 5 — Planejamento e Desenvolvimento Urbano — e 9 — Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Segundo, foi apresentado o Relatório Setorial da Área II — Saúde. Terceiro, foi iniciada e encerrada a discussão e o prazo para a apresentação de destaques referentes a essa área temática.

Passaremos, agora, à apreciação dos destaques da Área II — Saúde.

Com a palavra o Relator, Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, foram apresentados 42 destaques: 35 relativos à emenda de apropriação, 1 relativo à emenda de remanejamento e 6 para recomposição de seqüencial objeto de cancelamento.

Para viabilizar o atendimento de 8 destaques aprovados parcialmente, no valor de 70 milhões, conforme disposto no art. 81, I, "d", da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, propomos sejam reduzidas as dotações aprovadas das seguintes emendas: emenda da Comissão de Assuntos Sociais, 5 milhões, na Fonte 151; emenda da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, 65 milhões, na Fonte 151, sendo 15 milhões do GND 3 e 50 milhões do GND 4.

Com esses fundamentos, nosso voto é pela prejudicialidade dos Destaques nºs 5, 23, 31, 32 e 34, cujo teor é igual ao de outros aprovados; pela rejeição dos Destaques nºs 1, 3, 4, 6, 8, 9 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41; pela aprovação parcial nos valores apresentados em anexo dos Destaques nºs 2, 7, 10,12, 14, 24, 36 e 42.

Esse é o nosso relatório.

Além disso, Sr. Presidente, acordamos com os Parlamentares a indicação ao Relator-Geral, na conclusão do nosso parecer, para a utilização do excedente da redistribuição de estimativa de receita para a Fundação Nacional de Saúde. Não tenho a fonte neste momento, mas a reestimativa de receita vai liberar um excedente que não pode ser aplicado porque ia ultrapassar o valor da solicitação da emenda.

Portanto, sugerimos que esse excedente seja destinado à Fundação Nacional da Saúde, em cumprimento ao acordo feito com os Parlamentares na rubrica nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Foram apresentados, conforme esclareceu o Relator, Deputado Rafael Guerra, 42 destaques: 35 relativos à emenda de apropriação, 1 relativo à emenda de remanejamento e 6 para recomposição de seqüencial objeto de cancelamento.

Para viabilizar o atendimento de 8 destaques aprovados parcialmente, no valor de 70 milhões, e conforme disposto no art. 81-LD, da Resolução nº 0106-CN, propomos que sejam reduzidas as dotações aprovadas nas seguintes emendas: 1) Emenda da Comissão de Assuntos Sociais nº 6006.0001, no valor de 5 milhões, da Fonte 151; 2) Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família nº 5021.0001, no valor de 65 milhões, também da Fonte 151, sendo 15 milhões do GND 3 e 50 milhões do GND 4.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Relator, fizemos uma solicitação ao Relator para ampliar o atendimento ao Paraná em 25 milhões, dado que o critério estabelecido pelo Relator de população dos Estados era relevante, conforme descrito no seu voto, e S.Exa. propôs o atendimento de 15 milhões a mais em uma emenda do nosso destaque.

Portanto, Sr. Presidente, solicito que, depois, passemos à votação em separado do Destaque nº 35, para que, eventualmente, possamos completar a solicitação do Relator de 25 milhões e, nas próximas edições do Orçamento, nossa média não fique prejudicada em relação aos demais Estados. Deixo essa solicitação ao Relator a fim de que possamos ver atendido também um valor a mais no Destaque nº 717003.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Posso esclarecer, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Relator, para prestação de esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Deputado Ricardo Barros, o Estado do Paraná foi atendido com 15 milhões em atenção ao pedido dos Deputados Nelson Meurer, Eduardo Sciarra, Alex Canziani e de V.Exa., porque, na verdade, a emenda solicitada foi no valor de 80 milhões e estamos colocando em 65. Com a reestimativa de receita, esse valor iria para 130, havendo uma sobra para o Relator-Geral de 50 milhões. Então, politicamente, estamos atendendo ao pleito de V.Exa., mais não haverá nenhum efeito prático, porque o valor da emenda foi de 80 milhões. A bancada do Paraná pediu 80 milhões, e receberá 130. Na verdade, estou atendendo a V.Exa. para que possa chegar ao seu Estado dizendo que conseguiu, mas, na prática, esse aumento não vai ocorrer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Relator, desejo apenas um esclarecimento. A informação que recebi do nosso assessor é de que essa emenda havia sido atendida em 25 milhões, e, agora, o Relator concedeu mais 15 milhões. Não entendi quando V.Exa. disse que estamos sendo atendidos com 65 milhões.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - A emenda foi atendida, inicialmente, em 50 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Com mais 15, são 65 milhões. Com a reestimativa de receita, são 130 milhões, e o valor solicitado foi de 80 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Tudo bem, Sr. Relator, mas a informação que recebi da nossa assessoria é de que o atendimento havia sido no valor de 25 milhões. A Emenda nº 717003, da Santa Casa de Misericórdia de Londrina, para a qual solicitei voto em separado, foi atendida em 25 milhões. É isso?

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Ela foi atendida em 25 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Certo. Está bem, Sr. Relator. Minha preocupação com esse relatório é sempre com base na média histórica de atendimento.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - V.Exa. deseja trocar a destinação?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não, gostaria que o atendimento...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Ela destina-se à rede hospitalar do Estado ou a Londrina?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Destina-se à rede hospitalar do Estado.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - É isso que foi atendido.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, mas é que aqui consta bancada do Paraná. Cada emenda nossa foi atendida com 25 milhões, e não uma com 50 e outra com 25, como...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Isso. Mas o pedido era de 80 milhões. O total do pedido das 2 emendas era de 80. No total, o Paraná foi atendido com 50 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Certo.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Recebendo agora mais 15, são 65 milhões. Com a reestimativa, são 130 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem. Vou manter meu pedido de destaque para a emenda da Santa Casa de Londrina, porque tenho grande dificuldade com a questão da média histórica desses atendimentos. Nós, Parlamentares do Paraná, que somos 5 na Comissão, havíamos solicitado a V.Exa. 25 milhões, e fomos atendidos com 15 milhões. Assim, solicito a V.Exa. que complemente os outros 10 milhões para a Santa Casa de Londrina ou para essa Emenda nº 717003, se possível. Ou melhor, se der, prefiro que seja na Emenda nº 17, se não der, que seja na Emenda nº 3.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Volto a lembrar que estamos atendendo a 8 destaques, num total de 70 milhões, e a maior parcela, de 15 milhões, foi para o Paraná.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Certo, temos 2 Estados com 15 milhões.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Fizemos o que foi possível. Posso recomendar ao Relator-Geral, mas, mais do que isso, não foi possível fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A matéria continua em discussão.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, antes de mais nada, quero reconhecer de público o esforço do Relator-Geral e do Relator-Setorial, Deputado Rafael Guerra. Endossamos sua luta, compreendemos todo o processo e aplaudimos sua maneira de trabalhar com seriedade. O Espírito Santo agradece a compreensão de V.Exa. pelo momento crítico da nossa saúde, que, inclusive, está nacionalmente no 2º lugar em depreciação de todo o procedimento de assistência aos nossos hospitais.

Em nome do PMDB, agradeço a V.Exa. o tratamento e peço desculpas ao Relator se, por acaso, em algum momento, alguém da nossa bancada o constrangeu. Não acredito ter sido essa a intenção.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Muito obrigado. Isso faz parte dos embates políticos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Relator, mais uma vez, cumprimento-o pelo brilhante trabalho que apresentou nessa Relatoria Setorial.

Sr. Presidente, sei que o Deputado Rafael Guerra acatou um dos nossos destaques, mas gostaria que fosse votado em separado o Destaque nº 41 da Emenda nº 0012, da bancada da Paraíba, para ver em que efetivamente poderia ser melhorada, até porque o Município de João Pessoa possui hoje quase 1 milhão de habitantes e precisa reforçar sua atenção básica à saúde, área a que esses recursos são justamente direcionados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, pediria votação em separado do Destaque nº 0016 à Emenda nº 71160014, de autoria do Deputado Wellington Roberto, que é de interesse do Senador Efraim Morais. Recebi uma ligação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Deputado João Leão, se formos encaminhar dessa forma...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Interrompo o Deputado Rafael Guerra para prestar um esclarecimento ao Deputado João Leão.

Só quem pode solicitar voto em separado é o autor do destaque. V.Exa. está dizendo que não foi o autor do destaque.

Com a palavra o Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Peço compreensão ao Deputado Manoel Junior, que, como Relator, sabe das nossas dificuldades. Queremos atender a todos os companheiros na medida do possível, mas o recurso é limitado. A Paraíba, que é o Estado do Presidente desta Comissão, já está com 95 milhões. Realmente não tive como fazê-lo, não tenho fonte, mas podemos votar em separado. Posso indicar ao Relator-Geral, mas não tenho fonte para acatar todos os pedidos.

Assim, peço compreensão a V.Exa. e também ao Deputado Ricardo Barros, porque não há o menor sentido. Posso solicitar ao Relator-Geral que faça o possível para atendê-las, mas não há fonte disponível. Por isso, reitero o pedido de compreensão a V.Exa. e ao Deputado Ricardo Barros, para levarmos o trabalho a bom termo.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deputado Guerra, como V.Exa. me faz esse apelo e vai indicar o Destaque nº 41 da Emenda nº 0012 do seu relatório ao Relator-Geral, fico imensamente agradecido e retiro o pedido de voto em separado.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Consulto o Deputado Ricardo Barros se, ante o apelo do Relator, V.Exa. retira o pedido de voto em separado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, vou fazer uma explanação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero apenas que, por economia de tempo, V.Exa. responda sim ou não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não? Pronto. Acabou. Respeitamos a preferência do Parlamentar.

Conforme já anunciamos, vou colocar em votação as sugestões acatadas pelo Relator e repetir a leitura apenas para avivar a memória de todos. Houve um esforço para viabilizar o entendimento de 8 destaques aprovados parcialmente, no valor de 70 milhões, e, conforme o disposto no art. 81-LD, da Resolução nº 0106-CN, propomos sejam reduzidas as dotações aprovadas nas seguintes emendas: 1) Emenda da Comissão de Assuntos Sociais nº 60060001, no valor de 5 milhões, da Fonte 151; 2) Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família nº 50210001, no valor de 65 milhões, da Fonte 151, sendo 15 milhões do GND 3 e 50 milhões do GND 4.

Proponho que essa matéria, cuja discussão já foi encerrada, seja votada pela Comissão.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam a modificação assumida pelo Relator na forma anunciada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado da República, os Srs. Senadores que aprovam a matéria na forma anunciada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passo à apreciação dos destaques na Área Temática II – Saúde.

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º da Resolução 1, de 2006, estabelece:

> *"Art. 138.....*
>
> *§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.*
>
> *Assim sendo, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial".*

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, antes da votação dos destaques, quero tecer algumas considerações. Estou conferindo algumas informações. Nosso Relator disse que o Paraná pediu 80 milhões, discriminadamente, 30 milhões para a Emenda nº 17 e 50 milhões para a Emenda nº 3.

Então, vou pedir ao Relator que transfira 10 milhões de reais do atendimento da Emenda nº 17 para a Emenda nº 3, porque senão ela será atendida a maior do que foi pedido, e os recursos serão prejudicados.

Peço essa gentileza ao Relator e quero dar uma explicação. Quando estou discutindo aqui a questão da média histórica e estou defendendo que o Paraná receba mais 10 milhões, que o Relator poderia cortar da emenda de bancada, a exemplo do que fez com os outros recursos, é porque temos Minas Gerais, com uma média de 120 milhões por emenda; depois, São Paulo, com 85 milhões por emenda; Rio de Janeiro, 80 milhões; e o Paraná, com esse acréscimo dado pelo Relator, está com trinta e poucos milhões por emenda. E é um Estado com 10 milhões de habitantes.

Por isso insisto que o Deputado Rafael Guerra nos atenda, cortando esse valor também da emenda da Comissão, a exemplo do que foi feito no atendimento aos demais Parlamentares, porque isso tem um reflexo permanente na média do atendimento histórico das bancadas. E como estamos com uma média muito abaixo da de outros grandes Estados do País, Deputado Rafael Guerra, mas numa proporção que não confere com a da população, especialmente em relação ao Paraná e ao Rio de Janeiro, tenho insistido para que V.Exa. acate esse destaque, dando mais 10 milhões de reais para o Paraná, na Emenda nº 3, além dos 10 milhões que estão sendo transferidos de atendimento da Emenda nº 17, para que possamos ter um critério mais adequado em relação ao que V.Exa. adotou e defendendo o seu próprio relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Relator, Deputado Rafael Guerra, para prestar os devidos esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Deputado Ricardo Barros, nós trabalhamos sempre com o acordo. Portanto, o remanejamento terá que ser feito por acordo, senão não vou acatá-lo. Da mesma forma, vou explicar a V.Exa. de novo: se eu puser mais 10 milhões no Paraná, vou estar dando ao Relator-Geral 20 milhões, porque S.Exa. não pode destinar isso para o Paraná. Estou tirando da minha atribuição e dando ao Relator-Geral.

Mais uma vez, Deputado, quero dizer a V.Exa. que o Paraná pediu 80 milhões. Em relação ao pedido do Rio de Janeiro, o corte foi muito maior. O valor do pedido foi de 350 milhões. Pedindo 350 milhões, o Rio de Janeiro deu prioridade à saúde. Está sendo atendido em 80 milhões. O Paraná pediu 80 milhões, e está sendo atendido em 65 milhões. Então, estou mais preocupado com o Paraná porque estou atendendo 80% do pedido do Paraná e 20% do pedido do Rio de Janeiro. Sabe por quê, Deputado? Porque o Rio de Janeiro tem um número grande de hospitais do Ministério da Saúde, hospitais públicos federais. E o Deputado do Rio de Janeiro que saiu agora, mas estava aqui há pouco, compreendeu perfeitamente isso. Então, a diferença é essa. Agora, se eu puser 10 milhões a mais no Paraná é o mesmo que está dando 20 milhões para o Deputado José Pimentel aplicar como Relator-Geral. É isso que estou explicando a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Relator, entendo perfeitamente, por isso estou insistindo no meu pedido, porque os excessos de cada bancada, certamente, o Relator vai distribuir na própria bancada. E quero deixar claro também que, só no Paraná, um único Deputado pediu 1 bilhão em Orçamento em suas propostas. Quer dizer, pedir é um coisa e obter é outra. Não vamos discutir aqui isso. Acho até que houve modéstia por parte de nossa bancada nas solicitações, mas evidentemente se pautou num atendimento histórico que vinha sendo dado a essas emendas.

Estou insistindo com o Relator no sentido de que para nós não é prejuízo. As bancadas que tiveram excesso de atendimento vão pedir ao Relator-Geral que redistribua os recursos dentro do próprio Estado. Essa é uma discussão para o futuro ainda. Como é algo novo, não está devidamente acordado.

Estou pedindo porque estou preocupado com a média histórica de atendimento dos Estados. Estou falando em relação à população do meu Estado, e esse foi um critério adotado no relatório de V.Exa. Por isso insisto no atendimento que o Relator poderia fazer, sem nenhum prejuízo ao que está sendo acordado neste plenário. *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço autorização ao Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial, excepcionados os Destaques nºs 7 e 35, de autoria do Deputado Ricardo Barros.

Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados a proposta de votação em globo dos destaques?

Aqueles que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta já anunciada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, também por unanimidade, na representação do Senado da República.

Apreciação dos destaques da Área Temática II — Saúde.

Destaques com o voto do Relator-Setorial pela aprovação parcial.

Essa relação foi apresentada a todo o Plenário. Por essa razão, dispensamos a leitura.

Nessa relação, está fora o Destaque nº 7.

Em votação na representação na Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Deputados?

Aqueles que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, na representação na Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado por unanimidade.

V.Exas. também estão de posse do Relatório Setorial, Setor 02, no qual estão relacionados 5 destaques pela prejudicialidade. Conseqüentemente, esses destaques deixam de ser apreciados pelo Plenário, porque já foi declarada a sua prejudicialidade.

Ainda apreciação dos destaques da Área Temática II.

Destaques com voto do Relator-Setorial, pela rejeição.

Essa relação está de posse dos senhores membros da Comissão. Nessa relação, V.Exas. considerem como excluído o Destaque nº 35.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Parlamentares que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade. *(Pausa prolongada.)*

A Mesa vai dar uma explicação, de natureza estritamente técnica, sobre o pedido de votação em separado e a sugestão oferecida pelo Deputado Ricardo Barros. S.Exa. está pedindo remanejamento de recursos do Destaque nº 7, que era o Destaque nº 34. Ocorre que o Destaque nº 7 não é de autoria do Deputado Ricardo Barros. Agora, o Destaque nº 34 já está na relação da prejudicialidade, portanto, não existe mais.

Então, tecnicamente, a Mesa acolhe o pedido de votação em separado da Emenda nº 35, só que, tecnicamente também, é impossível fazer essa mecânica de transposição de recurso de um destaque para outro.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Era o que eu queria dizer ao Deputado: posso acatar a transposição, e encerrarmos esse valor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o Relator já havia dito anteriormente que isso só seria possível por acordo. Já fiz minhas explanações aqui, Sr. Presidente, e votarei com o Relator, de acordo com o que S.Exa. propuser, nos 2 pedidos que fiz. Agora, S.Exa. já havia alertado que só se fosse por acordo. Então, é preciso consultar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra só para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço que aguarde, Sr. Deputado, só para o Relator não perder o fio da meada e prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados ou sugeridos.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, como eu disse, durante todo o trabalho, procurei construir o diálogo, o acordo, fazer o melhor para a saúde. Ontem e hoje foram dias em que nós tivemos vários entendimentos com Parlamentares para procurar viabilizar os pleitos de S.Exas., de acordo com as prioridades do Ministério da Saúde e da saúde do povo brasileiro. Fizemos o melhor que pudemos, e o trabalho, na forma de acordo, acaba chegando a um bom termo.

Então, reafirmo meu compromisso com a indicação, na conclusão do documento final, para que o Relator-Geral recomponha o que for possível no orçamento da FUNASA. E, quanto à solicitação do Deputado Ricardo Barros, vou fazer uma correção no meu parecer, de modo que a maior parte do recurso fique para a emenda maior. É esse o pedido. Assim, atendemos dentro dos limites orçamentários e financeiros que temos.

Agradeço mais uma vez a todos os que nos ajudaram. O Deputado Eunício Oliveira teve papel importante nesses últimos momentos. Agradeço a S.Exa. e a todos os Parlamentares, Zé Gerardo, Pedro Chaves, enfim, a todos os que nos ajudaram a concluir esse trabalho. Agradeço também ao Deputado João Leão, nosso Líder.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, essa alteração de remanejamento que o Deputado Ricardo Barros deseja fazer é no próprio Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - É.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas esse remanejamento, por parte da Sub-Relatoria, é permitido pela Resolução nº 1? O nobre Deputado Ricardo Barros foi o autor dela, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Houve um erro no número.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não é permitida?

Diante da claríssima postura de que essa resolução precisa ser modificada em alguns aspectos, ainda que eu seja contra ela, vou dar o exemplo, que quero fique registrado nos Anais, para que eu tenha o Deputado Ricardo Barros como um dos defensores no plenário, quando tivermos de modificá-la. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Vamos agora submeter a voto, em conjunto, para honrar o acordo celebrado entre o Deputado Ricardo Barros e o Relator, Deputado Rafael Guerra, o Destaque nº 07, que está entre os destaques relacionados para aprovação parcial, que perde 10 milhões de reais, e o Destaque nº 35, que está na relação pela rejeição, ganha 10 milhões de reais.

Está lançada a proposta.

Encerrada a discussão, passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação da proposta na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quero agradecer a boa vontade ao Deputado Claudio Cajado, mas a nossa proposta, na verdade, foi para que se cumprisse a resolução, porque o art. 42 diz que a emenda ao projeto não será aprovada em valor superior ao solicitado. Aliás, já havia isso na resolução anterior. Então, nossa solicitação foi exatamente para que a resolução fosse cumprida. Nesse sentido, pedimos a retirada do valor atendido em excesso e agradecemos o apoiamento a todos os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, pela ordem. O Deputado Ricardo Barros está coberto de razão, mas esse arranjo final tem de ser feito no fechamento do relatório geral e não agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - O criador está preservando a criatura.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Então, a criatura continua sendo engolida pelo criador. Ou vice-versa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, para prestar alguns esclarecimentos a respeito de um entendimento que foi feito na reunião desta manhã.

Como este Presidente não estava presente na reunião por motivos superiores, gostaria que V.Exa. trouxesse ao conhecimento geral os entendimentos que houve em relação ao encerramento desta reunião e a convocação para outra reunião na terça-feira vindoura.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não, Sr. Presidente. Nós, com o intuito de colaborarmos... Aliás, é bom que o PT, os Deputados Devanir Ribeiro e Gilmar Machado, que estão aqui presentes, é bom que percebam como a Oposição tem agido frente ao Governo Lula. A Oposição a que me refiro é a dos Democratas. Temos desenvolvido todos os esforços no intuito de podermos alterar e sugerir modificações que entendemos sejam melhores para o próprio Governo, com o objetivo de que prevaleçam as políticas públicas que beneficiam o País e o povo brasileiro. De acordo com essa tese, não desejamos ser um obstáculo para a aprovação do Orçamento. Pelo contrário, temos dado demonstrações inequívocas de que sabemos agir de acordo com a nossa responsabilidade de Oposição, fiscalizando, mas, acima de tudo, colaborando para o bom andamento dos trabalhos.

V.Exa., Sr. Presidente, Senador José Maranhão, deve ser testemunha de que nunca antes na história desta Comissão houve uma oposição tão responsável, consciente e célere nos entendimentos para que possamos votar o quanto antes o Orçamento. Essa atitude que estamos tomando tem sido precedida de diversos acordos.

O acordo feito de manhã foi no sentido de que deveríamos votar completamente o relatório da Área Temática 7 — da Saúde, cujo Relator é o Deputado Rafael Guerra — aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pelo brilhante relatório —, e, com a aquiescência dos demais partidos, inclusive da base do Governo e da Liderança do Governo, encerrada a votação desse relatório, cancelaríamos a reunião marcada para amanhã, e V.Exa. convocaria uma nova reunião para terça-feira pela manhã, no intuito de darmos seqüência aos demais relatórios ainda pendentes de discussão e de votação.

Portanto, o acordo foi feito, já votamos o relatório da defesa, o relatório da educação, o relatório da agricultura, e, agora, com o da saúde, já são 5 relatórios setoriais concluídos. E de Planejamento e Cidades, do Senador Jayme Campos, inclusive do nosso partido, dos Democratas. Então, já votamos 5 relatórios setoriais. Na próxima semana, deveremos concluir os demais relatórios setoriais.

O acordo feito foi nesse sentido. Agilizamos procedimentos, Sr. Presidente, e, mesmo com V.Exa. ausente, o Vice-Presidente que presidiu a sessão e os demais partidos com assento na Comissão aquiesceram e tenho certeza de que esse compromisso será revalidado por V.Exa., com o encerramento da sessão de hoje e convocação de outra para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A respeito dos esclarecimentos detalhadamente prestados pelo Deputado Claudio Cajado, devo dizer que, embora ausente, por motivo superior, à reunião matinal, eu havia me entendido com o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, em relação aos procedimentos que se fizessem necessários à agilização da elaboração do Orçamento, ou seja, a votação dos relatórios parciais, de forma que a Comissão cumpra o mandamento constitucional de concluir a elaboração do Orçamento dentro do corrente exercício de 2007, aprovando a Lei de Meios para 2008.

Todos nós temos a obrigação de ser justos com os companheiros da Comissão. Afirmo que esta Presidência e o Relator-Geral, que me deu autorização para fazer este registro, reconhecem plenamente o esforço, a compreensão e, naturalmente, a vigilância da Oposição em todas as fases do processo orçamentário.

V.Exa., inclusive, é um dos Parlamentares mais assíduos desta Comissão. Às vezes, ocorrem situações que remetem os atores do processo a posições que são liberalizantes. Todos reconhecem, até mesmo o inspirador da Resolução nº 1, Deputado Ricardo Barros, que essa resolução, no futuro — não na vigência atual, já que não há tempo e isso vai interromper o processo de elaboração do Orçamento —, terá de passar por um processo de aperfeiçoamento, de refinamento.

Na verdade, esse estatuto era necessário. A Comissão precisava ter uma norma escrita para disciplinar os seus trabalhos. Não podemos maldizer a Resolução nº 1 e afirmar que ela foi um entulho total. Ela trouxe muitas vantagens, inclusive a diluição do processo de elaboração do Orçamento, concedendo responsabilidades inclusive

às Comissões Permanentes, criando os comitês, entre eles o Comitê de Admissibilidade de Emendas, que, mesmo no processo de interpretação da resolução, já prestou grandes serviços naquela reunião que serviu para orientar os trabalhos da Comissão.

O que importa a todos nós é que o desenvolvimento dessa tarefa seja o mais transparente possível, como vem ocorrendo. As negociações que têm sido feitas, reconheço, com toda ética, com toda responsabilidade, também têm-se processado de forma transparente. Aqui não existe preocupação — nem da Presidência, nem dos Relatores, nem dos Comitês — de concentrar poder ou excesso de atribuição em detrimento dos interesses partidários, cidadãos de todo o País, especialmente daqueles que estão dando o melhor de si para que esses trabalhos se desenvolvam com agilidade e transparência.

De maneira que não estamos aqui comemorando antecipadamente. Estamos com a consciência tranqüila, porque todos os integrantes desta Comissão, sem exceção, estão fazendo o máximo possível para que a nossa tarefa resulte satisfatória e se desenvolva neste clima de seriedade e de transparência.

Agradeço aos colegas.

Convoco reunião para a próxima terça-feira, às 10 horas. Já havíamos convocado 3 reuniões extraordinárias. Estamos cancelando as convocações anteriores e convocando reunião para terça-feira.

Está encerrada a presente reunião.